



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV Nº 31, QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2020



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (-)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de desligamento da Deputada Bia Kicis do exercício do cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional (**Ofício nº 24/2020**). 6

Da Liderança do Bloco da Maioria do Congresso Nacional, de indicação do Deputado Carlos Henrique Gaguim para exercer o cargo de Vice-Líder do Bloco (**Ofício nº 31/2020**). 7

1.1.2 – Emendas

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 991/2020. 9

Nºs 1 a 116, apresentadas à Medida Provisória nº 992/2020. 12

1.1.3 – Término de prazos

Término do prazo, em 18 de julho de 2020, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 906/2019. **Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.** 309

Término do prazo, em 18 de julho de 2020, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção das Medidas Provisórias nºs 910 e 911/2019. **Extinção das Comissões Mistas destinadas à apreciação das matérias.** 309

Término do prazo de vigência, em 19 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 927/2020. 309



Término do prazo de vigência, em 20 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 928/2020.	309
Término do prazo de vigência, em 22 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 929/2020.	309
1.1.4 – Vetos	
Veto nº 30/2020, Parcial, apostado ao Projeto de Lei nº 4162/2019 (Mensagem nº 396/2020, do Presidente da República).	312
Veto nº 31/2020, Parcial, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 923/2020) (Mensagem nº 402/2020, do Presidente da República).	361

PARTE III

2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

N ^{os} 81 a 83/2020	371
3 – COMISSÕES MISTAS	374
4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	390
5 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	420
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	424
7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	428
8 – COMPOSIÇÃO DA MESA	432
9 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	433



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





Liderança do Governo no Congresso Nacional

Ofício N° 024/2020 – LidGovCN

Brasília- DF, 22 de julho de 2020

Assunto: Dispensa de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto no §2º do artigo 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional, e à Mensagem nº 413 de 22 de julho de 2020 da Presidência da República, solicito a dispensa da **Deputada Bia Kicis (PSL/DF)** do exercício do cargo de **Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional**.

Aproveito para manifestar os protestos de estima e apreço.

Respeitosamente,

Senador EDUARDO GOMES

Líder do Governo no Congresso Nacional

A Sua Excelência
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional



SF/20614.78257-89



00100.070201/2020-06
SF/20377.76842-63

SENADO FEDERAL

Ofício nº 31/2020

Brasília, de julho de 2020.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIN - DEM/TO**, para ocupar o cargo de Vice - Líder do Bloco da Maioria do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do Bloco da Maioria do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional



Emendas





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 991, de 2020**, que *"Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputada Federal Carla Dickson (PROS/RN)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**MPV 991
00001****MPV: 991/2020**

(Preencher nº/ano)

EMENDA Nº

(Preenchido pela CMO)

TEXTO DA EMENDA

Acresça-se à Medida Provisória nº 991, de 2020, a seguinte programação:

ACRÉSCIMO:**Órgão: 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos****Unidade: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Administração Direta****14 241 5034 00S9.6500 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPIs, Devido à Pandemia da COVID-19 - Estado do Rio Grande do Norte****Esfera: Orçamento Fiscal****Fonte: 300****Resultado Primário: 2****Modalidade de Aplicação: 50****Identificador de Uso: 0****GND: 3 Valor: R\$ 8.000.000,00****Órgão: 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos****Unidade: 81902 – Fundo Nacional do Idoso - FNI****14 241 5034 00S9.6500 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPIs, Devido à Pandemia da COVID-19 - Estado do Rio Grande do Norte****Esfera: Orçamento Fiscal****Fonte: 380****Resultado Primário: 2****Modalidade de Aplicação: 50****Identificador de Uso: 0****GND: 3 Valor: R\$ 1.360.000,00****Fonte: 396****Resultado Primário: 2****Modalidade de Aplicação: 50****Identificador de Uso: 0****GND: 3 Valor: R\$ 6.640.000,00****Total: R\$ 16.000.000,00****CANCELAMENTO:****Órgão: 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos****Unidade: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Administração Direta****14 241 5034 00S9.6500 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPIs, Devido à Pandemia da COVID-19 - Nacional****Esfera: Orçamento Fiscal****Fonte: 300****Resultado Primário: 2****Modalidade de Aplicação: 50****Identificador de Uso: 0****GND: 3 Valor: R\$ 8.000.000,00****Órgão: 81000 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos****Unidade: 81902 – Fundo Nacional do Idoso - FNI****14 241 5034 00S9.6500 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPIs, Devido à Pandemia da COVID-19 - Nacional****Esfera: Orçamento Fiscal**

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

Fonte: 380 Resultado Primário: 2 Modalidade de Aplicação: 50
Identificador de Uso: 0 GND: 3 Valor: R\$ 1.360.000,00

Fonte: 396 Resultado Primário: 2 Modalidade de Aplicação: 50
Identificador de Uso: 0 GND: 3 Valor: R\$ 6.640.000,00

Total: R\$ 16.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O impacto do surto do vírus COVID-19, inicialmente localizado em regiões restritas da China, cada vez mais se globaliza, fazendo-se sentir agora em todos os pontos do planeta.

A experiência, nacional e internacional, nos alerta que cuidado especial deve ser tomado junto às populações em grupos de riscos identificáveis, e certamente a idade é indicador importante de suscetibilidade ao vírus.

Dessa forma, é muito bem-vindo o envio da MPV 981, destinando recursos para Instituição de Longa Permanência para Idosos, uma vez que a concentração de indivíduos em situação de risco demanda protocolos e equipamentos específicos.

Peço humildemente aos pares para que parte desses recursos ingresse no Estado do Rio Grande do Norte. O Estado possui, lamentavelmente, uma das taxas de mortalidade mais altas da Região Nordeste, e os governos locais notoriamente estão em dificuldades financeiras, de modo a prejudicar o auxílio a essas instituições tão importantes.

Pelo arrazoado exposto, peço apoio dos meus nobres pares a essas modificações.

Data: 17/07/2020

Deputada CARLA DICKSON - PROS/ RN:

Assinatura





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 992, de 2020**, que *"Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973."*

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Senador Paulo Paim (PT/RS)	001; 002; 003; 004; 005
Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)	006
Deputado Federal Felipe Carreras (PSB/PE)	007
Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)	008
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	009; 010
Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	011
Deputado Federal Pedro Lupion (DEM/PR)	012; 013; 014; 015
Deputado Federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)	016; 017; 018
Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE)	019; 020
Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ)	021; 022; 023
Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	024; 026
Deputado Federal Léo Moraes (PODEMOS/RO)	025
Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)	027; 061; 062; 063; 075; 076
Deputado Federal Wolney Queiroz (PDT/PE)	028
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	029
Deputado Federal Denis Bezerra (PSB/CE)	030; 083
Deputado Federal Chiquinho Brazão (AVANTE/RJ)	031
Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL/PR)	032
Deputado Federal Eduardo Costa (PTB/PA)	033; 051; 058
Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)	034; 035; 036



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Rui Falcão (PT/SP)	037
Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	038; 039; 043
Deputado Federal Geninho Zuliani (DEM/SP)	040; 041
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	042; 045; 046
Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	044; 049
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	047; 048
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	050; 099; 100
Deputado Federal Heitor Freire (PSL/CE)	052; 053; 054
Deputado Federal Hugo Leal (PSD/RJ)	055; 056; 057; 064
Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	059; 066; 067; 068; 069; 070; 071; 072
Senador Paulo Rocha (PT/PA)	060; 079
Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)	065; 078; 098
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	073; 074; 088
Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)	077
Deputado Federal Jose Mario Schreiner (DEM/GO)	080; 081; 082
Deputado Federal Celso Maldaner (MDB/SC)	084
Deputado Federal David Miranda (PSOL/RJ)	085; 086; 087
Deputado Federal Zé Neto (PT/BA)	089
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	090; 091; 092; 093; 094; 095; 096; 097
Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG)	101
Deputado Federal Vinicius Poit (NOVO/SP)	102; 103; 104
Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP)	105; 106; 107
Deputado Federal Kim Kataguiiri (DEM/SP)	108; 109; 110
Deputado Federal Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ)	111
Deputado Federal Alessandro Molon (PSB/RJ)	112
Deputado Federal Dr. João (PROS/BA)	113; 114
Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG)	115; 116

TOTAL DE EMENDAS: 116



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 992
00001



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... A autoridade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil competente para decidir sobre a dedução de ofício dos débitos com a Fazenda Nacional ou do ressarcimento a que se referem os art. 6º e 7º, para fins de reconhecimento do direito creditório, solicitar a apresentação de documentos comprobatórios do referido direito, inclusive arquivos em meio eletrônico, bem como determinar a realização de diligência fiscal nos estabelecimentos do sujeito passivo a fim de que seja verificada, mediante exame de sua escrituração contábil e fiscal, a exatidão das informações prestadas.

Parágrafo único. O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que, em procedimento de fiscalização, verificar a inexatidão dos créditos presumidos de que tratam os art. 4º e 5º, antes ou depois da dedução de ofício ou do deferimento do pedido de ressarcimento, deverá imediatamente representar ao titular da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras, observado o disposto no art. 8º.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Ao prever as regras para a compensação de ofício ou ressarcimento do crédito presumido, a MPV 992 repete, em grande parte, o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1457, DE 10 DE MARÇO DE 2014, da Receita Federal do Brasil, que “estabelece normas sobre ressarcimento em espécie e dedução de ofício do crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa”.

Ao fazê-lo, porém, dá margem a que haja dúvidas na sua aplicação, pois não explicita a atribuição dos órgãos de fiscalização na verificação de eventuais irregularidades e as providências a serem adotadas em caso de irregularidade.

Dessa forma, julgamos oportuno incorporar regras específicas, adaptando o que já constada da IN 1457, e, especialmente, a obrigatoriedade de que o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que, em procedimento de fiscalização, verificar a inexatidão dos créditos presumidos de que tratam os art. 4º e 5º, antes ou depois da dedução de ofício ou do deferimento do pedido de ressarcimento, represente ao titular da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras, observada a aplicação da multa prevista no art. 8º.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 992
00002



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. 2º

§ 3º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o **caput**; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o **caput**, **assegurado o mínimo de trinta por cento do total das operações para microempresas.**

§ 4º Para fins de enquadramento no CGPE, **pelo menos cinquenta por cento** do valor a que se refere o inciso I do **caput** do art. 3º em serão aplicados em operações contratadas ao amparo:

I - do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe, instituído pela [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#);



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



II - do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela [Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020](#);

III - do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, instituído pela [Medida Provisória nº 975, de 1º de junho de 2020](#); e

IV - de outros programas que venham a ser instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos na economia decorrentes da pandemia da **covid-19**, nos quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Contudo, ela remete as condições os prazos, as regras para concessão e as características das operações e a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas a norma do Conselho Monetário Nacional.

Ora, o CMN é um colegiado composto por apenas 2 ministros de Estado, sem qualquer legitimidade para definir tais critérios que dizem respeito ao próprio cerne dessa política pública. Mais uma vez, corre-se o risco de que os recursos sejam destinados a quem menos precisa, e que tem capital e patrimônio para atravessar a crise.

A presente emenda propõe, portanto, que pelo menos 30% do montante a ser aplicado nas operações do CGPE seja destinado a microempresas, e que desde logo a “autorização” prevista no § 4º se converta em obrigação, de modo a que pelo menos 50% sejam destinados ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -Pronampe, instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, instituído pela Medida Provisória nº 975, de 1º de junho de 2020; e e a outros programas que venham a ser instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos na economia decorrentes da pandemia da covid-19, nos quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes.

Dessa forma, o objetivo social e econômico a ser buscado – a preservação de empregos e de geração de renda – será assegurado de forma mais justa e equilibrada.

São medidas que irão aperfeiçoar o Programa proposto e ampliar seu alcance e impacto social, sendo necessária a sua aprovação e apoio pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



SENADOR PAULO PAIM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 992
00003



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... Enquanto vigorar o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, fica suspensa a exigibilidade dos tributos de que trata o art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as empresas inscritas no SIMPLES Nacional.

Parágrafo único. Encerrado o estado de calamidade pública de que trata o “caput”, os tributos relativos ao período de suspensão de sua exigibilidade serão objeto de parcelamento, nos termos de regulamento, em número de parcelas equivalente ao dobro do período de suspensão de exigibilidade, com carência de noventa dias para o recolhimento da primeira parcela.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a crise da COVID-19, as micro e pequenas empresas tiveram não apenas frustração de receita e impedimento de manter suas atividades, de onde decorre a necessidade de iniciativas como o PRONAMPE e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, e o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, criado pela MPV 992; mas impossibilidade de continuar a recolher seus tributos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



No âmbito do SIMPLES, a adesão permite que o contribuinte seja beneficiado pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, por meio do qual são substituídos o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a Contribuição para o PIS/Pasep, a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, e ainda o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Mas a queda de receita tem levado a que micro e pequenas empresas sejam impedidas até mesmo de honrar seus tributos, daí a urgente necessidade de que seja suspensa a exigibilidade desses tributos, pelo prazo de duração da calamidade, com a previsão de carência de 90 dias para retorno à normalidade após o fim da calamidade, e parcelamento das parcelas devidas durante o período de duração desse estado.

Com essa medida as empresas estarão melhor capacitadas para enfrentar a crise, façam ou não uso dos recursos do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 992
00004



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... As operações de crédito realizadas nos termos desta Lei terão carência de doze meses para a sua quitação após o encerramento do período de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e prazo de pagamento de trinta e seis meses a sessenta meses, e farão jus a rebate de trinta por cento de seu valor total, até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação, no caso da liquidação antecipada da dívida.

Parágrafo único. Caberá ao Tesouro Nacional repassar às instituições financeiras o valor relativo ao rebate de que trata o ‘caput’.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



Assim, ela garante às empresas que não sofrerão prejuízo, mas não incentiva o bom pagador, e não prevê a carência e prazo de pagamento para o financiamento concedido pelo Programa, remetendo essas condições a norma do Conselho Monetário Nacional.

Contudo, para que não se delegue a um colegiado composto por apenas 2 ministros de Estado essa capacidade, e se contemple na lei as condições mínimas, propomos que eles sejam fixados em 12 meses e 36 meses, respectivamente, dando tempo ao empresário de retomar a normalidade de sua atuação antes de iniciar o pagamento.

E, para aqueles que o puderem, propomos o rebate, ou redução do montante da dívida, de 30% no caso de adimplemento antecipado, até o limite de R\$ 30.000,00 por operação, o que irá beneficiar as microempresas, em especial.

São medidas que irão aperfeiçoar o Programa proposto e ampliar seu alcance e impacto social, sendo necessária a sua aprovação e apoio pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 992
00005



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... O acesso a operações de crédito com fundamento no disposto nesta Lei é condicionado ao compromisso da empresa tomadora de manutenção de empregos, tendo como referência a média do total de empregados registrados na folha de pagamentos entre 1º de outubro de 2019 e a data da publicação desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992, ao criar o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE, destinado a empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões, inclusive as microempresas, não condiciona o acesso a esse benefício à manutenção de empregos.

Mais do que tudo, importa nesta hora que as empresas preservem o número de empregos, pois é para esse fim que elas devem ser preservadas, e não para a geração de lucros aos seus proprietários. Mesmo que empresas demitam 50% de seu quadro de pessoal, serão favorecidas com empréstimos do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

A proposta desta emenda é nesse sentido, sem engessar a gestão da empresa, mas obrigando-a a assumir compromisso de manter, pelo menos, o número médio de empregos existentes entre outubro de 2019 e a data da publicação da Lei.

Sala das Sessões,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



SENADOR PAULO PAIM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



MPV 992
00006

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber, o seguinte capítulo:

Art. 1º Fica excepcionalmente instituída, no âmbito do crédito rural, linha de crédito emergencial destinada ao financiamento de capital de giro e ao refinanciamento de operações de custeio agropecuário e de investimento contratadas até 31 de dezembro de 2019, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Art. 2º A linha de crédito de que trata esta Lei observará as seguintes condições:

I – taxa efetiva de juros: 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

II – prazo de vencimento: não inferior a 10 (dez) anos, incluídos 3(três) anos de carência;

III – prazo de contratação: até 12 (doze) meses após a publicação desta Lei;

IV – limite de financiamento: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, em uma ou mais operações;



V – garantia: livremente pactuada;

VI – fonte de recursos: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, poupança rural, recursos obrigatórios e recursos livres;

VII – risco operacional: das instituições financeiras.

Parágrafo único. A União restituirá às instituições financeiras 25% (vinte e cinco por cento) dos valores levados a prejuízo decorrentes das operações de que trata esta Lei.

Art. 3º Os refinanciamentos de que trata esta Lei contratados com recursos da poupança rural poderão ser objeto de subvenção econômica na forma de equalização de taxas, de que trata a Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992, e os correspondentes custos correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas às Operações Oficiais de Crédito.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia decorrente do novo coronavírus prejudica diversos segmentos produtivos. Na agricultura, seus efeitos negativos fazem-se mais presentes entre pequenos e médios produtores rurais, de diversas formas. Algumas delas são a drástica redução da rentabilidade da atividade ou mesmo a interrupção dos canais de comercialização.

Essa situação agravou de forma substancial as dificuldades enfrentadas por parte considerável desse contingente de produtores rurais, que, sem ter como comercializar a produção ou com receitas reduzidas, deixam de quitar empréstimos e financiamentos, acumulando esses débitos com outros já existentes.

A linha especial de crédito ora proposta visa propiciar fôlego financeiro para que os beneficiários do Pronaf e do Pronamp prejudicados pela pandemia do novo coronavírus possam restabelecer o equilíbrio financeiro e



ampliar o horizonte de planejamento de suas atividades. A esse respeito, nunca é demais sublinhar que pequenos e médios produtores rurais desempenham papel de destaque no abastecimento alimentar da população brasileira.

Certo de sua razoabilidade, conclamo os nobres Pares no sentido da aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em de julho de 2020.



Deputado JERÔNIMO GOERGEN



**MPV 992
00007**

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 992/20
------	--

Autor Deputado Felipe Carreras	Nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	---------------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				

Inclua-se onde couber o seguinte artigo à Medida Provisória nº 992/2020:

Art. X O agente financeiro deverá incluir no rol de garantias o Termo de Permissão de Uso – TPU equiparado a posse de imóvel.

Justificativa

A cadeia produtiva do turismo no arquipélago de Fernando de Noronha está enfrentando uma profunda crise oriunda do isolamento social.

Cerca de 95% da economia do arquipélago sobrevive da movimentação turística, que se encontra completamente parada desde o mês de março. São hoteleiros, pousadeiros, locadoras de veículos, empresas de mergulho, restaurantes, bares, agências de turismo, receptivos, taxistas, barcos de passeios turísticos, guia turístico.

Além disso, a economia local enfrenta uma grande dificuldade na aquisição de crédito perante as instituições financeiras, pois eles não são detentores dos terrenos e, por consequência, dos imóveis, ou seja, eles não dispõem de garantia para contrair crédito.

Saliente-se que a presente MP respalda o uso do Fundo Garantidor de Operações (FGO), o que minimiza o risco das instituições financeiras permitindo que a concessão de crédito efetive -se como política pública.

Mediante o exposto, entendemos que o Termo de Permissão de Uso - TPU seja equiparado à posse para efeitos de garantia para crédito para todos os empreendedores em áreas como Fernando de Noronha.

PARLAMENTAR



**MPV 992
00008**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

EMENDA ADITIVA Nº DE 2020

(a Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Acrescenta-se, o §3º, ao art. 9º-A, da Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, alterada pela Medida Provisória nº 992, de 2020, em seu art. 14º:

Art. 14º A Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art 9º-A Fica permitido ao fiduciante, com a anuência do credor fiduciário, utilizar o bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza, desde que contratadas com o credor fiduciário da operação de crédito original.

§ 1º

.....

§ 2º

.....

§ 3º O caput deste artigo aplica-se a utilização de imóvel rural, podendo ser submetido a sua totalidade ou fração, como garantia na operação de crédito proposta.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vive uma emergência histórica e o Congresso Nacional pode liderar os esforços para auxiliar nossa população. Em momento de crise econômica provocada pela COVID-19, alguns setores são a nossa esperança no enfrentamento desta doença, como o setor rural.

No dia 07 de abril de 2020, o presidente Jair Messias Bolsonaro sancionou a Lei n.º 13.986/2020, criada com intuito de instituir medidas para ampliar o volume de créditos e financiamento de dívidas de produtores rurais, resultado da aprovação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 897/2019, intitulada de MP do Agro.

Uma das inovações trazidas pela lei é a Cédula Imobiliária Rural (CIR), um novo título de crédito para o uso das instituições financeiras, que poderá ser emitida somente por produtor rural proprietário de imóvel rural, para obtenção de crédito em qualquer modalidade, seja ela rural, comercial ou qualquer outro.

Na Cédula Imobiliária Rural, o produtor oferecerá como garantia sua propriedade rural, mas diferentemente do que ocorre nas garantias hipotecárias e reais (penhora), já conhecidas e comumente utilizadas, não será necessário oferecer todo o imóvel como garantia, pois a lei permite que o produtor desmembre sua propriedade em frações, para que apenas uma fração ideal do imóvel figure como garantia na transação.

A presente emenda tem por objetivo incluir os imóveis rurais como garantia do empréstimo, e assim, ajudar os produtores rurais e comerciantes na acessibilidade de mais um crédito, fornecendo as mesmas diretrizes que foram usadas na Lei supracitada. Muitos microempresários, podem possuir um pedaço de terra rural que não usam ou que não seja de cunho sentimental familiar, pode ter sido comprado para investimento ou até mesmo ganho em forma de herança, que pode ser utilizado como garantia de um empréstimo para salvar seu negócio.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

Um comerciante de uma cidade de interior muito provavelmente vai ter um pedaço de terra que não tem problema em vendê-la, porém, como nossa economia está em crise, ninguém compra, a venda se torna mais demorada. Com a possibilidade trazida por esta emenda, o comerciante ou produtor rural poderá acessar um crédito mais alto e usar todos os seus bens como garantia, aumentando a chance de sobrevivência desses dignos trabalhadores.

O objetivo é simplificar, agilizar e ampliar o acesso ao crédito por parte do produtor rural, bem como criar alternativas ao sistema tradicional de financiamento das atividades desenvolvidas no campo. Além disso, a emenda visa garantir a segurança econômica e jurídica para os credores, que ainda receberão garantias para os valores emprestados.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,



Senador Carlos Fávaro
PSD/MT





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 992

00009 ETIQUETA

DATA
/ /2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, de 2020

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) **MODIFICATIVA** 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Altere-se o § 2º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, nos seguintes termos:

"Art. 2º

.....

§ 2º As operações de crédito que trata o caput deverão ser contratadas no período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Medida Provisória e 31 de dezembro de 2020, **e estarão sujeitas aos seguintes requisitos e condições:**

I – taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor concedido, capitalizada mensalmente;

II – prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento, incluído o prazo de carência;

III – carência de 6 (seis) meses para início do pagamento, com capitalização de juros durante esse período." (NR)



JUSTIFICATIVA

A MPV nº 992/2020 não trouxe limites de taxa de juros nem estabeleceu prazo para o pagamento dos empréstimos concedidos no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa, é fundamental que a lei traga as condições e requisitos a serem observados pelas instituições participantes quando da formalização das operações de crédito.

Deixar esse papel para a livre definição do mercado elevará sobremaneira as taxas de juros e possibilitará que as instituições participantes tenham ganhos desproporcionais em um Programa social de crédito subsidiado com recursos públicos, em nítido prejuízo às empresas brasileiras que precisam de crédito rápido e barato.

Para corrigir a distorção apontada, estamos sugerindo a inclusão no CGPE das mesmas condições aprovadas por esta Casa no programa Peac-Maquinhas incluído no PLV à MPV 975/2020.

Vale destacar que, ainda que os recursos do CGPE sejam privados, o Programa é subsidiado com crédito presumido que poderá ser ressarcido em espécie ou em títulos públicos federais. Além disso, no CGPE não há necessidade das instituições participantes remunerarem a União em 3,75% ao ano, tal como existe no Peac-Maquinhas, o que acaba por permitir um ganho líquido maior para as instituições participantes.

Estamos certos de que os interesses a serem protegidos no âmbito do CGPE são os das empresas brasileiras que precisam de crédito barato, e não os das instituições financeiras que querem lucrar ofertando linhas próprias de crédito com juros exorbitantes custeadas com recursos federais.

ASSINATURA

Brasília, de julho de 2020.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 992

00019 ETIQUETA

DATA / /2020	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, de 2020
-----------------	--

AUTOR DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
------------------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (x) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020:

"Art. __ A instituição participante não poderá exigir, no âmbito do CGPE ou de qualquer Programa federal instituído com o propósito de enfrentamento dos efeitos na economia decorrentes da pandemia da covid-19, garantias e documentos não exigidos por ela em suas outras linhas de crédito."

JUSTIFICATIVA

Não é raro ouvir relatos de pessoas que vão às agências bancárias, inclusive de bancos oficiais, não conseguirem empréstimos e financiamentos para suas empresas nos Programas governamentais criados para o enfrentamento da crise da Covid-19 porque foram exigidos documentos ou garantias em excesso pela instituição financeira¹.

¹ <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/05/19/empresario-reclama-das-dificuldades-em-conseguir-linha-de-credito-do-governo-federal-durante-pandemia.ghtml>

<https://globoplay.globo.com/v/8704958/>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mais-de-60-de-pequenas-empresas-no-ce-nao-conseguiram-emprestimo-1.2961809>



O curioso é que, após a negativa, essas instituições financeiras geralmente oferecem linhas de crédito próprias, com juros muito mais altos do que a praticada nas linhas de crédito dos Programas governamentais, sem as dificuldades anteriormente colocadas.

Ao que parece, a exigência de garantias ou documentos absurdos serve apenas para dificultar a concessão de crédito barato, tendo em vista que para a instituição financeira é mais lucrativo oferecer linhas próprias de crédito, com juros exorbitantes, do que conceder empréstimos e financiamentos em Programas geralmente com juros limitados.

Com vistas a evitar o abuso, propomos que seja incluído um artigo na MPV 992/2020 a fim de proibir que a instituição participante do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE ou de qualquer Programa federal instituído com o propósito de enfrentamento dos efeitos na economia decorrentes da pandemia da covid-19, possa exigir garantias e documentos não exigidos por ela em suas outras linhas de crédito.

Trata-se de uma emenda com o foco na proteção das empresas e na manutenção dos empregos. Não podemos mais ser reféns dos bancos que, para defender seus únicos e exclusivos interesses, prejudicam toda a economia nacional.

Contamos com o apoio dos digníssimos colegas para a aprovação desta emenda.

ASSINATURA

Brasília, de julho de 2020.



MPV 992
00011

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art. 2º

.....
§ 7º Das operações de crédito previstas no *caput*, as instituições financeiras deverão direcionar cinquenta por cento para micro e pequenas empresas, conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 992, de 2020, busca incentivar a expansão do crédito em meio à pandemia do coronavírus ao conceder às instituições financeiras créditos tributários resultantes de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro fiscal e vincular o acesso a esses créditos à concessão de empréstimos, pelas instituições financeiras, a empresas com receita bruta anual de até 300 milhões, no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE.

A proposta é necessária e meritória. Entretanto, precisa ser aperfeiçoada para que parte das operações de crédito seja, obrigatoriamente, direcionada para as micro e pequenas empresas, definidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), como aquelas com receita bruta de até R\$ 360 mil (microempresas) e superior a R\$ 360 mil e inferior a R\$ 4,8 milhões (empresas de pequeno porte), respectivamente.

Esse ajuste é necessário, pois as empresas menores, que são grandes geradoras de emprego, têm maior dificuldade de acesso a crédito e de manutenção de sua operação na situação de perda de receita resultante da pandemia do coronavírus. Propomos, então, que metade das operações de



crédito no âmbito do CGPE seja direcionada, por cada instituição financeira, para micro e pequenas empresas.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para esta emenda, que visa garantir que o crédito chegue aos empreendimentos que mais necessitam, ou seja, as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL

je2020-07048





CONGRESSO NACIONAL

MPV 992
00012

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 20/07/2020	Proposição Medida Provisória 992, de 2020			
Autor DEPUTADO PEDRO LUPION – DEM/PR	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda:

Acrescente-se artigo na Lei de conversão da MP nº 992, com a seguinte redação:

Art. A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte inclusão:

“Art. 10.

§ 3º

III - constitui direito real de garantia para o credor do título.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 992, de 2020, está inserida no contexto de atualização e aperfeiçoamento do ambiente de crédito do Brasil, o mesmo que embasou a edição da MP nº 897, de 2019, convertida na Lei nº 13.986, de 2020.

A referida Lei instituiu o Patrimônio Rural em Afetação, presentemente em processo de conhecimento, regulamentação e operacionalização.

Naquelas atividades, verificou-se a necessidade de definir com mais precisão a natureza jurídica daquele novo instituto, inclusive para efeito dos procedimentos a cargo dos cartórios de registro de imóveis, que se sugere seja viabilizada por meio do acatamento da presente proposta.

Dep. PEDRO LUPION
DEM/PR





CONGRESSO NACIONAL

MPV 992
00013

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 20/07/2020	Proposição Medida Provisória 992, de 2020			
Autor DEPUTADO PEDRO LUPION – DEM/PR	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda:

Acrescente-se artigo na Lei de conversão da MP nº 992, com a seguinte redação:

Art. A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º

I -

II -

III -

IV -

Parágrafo único – poderá ser constituído patrimônio rural em afetação sobre o imóvel já gravado por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, desde que:

I - sua vigência tenha início estabelecido para depois da quitação da obrigação garantida pela hipoteca ou pela alienação fiduciária de coisa imóvel; e,

II - haja notificação ao credor beneficiado pela hipoteca ou pela alienação fiduciária de coisa imóvel; e,

III - sejam observadas, independente do início da vigência, as disposições dos artigos 10 e 14 desta Lei.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 992, de 2020, está inserida no contexto de atualização e aperfeiçoamento do ambiente de crédito do Brasil, o mesmo que embasou a edição da MP nº 897, de 2019, convertida na Lei nº 13.986, de 2020.

A referida Lei instituiu o Patrimônio Rural em Afetação, presentemente em processo de conhecimento, regulamentação e operacionalização.

Naquelas atividades, verificou-se que o dispositivo legal sob comento apresenta forma robusta e bem recebida pelos agentes de mercado, pelo que se propõe seja permitida sua constituição para ter vigência após a quitação da obrigação garantida por hipoteca ou pela alienação fiduciária de coisa imóvel pré-existente.


Dep. PEDRO LUPION
DEM/PR





CONGRESSO NACIONAL

MPV 992
00014

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 20/07/2020	Proposição Medida Provisória 992, de 2020			
Autor DEPUTADO PEDRO LUPION – DEM/PR	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda:

Acrescente-se artigo na Lei de conversão da MP nº 992, com a seguinte redação:

Art. A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 14-A Em até dez dias úteis, a contar da data de sua constituição e registro pelo cartório, o patrimônio rural em afetação deverá ser registrado em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de registro ou depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários, ou, mediante regulamentação pelo Poder Executivo, no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.

§ 1º A vinculação de CIR ou CPR a patrimônio rural em afetação terá eficácia executiva mediante seu registro na entidade citada no *caput*.

§ 2º A entidade responsável pelo sistema de registro do patrimônio rural em afetação deverá expedir certidão do inteiro teor do patrimônio de afetação, inclusive ônus e registros em ser, mediante meio eletrônico de livre acesso e sem custo para o demandante, observados requisitos de segurança que garantam a autenticidade e a integridade do documento.

§ 3º Mediante pedido do seu constituinte, o patrimônio em afetação poderá ser cancelado na entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou no CNIR, conforme o caso, e, depois, no cartório de registro de imóveis, porém continuará em vigência enquanto perdurarem obrigações ou direitos de crédito anteriormente registrados, não podendo ser utilizado para novos registros de gravames após o pedido do cancelamento.

§ 4º A entidade de registro comunicará o registro ou o cancelamento ao cartório de registro do patrimônio em afetação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



A MP nº 992, de 2020, está inserida no contexto de atualização e aperfeiçoamento do ambiente de crédito do Brasil, o mesmo que embasou a edição da MP nº 897, de 2019, convertida na Lei nº 13.986, de 2020.

A referida Lei instituiu o Patrimônio Rural em Afetação, presentemente em processo de conhecimento, regulamentação e operacionalização.

Naquelas atividades, verificou-se a necessidade de definir com mais precisão a necessidade de registro do patrimônio rural em afetação em entidade de registro ou cadastro, o que se sugere seja feito por meio do acatamento da presente proposta.



Dep. PEDRO LUPION
DEM/PR





CONGRESSO NACIONAL

MPV 992
00015

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 20/07/2020	Proposição Medida Provisória 992, de 2020			
Autor DEPUTADO PEDRO LUPION – DEM/PR	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda:

Acrescente-se artigo na Lei de conversão da MP nº 992, com a seguinte redação:

Art. A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais do proprietário rural, que poderão buscar a parte do patrimônio rural em afetação que não estiver vinculado a CIR ou CPR.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 992, de 2020, está inserida no contexto de atualização e aperfeiçoamento do ambiente de crédito do Brasil, o mesmo que embasou a edição da MP nº 897, de 2019, convertida na Lei nº 13.986, de 2020.

A referida Lei instituiu o Patrimônio Rural em Afetação, presentemente em processo de conhecimento, regulamentação e operacionalização.

Naquelas atividades, verificou-se a necessidade de dar ao patrimônio rural em afetação, quando vinculado a CIR ou CPR, especificações de segurança jurídica que já são praticadas nas incorporações imobiliárias.


Dep. PEDRO LUPION
DEM/PR



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**MPV 992
00016****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE mais amplo, acessível e barato.

Explica-se, segundo a MP as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancária; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micro e pequenas empresas.

Desde meados de março/2020, quando começou com mais concretude as ações de combate à pandemia de Covid-19 (coronavírus) que as micro, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de inefetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior número de empregos e de renda no Brasil.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado Edmilson Rodrigues
PSOL/PA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**MPV 992**
00017**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º.

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);
- (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e
- (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

E mais, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber, (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro para com o trato e procedimentos visando proteção às micro e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e postos de trabalho e fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março que o Brasil iniciou com mais afinco (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República), as medidas de combate à pandemia de covid-19. Então, desde março que as micro e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge, é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento à micro e pequena empresa.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado Edmilson Rodrigues
PSOL/PA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**MPV 992
00018****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º.
.....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que são as micro e pequenas empresas o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.

Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Consideramos



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia do covid-19 (coronavírus).

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado Edmilson Rodrigues
PSOL/PA



**MPV 992**
00019**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

APRESENTAÇÃO DE EMENDA**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020.****Autor: Poder Executivo**

1. __Supressiva	2. __Substitutiva	3. ____ Modificativa	4. <u>X</u> Aditiva
-----------------	-------------------	----------------------	---------------------

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 992, de julho de 2020, os seguintes dispositivos:

“Art. 17-A. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

“Art. 2º.....

.....

§ 1º A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até **50% (cinquenta por cento)** da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até **80% (oitenta por cento)** do seu capital social ou a até **50% (cinquenta por cento)** da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

.....

.....

§ 10-A. A existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao crédito por parte do proponente, inclusive protesto, não poderá ser utilizada como fundamento para a não realização da contratação da linha de crédito.

.....

.....

Art. 3º. As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe até 31 de dezembro de 2020, observados o §10-A do art. 2º e os seguintes parâmetros:

I – taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido e **carência de 12 (doze) meses, contados da formalização da operação de crédito, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.**

II – **prazo de 60 (sessenta) meses para o pagamento;**
e

.....

.....

Art. 6º. A União aumentará sua participação no FGO em **R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais)**, independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.

.....
.....
§7º-A. Salvo comprovada ausência de demanda, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo serão direcionados para microempresas e microempreendedores individuais e outros 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte do setor de eventos, bem como do setor de turismo, entre as quais:

I – fornecedores de gêneros alimentícios e bebidas, como produtores de buffets e doces;

II – estabelecimentos onde se realizam eventos culturais e festas voltadas ao público ou privadas;

III – organizadores, produtores de evento e cerimonial;

IV – fornecedores de decoração, cenografia, flores, fotografia e filmagem para eventos;

V – fornecedores de sonorização, iluminação e músicos;

VI – transportadoras, manobristas e fornecedores de transporte em geral;

VII – fornecedores de segurança e brigadistas para eventos;

VIII – fornecedores de figurino e roupas especiais para eventos;

VII – agências de turismo e guias turísticos;

VIII – hotéis, pousadas e fornecedores de hospedagem;

XIX – demais pessoas jurídicas do setor de turismo e eventos que atendam aos requisitos deste §.

.....
.....
Art. 13-A. O disposto no art. 3º. caput e incisos I e II aplicam-se aos contratos já celebrados.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

JUSTIFICATIVA

As consequências sociais e econômicas da pandemia do Covid-19 exigem que o Estado adote medidas efetivas para auxiliar os empreendedores individuais, as micro e pequenas empresas, incluindo as empresas do setor de turismo e eventos. Por isso, estamos propondo alterações na Lei do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) para tornar mais eficaz o programa.

Segundo a mídia, em pouco mais de um mês da regulamentação do Pronampe, R\$ 14,6 bilhões – dos R\$ 15,9 bilhões disponíveis – já foram emprestados pelas instituições financeiras autorizadas a operar a linha.

O montante corresponde a 91,8% do total e se refere apenas aos recursos cedidos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco. Além dos contratos assinados, o valor também inclui propostas à espera de liberação e créditos com a documentação em análise.

O Pronampe é administrado pelo Banco do Brasil por meio do FGO (Fundo de Garantia de Operações) e é destinado às micro e pequenas empresas – com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões (no caso do programa, vale a receita registrada em 2019).

O prazo máximo de pagamento das operações contratadas é de 36 meses, com carência de 8 meses. Os juros correspondem à taxa básica Selic mais 1,25% ao ano sobre o valor concedido.

A Caixa responde pela maior parte dos empréstimos disponibilizados pela linha até agora, com R\$ 5,9 bilhões. O banco começou a operar com o Pronampe em 16 de junho e conta com R\$ 4,4 bilhões disponibilizados, R\$ 1,2 bilhão em pré-contratos de créditos assinados à espera de liberação e aproximadamente outros R\$ 300 milhões em créditos com a documentação em análise.

Por isso, nossa proposta estende o programa até 31/12/2020 e aumenta o valor inicialmente previsto (R\$ 15,9 bilhões) para R\$ 50 bilhões, sendo que 25% deste montante deverá ser direcionado micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais e 25% deverá ser direcionado ao setor de turismo e eventos. Não havendo demanda, a emenda prevê que o valor fica liberado para as demais empresas.

Também estamos propondo que o prazo de pagamento do crédito seja estendido de 36 meses para 60 meses, com prazo de 12 meses de carência.

Estamos propondo também que as instituições financeiras participantes do Pronampe não possam utilizar a existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

crédito por parte do proponente, inclusive protesto, como fundamento para a não realização da contratação da linha de crédito.

Por fim, nossa emenda prevê que os contratos já celebrados possam ser beneficiados pela inclusão do prazo de carência e alteração do prazo de pagamento.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 2020

Assinatura manuscrita de Eduardo da Fonte em tinta azul.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE



**MPV 992**
00020**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

APRESENTAÇÃO DE EMENDA**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020.****Autor: Poder Executivo**

1. __Supressiva	2. __Substitutiva	3. ____ Modificativa	4. <u>X</u> Aditiva
-----------------	-------------------	----------------------	---------------------

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 992, de julho de 2020, os seguintes dispositivos:

“Art. 2º.....

.....
§ 3º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

e as características das operações de que trata o caput, observados os requisitos de taxa de juros anual máxima igual ao dobro da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) sobre o valor concedido, prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento e carência de 8 (oito) meses, contados da formalização da operação de crédito.

.....

.....

§6º-A. *A existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao crédito por parte do proponente, inclusive protesto, a partir de 1º de janeiro de 2020, não poderá ser utilizada como fundamento para a não realização da contratação da linha de crédito.*

.....

.....

Art. 17-A. *A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:*

“Art. 2º.....

.....

§ 1º *A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 80% (oitenta por cento) do seu capital social ou a até 50% (cinquenta por cento) da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.*

.....

.....

§ 10-A. *A existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

restrição ao crédito por parte do proponente, inclusive protesto, não poderá ser utilizada como fundamento para a não realização da contratação da linha de crédito.

.....

.....

Art. 3º. As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe até 31 de dezembro de 2020, observados o §10-A do art. 2º e os seguintes parâmetros:

I – taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido e carência de 12 (doze) meses, contados da formalização da operação de crédito, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

II – prazo de 60 (sessenta) meses para o pagamento;

.....

.....

Art. 6º. A União aumentará sua participação no FGO em R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.

.....

.....

§7º-A. Salvo comprovada ausência de demanda, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo serão direcionados para microempresas e microempreendedores individuais.

.....

.....

Art. 13-A. O disposto no art. 3º. caput e incisos I e II aplicam-se aos contratos já celebrados.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

JUSTIFICATIVA

As consequências sociais e econômicas da pandemia do Covid-19 exigem que o Estado adote medidas efetivas para auxiliar os empreendedores individuais e as micro pequenas empresas. Por isso, estamos propondo alterações na Lei do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) para tornar mais eficaz o programa.

Segundo a mídia, em pouco mais de um mês da regulamentação do Pronampe, R\$ 14,6 bilhões – dos R\$ 15,9 bilhões disponíveis – já foram emprestados pelas instituições financeiras autorizadas a operar a linha.

O montante corresponde a 91,8% do total e se refere apenas aos recursos cedidos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco. Além dos contratos assinados, o valor também inclui propostas à espera de liberação e créditos com a documentação em análise.

O Pronampe é administrado pelo Banco do Brasil por meio do FGO (Fundo de Garantia de Operações) e é destinado às micro e pequenas empresas – com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões (no caso do programa, vale a receita registrada em 2019).

O prazo máximo de pagamento das operações contratadas é de 36 meses, com carência de 8 meses. Os juros correspondem à taxa básica Selic mais 1,25% ao ano sobre o valor concedido.

A Caixa responde pela maior parte dos empréstimos disponibilizados pela linha até agora, com R\$ 5,9 bilhões. O banco começou a operar com o Pronampe em 16 de junho e conta com R\$ 4,4 bilhões disponibilizados, R\$ 1,2 bilhão em pré-contratos de créditos assinados à espera de liberação e aproximadamente outros R\$ 300 milhões em créditos com a documentação em análise.

Por isso, nossa proposta estende o programa até 31/12/2020 e aumenta o valor inicialmente previsto (R\$ 15,9 bilhões) para R\$ 50 bilhões, sendo que 50% deste montante deverá ser direcionado microempresas e microempreendedores individuais. Não havendo demanda, a emenda prevê que o valor fica liberado para as demais empresas.

Também estamos propondo que o prazo de pagamento do crédito seja estendido de 36 meses para 60 meses, com prazo de 12 meses de carência.

Estamos propondo também que as instituições financeiras participantes do Pronampe não possam utilizar a existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

crédito por parte do proponente, inclusive protesto, como fundamento para a não realização da contratação da linha de crédito.

Por fim, nossa emenda prevê que os contratos já celebrados possam ser beneficiados pela inclusão do prazo de carência e alteração do prazo de pagamento.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em de julho de 2020

Assinatura manuscrita em azul do Deputado Eduardo da Fonte.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE



**MPV 992
00021****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE mais amplo, acessível e barato.

Explica-se, segundo a MP as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancária; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micro e pequenas empresas.

Desde meados de março/2020, quando começou com mais concretude as ações de combate à pandemia de Covid-19 (coronavírus) que as micro, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de inefetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior número de empregos e de renda no Brasil.

Sala das comissões, em 20 de julho de 2020



**MPV 992
00022****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art.
2º.
.....

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);
- (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e
- (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

E mais, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber, (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro para com o trato e procedimentos visando proteção às micro e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e postos de trabalho e fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março que o Brasil iniciou com mais afinco (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República), as medidas de combate à pandemia de covid-19. Então, desde março que as micro e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge, é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento à micro e pequena empresa.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020



**MPV 992
00023****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º.
.....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que são as micro e pequenas empresas o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.

Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Consideramos uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia do covid-19 (coronavírus).

Sala das comissões, em 20 de julho de 20



MPV 992
00024

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, passa a ser acrescido dos incisos III e IV, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....
III – o prazo mínimo para a concessão de crédito das operações do Programa referido no caput será de 36 meses acrescido de carência de seis meses;

IV – os juros máximos no âmbito das operações de crédito do Programa referido no caput deverão ser a taxa Selic acrescido de 1,25% ao ano.

.....”
(NR)

JUSTIFICATIVA

O enfrentamento da crise do COVID-19 ensejou inúmeras medidas para dar conta dos diversos desafios na saúde pública e na economia. A presente medida provisória é mais um importante estímulo à manutenção dos empregos e geração de renda. É uma ajuda essencial para as empresas poderem arcar com custos que compreendem grande parte dos seus gastos fixos.

Diante da magnitude e *incerteza* da crise, acreditamos que devemos estabelecer alguns critérios mínimos para a oferta de crédito. Nossa emenda vem nesta direção. Acreditamos que nossa proposta de prazo e taxa de juros possui aderência às outras medidas de concessão de crédito durante o período de pandemia. Além disso, estão em consonância com a inflação esperada para os próximos anos.

Diante das razões apresentadas peço o apoio dos meus Pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, de julho de 2020.

Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



MPV 992
00025

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Art. 1º O art. 1º da MPV 992/2020 passa a figurar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

II – o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é incluir as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio no rol das instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo banco central a fornecer créditos às micro e pequenas empresas beneficiadas pela presente Medida Provisória.



Sabe-se que o mercado de crédito o Brasil é diminuto e oligopolizado, motivo pelo qual se faz necessário permitir o acesso a essas instituições ao sistema instituído por meio da MPV ora emendada.

Com efeito, a discriminação às cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio não se justifica e, por isso, defendemos a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2020.

Deputado Léo Moraes
Líder do Podemos



**MPV 992
00026****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

A Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. XX A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 19.....

.....

VIII - o prazo, a data de vencimento, o valor da prestação total, nela incluídas as parcelas de amortização e os juros, os quais poderão ser estipulados com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público, as taxas, seguros e demais encargos contratuais de responsabilidade do devedor, a forma de reajuste e o valor das multas previstas contratualmente, com a indicação do local de pagamento.

.....’(NR)

‘Art. 28.....

§ 1º

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, que poderão ser flutuantes e estipulados com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação.

.....

.....’(NR)



2

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é trazer contribuições adicionais para o aprimoramento da legislação aplicável às operações de alienação fiduciária em garantia que veio a ser introduzido pela Medida Provisória nº 992, de 2020.

Com as alterações legislativas promovidas pelo art. 14 da citada MP, passou a ser possível aos devedores a utilização de bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza.

Não há dúvidas de que essa medida tende a trazer um efeito positivo para o mercado de crédito, uma vez que viabilizará o acesso dos consumidores tenham a novas alternativas para o financiamento e até mesmo de financiamento de suas dívidas, em condições mais favoráveis, tanto para os devedores – que poderão dispor de opções de crédito mais em conta – quando para os credores – que passarão a contar com garantia de melhor qualidade.

Ainda assim, acreditamos que, para que esse efeito positivo possa ser sentido toda a sua extensão, é oportuna e de grande importância que se promova outra alteração na legislação, para eliminar uma indesejável fonte de insegurança jurídica relacionada às Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e às Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Entendemos é de grande importância alterar a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir expressamente que a remuneração das operações de crédito instrumentalizadas por meio de CCIs e CCBs seja pactuada por meio de taxas de juros flutuantes, estipuladas com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público – como a taxa dos certificados de depósito interfinanceiro (conhecida como “taxa do CDI”).

Embora essa pactuação de juros com base em taxas flutuantes e referenciais já seja uma realidade do mercado de crédito brasileiro há muitos anos, até porque amparada em normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, infelizmente alguns Tribunais de Justiça ainda consideram nula essa forma de estipulação de taxas de juros. Tais decisões, na prática, têm gerado grande insegurança jurídica para o mercado financeiro, como as instituições do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Entendemos, portanto, que, com o acolhimento da presente Emenda, será possível colocar fim a essa controvérsia jurisprudencial, eliminando essa indesejável fonte de risco jurídico.

Sala das Sessões, de julho de 2020.

DEPUTADO ARNALDO JARDIM
CIDADANIA/SP



**MPV 992
00027****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Acrescente-se à Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber, o seguinte capítulo:

Art. Fica excepcionalmente instituída, no âmbito do crédito para financiamento da reforma agrária, linha de crédito emergencial destinada ao financiamento de capital de giro e ao refinanciamento de operações de custeio agropecuário e de investimento contratadas até 31 de dezembro de 2019, relativo a atividades de reflorestamento e produção de madeiras certificadas por meio de Cooperativas de Produção em projetos de assentamento originários ou vinculados à reforma agrária em terras da União ou dos Estados federados.

Art. A linha de crédito de que trata esta Lei observará as seguintes condições:

I – taxa efetiva de juros: 4% a.a. (quatro por cento ao ano);



II – prazo de vencimento: não inferior a 10 (dez) anos, incluídos 3 (três) anos de carência;

III – prazo de contratação: até 12 (doze) meses após a publicação desta Lei;

IV – limite de financiamento: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, em uma ou mais operações;

V – garantia: livremente pactuada;

VI – fonte de recursos: Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE e poupança rural.

VII – risco operacional: das instituições financeiras.

Parágrafo único. A União restituirá às instituições financeiras 25% (vinte e cinco por cento) dos valores levados a prejuízo decorrentes das operações de que trata esta Lei.

Art. Os refinanciamentos de que trata esta Lei contratados com recursos da poupança rural poderão ser objeto de subvenção econômica na forma de equalização de taxas, de que trata a Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992, e os correspondentes custos correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas às Operações Oficiais de Crédito.

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia decorrente do novo coronavírus prejudica diversos segmentos produtivos. Nos projetos produtivos originários da reforma agrária, os efeitos negativos fazem-se mais presentes pela falta de transversalidade nas cadeias produtivas e o mercado consumidor, principalmente nesta quadra onde as questões socioambientais representam ativos tão importantes quanto créditos e demais insumos. Com efeito, é perceptível que as cooperativas de reflorestamento e produção de madeiras certificadas em projetos de reforma agrária, sem uma linha de crédito apropriada podem ser alcançadas pelas consequências danosas da falta de capital para sustentar uma produção de médio e longo prazos com a drástica redução da rentabilidade da atividade ou mesmo a interrupção dos canais de comercialização.



Essa situação agravou de forma substancial as dificuldades enfrentadas por parte considerável dos produtores rurais desse segmento, que, sem ter como comercializar a produção ou com receitas reduzidas, deixam de quitar empréstimos e financiamentos, acumulando esses débitos com outros já existentes.

A linha especial de crédito ora proposta visa propiciar suporte financeiro para que os associados de cooperativa de produção — vinculados a projetos de assentamento de reforma agrária — prejudicados pela pandemia do COVID-19 possam restabelecer o equilíbrio financeiro e ampliar o horizonte de planejamento de suas atividades. A esse respeito, nunca é demais sublinhar que pequenos e médios produtores rurais desempenham papel de destaque no abastecimento alimentar da população brasileira.

Incentivar a produção de madeira reflorestada, sustentável e certificada em projetos de reforma agrária, além de gerar utilidade para os imóveis regularizados, traduz a efetividade de uma política pública, alterando a realidade socioeconômica de milhares de brasileiros e incorporando-os em um segmento produtivo de qualidade, com ganhos incomensuráveis ao meio ambiente e na geração de emprego e renda, retirando-os, em boa medida, da condição de meros atores de um processo de subsistência indefinido e perene.

Como mencionado, a presente proposição vislumbra a criação de novas oportunidades de ocupação da força de trabalho, com geração de renda e riqueza, além de um ganho de revisão nas práticas de preservação das áreas onde se situam os projetos de assentamento, gerando ondas de crescimento sustentável para toda a cadeia produtiva de madeira certificada.

Conhecedor da sensibilidade de meus pares para questões tão relevantes para o desenvolvimento nacional é que apelo para o apoio à presente proposição na certeza de que o parlamento brasileiro dará uma significativa contribuição ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental do nosso país.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO
PP/RJ





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 992****00028**
ETIQUETA

DATA / /2020	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, de 2020
-----------------	--

AUTOR DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO				
1 (x) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Suprima-se o art. 9º-D incluído na Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, pelo art. 14 da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020.

JUSTIFICATIVA

O art. 9º-D incluído na Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, pelo art. 14 da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, facultou ao credor fiduciário, na hipótese de inadimplemento e ausência de purgação da mora, considerar vencidas antecipadamente, independentemente de seu valor, todas as operações de crédito contratadas no âmbito do compartilhamento da alienação fiduciária, situação em que será exigível a totalidade da dívida para todos os efeitos legais.

Ora, não é razoável permitir que credor fiduciário, em razão de um único inadimplemento, considere vencidas antecipadamente, independentemente do valor, todas as operações de crédito realizadas com o fudiciente (devedor) somente pelo fato das diferentes operações de crédito compartilharem como garantia um mesmo imóvel.

No âmbito do compartilhamento da alienação fiduciária, ainda que o objeto dado em garantia fiduciariamente seja o mesmo, deve-se ponderar que cada dívida é única.

O fato de haver um vínculo de garantia entre as diferentes operações de crédito não deve ser suficiente para tornar exigível antecipadamente todas as demais obrigações



em razão de um único inadimplemento.

A supressão do art. 9º-D incluído na Lei nº 13.476, de 2017, pelo art. 14 da Medida Provisória nº 992, de 2020, não tem por objetivo prejudicar o credor fiduciário, que continuará com os instrumentos legais para cobrar e antecipar o vencimento das dívidas inadimplidas, mas sim proteger os tomadores de crédito que passam por dificuldades em um momento de grave crise.

ASSINATURA

Brasília, de julho de 2020.



MPV 992
00029

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se os seguintes incisos ao §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º

.....

§6º

.....

IV -

V – observarão o limite máximo de taxa de juros anual igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor concedido;

VI – terão prazo mínimo de trinta e seis meses para o pagamento; e

VII – terão carência mínima de oito meses, contados da formalização da operação de crédito, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo estabelecer parâmetros em prol das empresas beneficiárias dos empréstimos, limitando a remuneração de bancos e fixando prazos de pagamento e carência a serem observados nas operações financeiras do CGPE.

Vale lembrar que o Congresso Nacional já aprovou outras linhas de crédito como resposta à crise econômica enfrentada em virtude da Covid-19, e tais parâmetros foram estabelecidos naquelas hipóteses. Assim, a presente emenda preza também pelo princípio da igualdade nas relações econômicas.

Por todo o exposto, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)



**MPV 992
00030****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Inclua-se, onde couber, os seguintes capítulos e disposições:

“CAPÍTULO I – DA MODERNIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS:

Art. 1º A lei nº 9.514/1997 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.

§1º

.....

V – A propriedade superveniente do fiduciante.

.....

§ 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo fiduciante, torna eficaz, desde o registro, a transferência da propriedade fiduciária ao credor.

§ 4º A alienação fiduciária da propriedade superveniente é admitida a registro imobiliário desde a data de sua celebração.

§ 5º É facultado ao credor titular da propriedade superveniente sub-rogar-se na propriedade fiduciária, na forma do art. 31”. (NR)

“Art. 26.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, o devedor fiduciante e, se for o caso, o terceiro prestador da garantia fiduciária, ou seus representantes legais ou



procuradores regularmente constituídos, serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de quinze dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

§ 1º-A Quando houver imóveis localizados em mais de uma circunscrição imobiliária em garantia da mesma dívida, a intimação para purgação da mora poderá ser requerida a qualquer dos registradores competentes e, uma vez realizada, importa em cumprimento do requisito de intimação em todos os procedimentos de excussão, desde que informe a totalidade da dívida e dos imóveis passíveis de consolidação de propriedade.

§ 2º O contrato poderá definir o prazo de carência após o qual será expedida a intimação; no silêncio, o prazo será de 15 (quinze) dias.

§ 3º A intimação far-se-á pessoalmente às pessoas indicadas no §1º, mediante carta pela qual sejam também cientificados de que, caso não haja purgação da mora no prazo legal, a propriedade será consolidada no patrimônio do credor e o imóvel será levado a leilão nos termos do art. 27, podendo a intimação ser promovida, por solicitação do oficial do Registro de Imóveis, por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento, aplicando-se, no que couber, o art. 160 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

.....
§ 9º É dever do devedor fiduciante informar o credor fiduciário sobre a alteração de seu domicílio, presumindo-se estar em lugar ignorado quando não encontrado no local do imóvel dado em garantia ou em outro endereço por ele fornecido.

§ 10. Presume-se inacessível o lugar quando houver recusa do porteiro em atender a pessoa responsável pela intimação ou o prédio for desprovido de portaria e não houver quem o atenda.” (NR)

“Art. 26-A. Os procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos à aquisição ou construção do imóvel residencial do fiduciante, exceto as operações do sistema de consórcio, de que trata a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, sujeitam-se às normas especiais estabelecidas neste artigo.

.....
§ 3º No segundo leilão, será aceito o lance mais elevado, desde que igual ou superior ao valor integral da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, ou ao correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º, o que for maior.

§ 4º Se, no segundo leilão, não houver lance que atenda o referencial estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á extinta a dívida, hipótese



em que o credor fiduciário entregará ao devedor, mediante prova da desocupação do imóvel, a diferença entre o esse montante, acrescido da taxa de fruição a que se refere o art. 37-A e dos encargos condominiais e tributários incidentes sobre o imóvel que se vencerem entre a data da consolidação da propriedade e a data da desocupação do imóvel, e o valor correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação de que trata o § 1º do art. 27, se este for maior”. (NR)

“Art. 27. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de sessenta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do Art. 26, promoverá público leilão para a alienação do imóvel.

§ 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º.

§ 5º Se, no segundo leilão, não houver licitante ou lance suficiente, o fiduciário estará investido na livre disponibilidade do imóvel independente de leilão e entregará ao fiduciante, mediante prova da desocupação do imóvel, a eventual diferença positiva entre o valor a que se refere o §2º do art. 27 e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.

§6º Se o produto do leilão não for suficiente para pagamento integral do montante da dívida garantida, seus encargos e despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, cobrável mediante ação de execução e, se for caso, excussão das demais garantias da dívida.

§ 10. Os direitos reais de garantia ou constrições, inclusive penhoras, arrestos, bloqueios e indisponibilidades de qualquer natureza, incidentes sobre o direito real de aquisição do devedor fiduciante não obstam a consolidação da propriedade no patrimônio do credor fiduciário e a venda do imóvel para realização da garantia, mas sub-rogam-se no direito do fiduciante à percepção do saldo que eventualmente restar do produto da venda.” (NR)

“Art. 27-A. Nas operações de crédito garantidas por dois ou mais imóveis, caso não seja convencionada a vinculação de cada imóvel a uma parcela da dívida, o credor poderá promover a excussão em ato simultâneo, mediante consolidação da propriedade e leilão de todos os imóveis em conjunto, ou em atos sucessivos, mediante consolidação e leilão de cada imóvel em atos subsequentes, à medida que seja necessário para satisfazer plenamente o crédito.

§ 1º Caberá ao credor fiduciário a indicação dos imóveis a serem executados em sequência, salvo estipulação expressa no contrato, ficando suspensa a consolidação dos demais.

§ 2º Em relação a cada imóvel levado a leilão o credor fiduciário promoverá a averbação do demonstrativo do respectivo resultado no Registro de Imóveis



competente e o encaminhará ao devedor fiduciante mediante correspondência dirigida ao endereço físico e eletrônico por ele informado no contrato.

§ 3º Não se alcançando, a cada leilão realizado, quantia suficiente para satisfação do crédito, o credor promoverá a seguir o recolhimento do Imposto de Transmissão Inter Vivos e, se for o caso, do laudêmio, relativos ao imóvel a ser executado em seguida, requererá a respectiva averbação da consolidação da propriedade e, nos trinta dias seguintes, promoverá os procedimentos de leilão nos termos do art. 27.

§ 4º Uma vez satisfeito integralmente o crédito com o produto dos leilões realizados sucessivamente, o credor fiduciário entregará ao devedor fiduciante o termo de quitação e a autorização de cancelamento do registro da propriedade fiduciária dos imóveis a serem desonerados.” (NR)

Art. 30

Parágrafo único. Nas garantias cuja excussão seja realizada na forma deste capítulo, iniciada por instituição financeira, uma vez averbada a consolidação da propriedade fiduciária, as ações judiciais que tenham por objeto controvérsias sobre as estipulações contratuais ou os requisitos procedimentais de cobrança e leilão, excetuada a exigência de notificação do devedor fiduciante, não obstarão a reintegração de posse de que trata este artigo e serão resolvidas em perdas e danos”. (NR)

“CAPÍTULO II – DA EXCUSSÃO EXTRAJUDICIAL HIPOTECÁRIA:

Art. 1 Ficam incluídos na lei nº 9.514/1997 os seguintes dispositivos:

“Art. 39. Os créditos garantidos por hipoteca poderão ser executados extrajudicialmente na forma desta lei, independentemente de previsão contratual.

§ 1º Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro garantidor, ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos, serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou seu cessionário, pelo oficial do Registro de Imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, aplicando-se, no que couber, os procedimentos estabelecidos nos parágrafos do art. 26 desta Lei.

§ 2º A não purgação da mora pelo devedor, no prazo do parágrafo anterior, caracteriza o inadimplemento absoluto da obrigação garantida, a partir do qual se inicia o procedimento de excussão extrajudicial da garantia hipotecária mediante público leilão, devendo esse fato ser averbado na matrícula do imóvel mediante pedido formulado pelo credor nos quinze dias seguintes ao término do prazo fixado para a purgação da mora.

§ 3º No prazo de sessenta dias da averbação referida no parágrafo anterior, o credor promoverá público leilão do imóvel hipotecado, facultada a realização por meio eletrônico, do qual o devedor será cientificado mediante



correspondência dirigida pelo credor aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.

§ 4º Se no primeiro leilão público não for oferecido lance igual ou superior ao valor do imóvel fixado no contrato para fins de excussão ou ao valor de avaliação realizada pelo órgão público competente para cálculo do imposto sobre transmissão inter vivos, o que for maior, será realizado o segundo leilão nos quinze dias seguintes.

§ 5º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 4º.

§ 6º Até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao devedor ou ao prestador da garantia hipotecária o direito de remir a execução, efetuando o pagamento da totalidade da dívida, cujo valor será acrescido das despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilões, autorizado o Oficial de Registro de Imóveis a receber as quantias correspondentes, devendo transferi-las ao credor no prazo de três dias.

§ 7º Se o lance para arrematação do imóvel, em qualquer dos dois públicos leilões, superar o valor da totalidade da dívida e das despesas conforme indicado no parágrafo anterior, a quantia excedente será entregue ao hipotecante no prazo de quinze dias, contado da data da efetivação do pagamento do preço da arrematação.

§ 8º Se, no segundo leilão, não houver licitantes ou o maior lance oferecido não for igual ou superior ao lance mínimo estabelecido no § 5º, o imóvel será arrematado pelo credor hipotecário por valor correspondente a esse preço mínimo, mediante pagamento ao devedor, quando da desocupação do imóvel, da eventual diferença positiva entre esse preço e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.

§ 9º Quando se tratar de operação do sistema de consórcio, o crédito eventual do consorciado, estabelecido no parágrafo anterior, será satisfeito por ocasião do fechamento do grupo.

§ 10 O procedimento dos leilões será formalizado por ata notarial que, instruída pela comprovação de intimação do devedor, dos autos dos leilões e de arrematação, constituirá o título de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel, à vista da comprovação do pagamento do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio.

§ 11 Aplicam-se à execução hipotecária realizada na forma deste artigo as disposições dos §§7º e 8º do art. 27, do art. 30 e seu parágrafo único, e do art. 37-A, desta lei, equiparando-se à consolidação da propriedade, para a finalidade de determinar o marco temporal, a averbação a que diz respeito o §3º deste artigo.

Art. 39-A. Quando houver mais de uma garantia registrada sobre o mesmo bem, após realizadas as averbações previstas no §7º do art. 26, ou no §2º do art. 39, conforme o caso, o oficial intimará todos os credores concorrentes simultaneamente para habilitarem os respectivos créditos, mediante requerimento que atenda aos requisitos abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

I – o cálculo do montante atualizado para excussão da garantia, incluindo seus acessórios;



II - os documentos comprobatórios do desembolso e do saldo devedor, quando se tratar de crédito pecuniário futuro, condicionado ou rotativo;

III - a sentença judicial ou arbitral que tornar líquido e certo o montante devido, quando ilíquida a obrigação descrita no contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do caput, o oficial certificará, intimando o garantidor e todos os credores em concurso quanto ao quadro atualizado de credores, com os respectivos créditos e graus de prioridade, cuja distribuição ficará a cargo do credor exequente, com prioridade e nos mesmos prazos aplicáveis à restituição de qualquer montante, que eventualmente sobejar, ao fiduciante ou garantidor hipotecário.

Art. 2 Altera-se a redação do inciso V, do art. 3º, da Lei nº 8009/1991, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 3º

.....

V - para excussão de imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, ainda que em garantia de dívida de terceiro;

.....” (NR)

“CAPÍTULO III – DO COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS:

Art. 3º Fica introduzido o “Capítulo XXI – Do Agente de Garantia” no Título VI, do Livro I – Do Direito das Obrigações, da Parte Especial do Código Civil, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XXI Do Agente de Garantia

Art. 853-A. Toda garantia pode ser constituída, registrada, gerida e excutida por um agente de garantia, designado a este fim pelos credores da obrigação garantida no título, agindo em nome próprio e em benefício destes.

§1º. O agente de garantia tem dever fiduciário em relação aos credores da obrigação garantida, respondendo perante estes por todos os seus atos.

§2º. O agente de garantia poderá ser, à escolha dos credores, um dos credores, o registrador de imóveis, o registrador de títulos e documentos, ou um terceiro, e poderá ser substituído a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas sua substituição só será eficaz após a publicidade, feita na mesma forma da respectiva garantia.



§3º. O produto da realização da garantia, do qual o agente de garantia é depositário, constitui patrimônio separado e é impenhorável, na pendência da sua transferência para os credores garantidos, até 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento.

§4º Recebido o valor pelo agente de garantia, realizará ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o pagamento dos credores e, na hipótese de não localização de quaisquer deles, depositará em conta remunerada em nome de cada qual o valor respectivo”.

Art. 3 Os arts. 1.477 e 1.478 do Código Civil passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.477.

.....

§2º O inadimplemento da obrigação garantida por hipoteca faculta ao credor declarar vencidas as obrigações garantidas pelas demais hipotecas de que for titular sobre o mesmo imóvel”. (NR)

“Art. 1.478. O credor da segunda hipoteca, efetuando o pagamento, terá faculdade de se sub-rogar, a qualquer tempo, nos direitos da hipoteca anterior, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum”. (NR)

Art. 4 As garantias reais serão contratadas preferencialmente pela via eletrônica, cabendo aos oficiais de registro e aos tabeliães:

I – manter, diretamente ou por intermédio de suas centrais de serviços, integração entre elas, para disponibilização eletrônica de seus serviços e dados aos usuários, respeitados os emolumentos e os valores das outras despesas exigíveis pela serventia e centrais compartilhadas;

II – estabelecer preços dos serviços de recepção e entrega disponibilizados pelas centrais de serviços eletrônicos compartilhados extrajudiciais correspondente aos efetivos custos operacionais de instalação, manutenção e atualização permanente da estrutura.” (NR)”

“CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5 Os benefícios da gratuidade de justiça não se aplicam aos atos praticados pelos oficiais de registro ou tabeliães por opção da parte requerente”.

Art. 6 Ficam revogados os arts. 31 a 41 do Decreto-Lei nº 70 de 21 de novembro de 1966 e demais disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

A proposta contém diversas alterações à legislação pertinente às garantias reais imobiliárias, com o objetivo de adaptá-las aos usos expandidos decorrentes de recentes alterações legislativas, incluindo a proposta de reutilização da garantia fiduciária contida no art. 14 da MPV 992.

Entendemos que o bom funcionamento do sistema de garantias reais, para efetividade dos instrumentos introduzidos por esta MPV, exige a harmonização sistemática e modernização dos institutos correlatos nas leis que atualmente tratam do tema, conforme explicações apresentadas pelo Prof. Melhim Chalhub em recente artigo intitulado “*A garantia fiduciária como elemento catalisador da reativação da economia*”, disponível em <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-edilicias/330845/a-garantia-fiduciaria-como-elemento-catalisador-da-reativacao-da-economia>.

Para além das alterações à alienação fiduciária, considerou-se pertinente estender o procedimento da excussão extrajudicial à execução hipotecária, com revogação do antigo procedimento contido no Decreto-Lei 70/1966, bem como a introdução do contrato de agente de garantia, entre os contratos em espécie do Código Civil, como meio de assegurar maior efetividade e segurança jurídica nos financiamentos. Essas propostas foram extraídas do livro *Garantias das Obrigações* (Ed. IASP, 2017), de autoria do Dr. Fábio Rocha Pinto e Silva.

Sala da comissão, em 20 de julho de 2020.

Deputado Denis Bezerra

PSB/CE





CONGRESSO NACIONAL

MPV 992
00031**APRESENTAÇÃO DE EMENDA****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020.****Autor: Poder Executivo**

1. __ Supressiva	2. __ Substitutiva	3. ____ Modificativa	4. <u>X</u> Aditiva
------------------	--------------------	----------------------	---------------------

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se um novo inciso ao §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 julho de 2020, com a seguinte redação:

Art. 2º.....

§ 6º Observado o disposto no § 4º, as operações realizadas no âmbito do CGPE:

V - a operação de crédito que optar pelos parâmetros dos incisos I e II art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, será garantida pelo Fundo previsto no art. 2º da Medida Provisória nº 975, de 1º de junho de 2020” (NR)




**CONGRESSO NACIONAL****JUSTIFICATIVA**

A crise de saúde pública gerada pela pandemia do Covid-19 trouxe consequências sociais e econômicas muito graves. Dados divulgados pela mídia indicam que pelo menos 25% das empresas fecharam no período. É necessário fazer essa alteração, visando maior eficiência para que o crédito chegue de fato a classe empresarial.

A presente emenda propõe que as operações de crédito que optarem pelos parâmetros do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020, sejam garantidos pelo Fundo Garantidor previsto na Medida Provisória nº 975, de 2020. Com isso, estamos incentivando os bancos a praticarem uma taxa de juros anual máxima igual à Selic, acrescida de 1,25% sobre o valor concedido, e que o prazo para pagamento seja de, no mínimo, 36 meses.

Nossa proposta busca permitir ao empresário condições melhores de pagamento dos financiamentos adquiridos.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 2020.


Deputado Federal
Chiquinho Brazão
AVANTE/RJ



**MPV 992
00032****CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Praça dos Três Poderes - Anexo IV, Gabinete 550 – 70160-900 – Brasília-DF
Telefone: (61) 3215-5550

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

O art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica instituído o CGPE, Programa destinado à realização, pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, de operações de crédito com empresas e sociedades cooperativas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.

.....
.....
.....”(NR)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Praça dos Três Poderes - Anexo IV, Gabinete 550 – 70160-900 – Brasília-DF
Telefone: (61) 3215-5550

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Medida Provisória que visa instituir o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE. O Programa é destinado à realização de operações de crédito pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio.

Nos termos do inciso I do art. 1º da Medida Provisória, propõe-se a concessão de crédito a microempresas e empresas de pequeno e de médio porte com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.

Ocorre que a MP 992/2020 não contempla as sociedades cooperativas na condição de beneficiárias do mesmo programa, na medida em que se restringe às empresas (inciso I do art. 1º). O cerne da questão se encontra na interpretação literal do dispositivo, uma vez que empresas não se confundem com as sociedades cooperativas.

A justificativa encontra respaldo no fato de a terminologia utilizada acabar impossibilitando o acesso das cooperativas no mercado de trabalho e cadeia produtiva. Entende-se por empresa *“como sendo a atividade, cuja marca essencial é a obtenção de lucros com o oferecimento ao mercado de bens ou serviços, gerando estes mediante a organização dos fatores de produção [...]”. Em termos técnicos, contudo, empresa é a atividade [...].* (FABIO ULHOA COELHO, in Curso de Direito Empresarial, p. 18 e 63, v. 1).

Ocorre que a medida provisória não levou em consideração o fato de que as cooperativas não são consideradas empresas justamente em razão da sua natureza jurídica e regime próprio. Em verdade, as cooperativas são um tipo de sociedade com personalidade jurídica de direito privado, conforme dispõe o inciso I do art. 44 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

Tanto é assim que o Código Civil tratou de inserir no Título II (Da sociedade) um capítulo (Capítulo VII) para disciplinar exclusivamente as regras e características das sociedades cooperativas (art. 1.093 a 1.096), ressaltando expressamente a aplicação de sua lei especial de regência.

Para corroborar o fundamento, o art. 4º da Lei nº 5.764/1971 (Lei Geral do Cooperativismo), expressamente, assenta que as *“cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:”*

A manutenção da medida provisória nos termos em que se encontra, conceituando as beneficiárias do programa como sendo aquelas constituídas sob forma de empresa, acabará por gerar imensuráveis prejuízos às cooperativas e sociedade como um todo, na medida em que impossibilitará o acesso das cooperativas aos benefícios do programa, caminhando na



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Praça dos Três Poderes - Anexo IV, Gabinete 550 – 70160-900 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3215-5550

contramão da proposta de tal medida, que é a preservação da continuidade das atividades econômicas, dos empregos e reaquecimento da economia pós-covid.

Além disso, o texto legal conflita com as disposições constitucionais que expressamente determinam ao Estado, na atividade normativa, o papel de apoiar e estimular o cooperativismo (art. 174, §2º da Constituição de 1988), padecendo do vício de inconstitucionalidade, atingindo ainda normas internacionais, como a Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. De acordo com a citada recomendação, é dever do Estado assegurar às cooperativas igualdade de condições em relação às empresas, não fixando regras que representem tratamento mais gravoso àquelas em detrimento destas.

Assim, considerando que a proposta de alteração da medida provisória visa alinhá-la aos próprios escopos, bem como adequá-la ao que disciplina o Código Civil e a Lei Geral do Cooperativismo, sugerimos a modificação do disposto no art. 2º para incluir o termo “sociedades cooperativas” ao lado das empresas para que sejam contempladas como beneficiárias do Programa CGPE.

Sala da Comissão, em 20 de julho de 2020.

Deputada Federal ALINE SLEUTJES



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 992
00033****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

O art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 7º A microempresa ou empresa de pequeno porte tomadora de operação de crédito realizada no âmbito do CGPE poderá optar, como alternativa às taxas de juros regularmente utilizadas no Programa:

I - pela Taxa de Longo Prazo – TLP de que trata a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017; ou

II - pela Taxa Fixa do BNDES - TFB.” (NR)



2


JUSTIFICAÇÃO

A presente MP nº 992, de 2020, apresenta grande relevância para a expansão das operações de crédito no País. Todavia, é essencial que as micro e pequenas empresas possam contar com taxas de juros que possam ser mais favoráveis, em face da relevância do segmento para a economia nacional.

Desta forma, consideramos ser de grande importância prever que a microempresa ou empresa de pequeno porte tomadora de operação de crédito realizada no âmbito do CGPE possa **optar**, como alternativa às taxas de juros regularmente utilizadas no Programa, pela Taxa de Longo Prazo – TLP ou pela Taxa Fixa do BNDES - TFB.

Assim, certos da relevância da presente Emenda para as micro e pequenas empresas, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em 20 de julho de 2020.



Deputado **EDUARDO COSTA**
PTB/PA



**MPV 992
00034****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE) mais amplo, acessível e barato.

Explica-se: segundo a MP, as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancária; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micros e pequenas empresas.

Desde meados de março/2020, quando começaram com mais concretude as ações de combate à pandemia de Covid-19 (coronavírus), as micros, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e a geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de inefetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior número de empregos e de renda no Brasil.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA
PSOL-SP



**MPV 992
00035****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º.

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);

(b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e

(c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE).

E mais, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber, (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o



pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro para com o trato e procedimentos visando proteção às micros e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e postos de trabalho, e fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micros e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março, o Brasil iniciou com mais afinco (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República) as medidas de combate à pandemia de covid-19. Então, desde março, as micros e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge; é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento à micro e pequena empresa.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA
PSOL-SP



**MPV 992
00036****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º.
.....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que as micros e pequenas empresas são o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.

Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Consideramos uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia da covid-19 (coronavírus).

Sala das comissões, em



DEPUTADA LUIZA ERUNDINA
PSOL-SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 992
00037

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

EMENDA Nº _____, DE 2020
(Do Sr. RUI FALCÃO)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Acrescente-se à Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, onde couber, o seguinte dispositivo:



Art. XX. A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do SFI e do SFH, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas as seguintes condições essenciais:

.....
.....

V - impossibilidade de cobrança pelas instituições financeiras de qualquer valor relativo à documentação e formalização dos contratos a que se refere o caput;

.....
.....”

JUSTIFICATIVA

Conforme se sabe, o Código de Defesa do Consumidor - CDC foi concebido com o fito de proteger o consumidor contra a abusividade que se via cotidianamente nas relações havidas destes com os fornecedores, sejam eles de produtos ou serviços, inclusive os prestados pelas instituições financeiras.

O art. 39 do CDC enumera diversas vedações a serem observadas pelos fornecedores de produtos e serviços, pensando sempre na posição de hipossuficiência do consumidor, que na grande maioria das vezes se vê encurralado por contratos imutáveis e cláusulas ininteligíveis.

E os contratos de financiamento imobiliário sob as regras do SFI e do SFH não são diferentes, haja vista a existência de cobrança de diversos valores impostos pela instituição financeira por meio de cláusulas escritas em letras demasiadamente pequenas e contratos com volumosas folhas, dificilmente lidos pelos contratantes do financiamento.



Lembrando que a grande maioria daqueles que recorrem a financiamentos bancários para a aquisição de imóveis são na esmagadora maioria das vezes pessoas com renda diminuta ou limitada, por vezes sem a instrução necessária para a interpretação contratual.

Por fim, estes valores acabam por onerar ainda mais o consumidor, encarecendo demasiadamente toda a operação imobiliária e consequentemente enfraquecendo o mercado da construção civil, contribuindo para o déficit de moradias no Brasil.

Nestes termos, a proposta em questão visa assegurar a propriedade para aqueles que mais necessitam, viabilizando o acesso dos mais vulneráveis financeiramente. Assim, com o pagamento de valor que cabe no bolso da maior parte dos cidadãos que optam por financiamentos, os brasileiros poderão dizer que são proprietários com registro em cartório.

Sala das Comissões, 20 de julho de 2020.

RUI FALCÃO
Deputado Federal PT/SP





MPV 992
00038

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE mais amplo, acessível e barato.

Explica-se, segundo a MP as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancária; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micro e pequenas empresas.

Desde meados de março/2020, quando começou com mais concretude as ações de combate à pandemia de Covid-19 (coronavírus) que as micro, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de inefetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

número de empregos e de renda no Brasil.

Por estas razões, solicitamos apoio do relator e Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS





MPV 992
00039

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art.

2º.
.....
....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que são as micro e pequenas empresas o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.

Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Consideramos uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia do covid-19 (coronavírus).

Por estas razões, solicitamos apoio do relator e Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GENINHO ZULIANI – DEM/SP

MPV 992
00040

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA N.º _____

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 992, de 2020:

O § 14º do art. 67-A da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67-A.....

(...)

§ 14º Nas hipóteses de leilão de imóvel objeto de contrato de compra e venda com pagamento parcelado, com ou sem garantia real, de promessa de compra e venda ou de cessão e de compra e venda com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, realizado o leilão no contexto de execução judicial ou de procedimento extrajudicial de execução ou de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GENINHO ZULIANI – DEM/SP

2

resolução, eventual quantia que sobejar será entregue ao devedor ou fiduciante de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva lei especial ou com as normas aplicáveis à execução em geral.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de esclarecer o procedimento da alienação fiduciária e garantir a eficácia desse importante instrumento para o crédito imobiliário, apresentamos redação com finalidade de conferir maior precisão interpretativa à Lei nº 13.786, de 27 de dezembro de 2018, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, a fim de que a lei seja devidamente interpretada, preservando a segurança jurídica da atividade imobiliária e do crédito habitacional.

Desta forma, entendemos que a nova redação proposta nessa emenda é necessária, razão pela qual, reforçamos a necessidade de adequação à medida provisória imposta.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Geninho Zuliani
Deputado Federal DEM/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GENINHO ZULIANI – DEM/SP

MPV 992
00041

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA N.º _____

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 992, de 2020:

O § 3º do art. 32-A da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 32-A

(...)

*§3º O procedimento previsto neste artigo não se aplica aos contratos e escrituras de compra e venda de lote firmados **entre loteador e adquirente** sob a modalidade de alienação fiduciária nos termos da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, **caso em que eventual***





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GENINHO ZULIANI – DEM/SP

2

quantia que sobejar será entregue ao devedor ou fiduciante de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva lei especial.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de esclarecer o procedimento da alienação fiduciária e garantir a eficácia desse importante instrumento para o crédito imobiliário, apresentamos redação com finalidade de conferir maior precisão interpretativa à Lei nº 13.786, de 27 de dezembro de 2018, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, a fim de que a lei seja devidamente interpretada, preservando a segurança jurídica da atividade imobiliária e do crédito habitacional.

Desta forma, entendemos que a nova redação proposta nessa emenda é necessária, razão pela qual, reforçamos a necessidade de adequação à medida provisória imposta.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Geninho Zuliani
Deputado Federal DEM/SP



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**MPV 992
00042****EMENDA N°**
(À Medida Provisória N° 992/20)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA N° 2020

Altere-se o § 2º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, nos seguintes termos:

“Art. 2º

.....
.....
.....

§ 2º A taxa de juros a ser aplicada terá limite máximo de 3,5% ao ano, com carência de doze meses e com prazo estabelecido em até 36 meses.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo vive uma pandemia e todos já sentem os impactos da disseminação rápida e ainda brutal do COVID-19 na vida das pessoas. No Brasil, o chamado coronavírus deverá promover sérias consequências no cotidiano da nossa sociedade, especialmente a redução da atividade econômica e seus desdobramentos como a queda da renda das famílias, o desemprego em massa, a falta de acesso a recursos mínimos de sobrevivência.

Tão afetados quanto os trabalhadores contratados por eles, são os pequenos empreendedores, que, como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, enquadrados no Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016, nesse momento de calamidade pública, também devem ser alentados por benesses tributárias e fiscais e linhas de crédito acessíveis.

Nesse sentido, a MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Vale ressaltar, que a MPV nº 992/2020 não trouxe limites de taxa de juros no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa, é fundamental que a lei fixe pelo menos qual a taxa de juros a serem observados pelas instituições participantes quando da formalização das operações de crédito, como já definido no PRONAMPE.

O CGPE é um Programa Social de crédito subsidiado com recursos públicos e deixar esse papel para a livre definição do mercado elevará sobre maneira as taxas de juros e possibilitará que as instituições participantes tenham ganhos elevado prejudicando às empresas brasileiras que, neste momento tão grave, precisam de crédito rápido e barato.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta, bem como seu acolhimento pela relatoria da supracitada Medida Provisória.

Sala da Sessão, 20 de julho de 2020.

SENADOR JAQUES WAGNER**PT – BA**



MPV 992
00043

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º.

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);
- (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e
- (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

E mais, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber, (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro para com o trato e procedimentos visando proteção às micro e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e postos de trabalho e fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março que o Brasil iniciou com mais afínco (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República), as medidas de combate à pandemia de covid-19. Então, desde março que as micro e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge, é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento à micro e pequena empresa.

Por estas razões, solicitamos apoio do relator e Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS



**MPV 992**
00044SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha**EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 17 à Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020, renumerando-se o atual art. 17 e seguintes:

“**Art. 17.** Acrescente-se o seguinte art. 32-A à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997:

Art. 32-A. No âmbito do SFI e do SFH, o credor fiduciário poderá conceder crédito adicional ao devedor fiduciante, por meio de aditivo ao contrato de crédito já firmado, nas seguintes condições:

I – Valor máximo do novo crédito igual ao das amortizações já realizadas, atualizadas pelo índice oficial de inflação do país;

II – Mesma taxa de juros da operação de crédito original; e

III – Amortização do novo crédito por meio do aumento do número de parcelas do financiamento original.

§ 1º Para a operação de crédito prevista no *caput*, fica dispensada a realização de avaliação do imóvel.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 992, de 2020, entre outros pontos, permite que o imóvel utilizado como garantia de um financiamento imobiliário, por meio de alienação fiduciária, possa ser utilizado para garantir novas dívidas junto ao mesmo credor. A proposta é positiva, pois permitirá que o mutuário que já amortizou parte de sua dívida relativa a um financiamento imobiliário possa ter acesso a crédito adicional, com custos mais baixos que operações de crédito sem garantia.



Com o mesmo objetivo de incentivar a expansão do crédito, propomos emenda à medida provisória para viabilizar uma operação de crédito mais simples e mais barata que a, inicialmente, proposta pela MP.

Para isso, apenas permitimos que, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que têm taxas de juros mais baixas devido ao direcionamento de recursos da poupança e estarem isentos do IOF, o banco possa oferecer crédito adicional ao devedor de um financiamento imobiliário, nas seguintes condições: valor máximo do novo crédito igual ao das amortizações já realizadas; mesma taxa de juros da operação de crédito original; e amortização do novo crédito por meio do aumento do número de parcelas do financiamento.

A diferença em relação à operação de crédito proposta pela MP é que não haverá uma segunda operação de crédito independente da primeira operação. Será feito apenas um aditivo ao contrato de crédito original, com o aumento do valor devido e do número de parcelas a pagar, o que torna o processo juridicamente bem mais simples.

A taxa de juros será a mesma do financiamento imobiliário já existente. Não haverá cobrança do IOF, pois a operação ocorre no âmbito do SFH ou SFI, nem custos com nova avaliação do imóvel.

Para se ter uma ideia da diferença de custos entre um financiamento imobiliário realizado no âmbito do SFH ou SFI e um realizado fora, uma simulação feita no site do Banco do Brasil mostra que o custo efetivo total (CET) de um financiamento imobiliário tradicional (SFH ou SFI) é de 10% ao ano. Já o custo de uma operação de *home equity* (fora do SFH ou SFI), em que o imóvel próprio é dado como garantia da operação, é de 17,3% ao ano.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para proposta que cria a possibilidade de acesso a crédito mais barato para parte das famílias brasileiras.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**MPV 992
00045****EMENDA N°**
(À Medida Provisória N° 992/20)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA N° 2020

Acrescente-se §8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....

§8º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa e possivelmente os juros serão baixos nada mais que as empresa que utilizarem do programa garante pelo menos os empregos de seus trabalhadores.

Portanto, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta, bem como seu acolhimento pela relatoria da supracitada Medida Provisória.

Sala da Sessão, 20 de julho de 2020.

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**MPV 992
00046****EMENDA N°**
(À Medida Provisória N° 992/20)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA N° 2020

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art.2º.....

§ 7º Das operações de crédito previstas no caput, as instituições financeiras deverão direcionar cinquenta por cento para micro e pequenas empresas, conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Todavia, ela remete as condições os prazos, as regras para concessão e as características das operações e a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas a norma do Conselho Monetário Nacional.

O CMN é um colegiado composto pelo Ministro da Economia (presidente do Conselho), pelo Presidente do Banco Central e pelo Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, sem qualquer legitimidade para definir tais critérios que dizem respeito ao próprio cerne dessa política pública. Mais uma vez, corre-se o risco de que os recursos sejam destinados a quem menos precisa, e que tem capital e patrimônio para atravessar a crise.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Por este e outros motivos observa-se que a presente MP precisa ser aperfeiçoada para que parte das operações de crédito seja, obrigatoriamente, direcionada para as micro e pequenas empresas, definidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), como aquelas com receita bruta de até R\$ 360 mil (microempresas) e superior a R\$ 360 mil e inferior a R\$ 4,8 milhões (empresas de pequeno porte), respectivamente. Esse ajuste é necessário, pois as empresas menores, que são grandes geradoras de emprego, têm maior dificuldade de acesso a crédito e de manutenção de sua operação na situação de perda de receita resultante da pandemia do coronavírus.

Propomos, então, que metade das operações de crédito no âmbito do CGPE seja direcionada, por cada instituição financeira, para micro e pequenas empresas. Visa-se garantir que o crédito chegue aos empreendimentos que mais necessitam, ou seja, as micro e pequenas empresas.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta, bem como seu acolhimento pela relatoria da supracitada Medida Provisória.

Sala da Sessão, 20 de julho de 2020.

SENADOR JAQUES WAGNER**PT – BA**

MPV 992
00047

EMENDA Nº
(à MPV nº 992, de 2020)

Incluem-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. A Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 76 desta Lei o oferecimento, como garantia de operações de crédito, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§1º

III - Aos participantes de plano de benefício de previdência complementar e segurados titulares de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, cujos quotistas de fundos de investimento especialmente constituídos, sejam, diretamente ou indiretamente, entidades abertas de previdência complementar ou sociedades seguradoras, hipóteses em que poderá ser oferecido em garantia o direito de crédito dos participantes e segurados referente ao valor líquido de sua respectiva provisão matemática de benefícios a conceder.

§2º A faculdade mencionada no caput deste artigo aplica-se apenas às operações de crédito contratadas em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.”
(NR)

§3º São penhoráveis, quando utilizados como garantia de financiamento e demais operações de crédito:

I – o seguro de vida, cujos fundos sejam vinculados aos planos de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, na fase de contribuição; e

II – a quantia depositada em fundos vinculados aos planos de previdência complementar aberta, durante a fase de contribuição”

“Art. 85. É vedado às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras impor obstáculos ou restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 84 desta Lei, mesmo que a operação de crédito seja contratada em instituição financeira não vinculada.” (NR)



JUSTIFICATIVA

Considerando que as garantias são importante instrumento para obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas reduzidas, e que atualmente, em razão do cenário econômico trazido pela pandemia COVID-19, há grande demanda por crédito, entendemos oportuno trazer outra possibilidade de garantia passível de ser usada no mercado financeiro, tal como foi feito com a alienação fiduciária, contemplada no artigo 14 desta MP.

Trata-se da inclusão de dispositivos que prevejam a possibilidade de utilização da previdência privada como instrumento que viabilize a tomada de crédito pelos consumidores.

É certo que um dos componentes do custo do crédito disponível aos cidadãos está no risco potencial de inadimplência por parte dos tomadores. Tal risco é estimado pelas instituições financeiras com base em modelos estatísticos próprios e repassado às taxas de juros exigidas nas diversas formas de crédito oferecidas.

Para diminuir tal risco é preciso que as garantias constituídas para assegurar tais operações sejam facilmente exequíveis e exigíveis pelos agentes bancários.

Atualmente, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, dentre outras questões, em seu capítulo XII, artigo 84, já permite ao participante de plano de previdência complementar oferecer como garantia fiduciária, nas operações de financiamento imobiliário, as quotas de sua titularidade em fundos de investimentos e seguros de vida com cobertura por sobrevivência.

Nesse contexto, a proposição em tela objetiva viabilizar o oferecimento dos recursos de previdência, como garantia de todas as operações de crédito, e não apenas em operações de financiamento imobiliário, de modo a fomentar a concessão de crédito bancário.

Assim, a possibilidade de se utilizar como garantia de crédito os recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, mitigará o risco de inadimplência das operações de empréstimos e financiamentos, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros contratadas.

Ao buscar ampliar o rol de garantias, estendendo-se a permissão do artigo 84 a todas as operações de crédito, haverá significativo incremento da economia, na média em que certamente acarretará maior competição por taxas e condições mais favoráveis ao tomador de empréstimos. Tal fato possibilitará a adoção de medidas de proteção e de estímulo à inclusão financeira, fomentando o crédito sustentável, sem os indesejáveis efeitos colaterais do superendividamento ou comprometimento excessivo da renda.

Por fim, propomos a inclusão de dispositivo que preveja que a vinculação dos recursos da previdência complementar à sua finalidade precípua deve ser a regra, sendo seu uso como garantia de operações de crédito e eventual penhora uma exceção, legalmente admitida. Somente a provisão matemática de benefícios a conceder, de constituição da provisão pelo cliente, que é formada na fase de contribuição ao plano, será penhorável.



Não se trata, portanto, de vulgarizar o uso desses recursos – o que comprometeria até mesmo a estabilidade atuarial do sistema de previdência complementar – mas de definir uma hipótese específica e bastante justificável para utilização dos mesmos, ainda mais neste momento de enfrentamento dos efeitos econômicos advindos da COVID-19.

Reafirmamos que a presente proposta de alteração está diretamente alinhada ao conjunto de medidas que vêm sendo aprovadas pelo Poder Legislativo ao longo dos últimos anos, com o objetivo de promover a redução do custo do crédito no Brasil, por via da redução da taxa de juros e do spread bancário, que é uma das medidas estratégicas para o crescimento sustentável da economia.

Como exemplo dessas iniciativas, podemos citar: empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais civis (art. 45 da Lei nº 8.112/90), dos demais trabalhadores (art. 2º, §2º da Lei nº 10.820/2003), e dos beneficiários da previdência social (art. 6º da Lei nº 10.820/2003). Vale ressaltar que as taxas de juros em tais modalidades de crédito estão entre as mais baixas do mercado.

Desta forma, pela importância do tema e pelo impacto positivo que pode gerar em nossa economia, principalmente nesta fase tão crítica que o país está enfrentando, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2020.

Senador ROBERTO ROCHA
(PSDB/MA)



**MPV 992
00048****EMENDA Nº**
(à MPV nº 992, de 2020)

Inclua-se o seguinte parágrafo 7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 7º – A receita bruta anual mencionada no caput deste artigo poderá ser aferida conforme critérios de políticas próprias das instituições financeiras.”

JUSTIFICATIVA

O texto do caput do art. 2º da MP 992 prevê como critério de elegibilidade ao Programa CGPE operações de crédito com “*empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.*”.

Dado o sigilo fiscal, a obtenção da informação da receita dependerá da autorização do cliente para liberação da informação, o que pode ser de difícil operacionalização quando se busca implementar contratações de forma eletrônica.

Acreditamos que a receita bruta anual possa ser apurada conforme os critérios atualmente utilizados pelos bancos para outros programas, como é o caso do PESE, a fim de que exista fluidez na concessão dos créditos, evitando-se também o desenvolvimento de processos operacionais acessórios que demandarão um prazo de implementação maior ao Programa.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2020.

Senador ROBERTO ROCHA
(PSDB/MA)



**MPV 992**
00049SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha**EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art. 2º

.....

§ 7º Para fins de enquadramento no CGPE, deverá ser, ainda, observado o limite de 70 (setenta) por cento dos recursos emprestados pela instituição financeira a serem direcionados a empresas com receita bruta anual inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 992, de 2020, incentiva a expansão do crédito em meio à pandemia ao conceder crédito tributário vinculado à concessão de empréstimos, pelas instituições financeiras, a empresas com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões.

Entendemos que a prioridade deve ser a micro e a pequena empresa, que são aquelas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). São essas empresas que tiveram o menor acesso ao crédito e que correm, portanto, maior risco de sobrevivência.

Propomos, então que 70% dos recursos do CGPE sejam-lhes direcionados.



Contamos com o apoio dos nobres Pares para esta emenda, que visa garantir que o crédito chegue aos empreendimentos que mais geram empregos e que mais necessitam dos recursos, ou seja, as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



**MPV 992**
00050**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN**EMENDA Nº - PLEN****(à MPV nº 992, de 2020)**

Altere-se o § 2º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, nos seguintes termos:

“Art. 2º

.....
.....
.....

§ 2º A taxa de juros a ser aplicada terá limite máximo de 3,5% ao ano, com carência de doze meses e com prazo estabelecido em até 36 meses.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo vive uma pandemia e todos já sentem os impactos da disseminação rápida e ainda brutal do COVID-19 na vida das pessoas. No Brasil, o chamado coronavírus deverá promover sérias consequências no cotidiano da nossa sociedade, especialmente a redução da atividade econômica e seus desdobramentos como a queda da renda das famílias, o desemprego em massa, a falta de acesso a recursos mínimos de sobrevivência.

Tão afetados quanto os trabalhadores contratados por eles, são os pequenos empreendedores, que, como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, enquadrados no Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016, nesse momento de calamidade pública, também devem ser alentados por benesses tributárias e fiscais e linhas de crédito acessíveis.

Nesse sentido, a MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Vale ressaltar, que a MPV nº 992/2020 não trouxe limites de taxa de juros no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaideamaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa, é fundamental que a lei fixe pelo menos qual a taxa de juros a serem observados pelas instituições participantes quando da formalização das operações de crédito, como já definido no PRONAMPE.

O CGPE é um Programa Social de crédito subsidiado com recursos públicos e deixar esse papel para a livre definição do mercado elevará sobre maneira as taxas de juros e possibilitará que as instituições participantes tenham ganhos elevado prejudicando às empresas brasileiras que, neste momento tão grave, precisam de crédito rápido e barato.

Por fim, pedimos o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

PROS/RN



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 992
00051****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 2º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 2º As operações de crédito que trata o *caput* deverão:

I – ser contratadas no período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Medida Provisória e 31 de dezembro de 2020; e

II – ser concedidas com taxas anuais de juros prefixadas equivalentes à Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic vigente no momento da contratação do crédito;

III – contar com período de carência mínimo de 6 (seis) meses; e

IV – com prazo de pagamento de pelo menos 36 (trinta e seis) meses.



2

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 992, de 2020, traz novo programa de financiamento a microempresas e empresas de pequeno e médio porte e fornece aos bancos, como estímulo, um crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias.

Por contar com esse estímulo, acreditamos que as taxas de juros devem ser fixadas em níveis condizentes com a situação econômica do País, de acordo com a taxa básica de juros da economia, além de condições favoráveis de carência e prazo de pagamento.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em 20 de julho de 2020.



Deputado **EDUARDO COSTA**
PTB/PA



**MPV 992
00052****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020****EMENDA Nº**

(do Sr. Heitor Freire)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. XX. A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.

.....
VIII - o prazo, a data de vencimento, o valor da prestação total, nela incluídas as parcelas de amortização e os juros, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, as taxas, seguros e demais encargos contratuais de responsabilidade do devedor, a forma de reajuste e o valor das multas previstas contratualmente, com a indicação do local de pagamento.

.....” (NR)

“Art. 28.

§1º.....

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação.



.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das mais relevantes inovações trazidas pela Medida Provisória nº 992, de 2020, foi o aprimoramento da legislação aplicável às operações de alienação fiduciária em garantia. Nesse aspecto específico, a MP passou a permitir a utilização do bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza, desde que contratadas com o credor fiduciário da operação de crédito original.

É possível vislumbrar que tal medida permitirá que os consumidores tenham acesso a novas opções de crédito, que tendem a ser mais acessíveis, em razão da boa qualidade da garantia que oferecerão. Ao assim dispor, a MP remove uma antiga barreira que existia na oferta de financiamento.

Para corroborar esse propósito, entendemos que é necessária e oportuna uma alteração adicional da legislação aplicável às Cédulas de Crédito Imobiliário e às Cédulas de Crédito Bancário, de modo a permitir expressamente que as operações de crédito possam ter taxas de juros flutuantes, estipuladas com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público. Embora isso já venha ocorrendo com grande frequência no mercado, sobretudo após a edição da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, ainda se observam decisões judiciais que consideram nula essa forma de estipulação de taxas de juros, gerando insegurança jurídica.

Sendo assim, propomos essa Emenda com o objetivo de permitir expressamente essa forma de pactuação de taxas de juros e, com isso, dar maior segurança jurídica.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado HEITOR FREIRE



**MPV 992
00053**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

EMENDA Nº

(do Sr. Heitor Freire)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 992, de 2020, os seguintes dispositivos, que dispõem sobre o tratamento fiscal para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das provisões constituídas para créditos de liquidação duvidosa pelas pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Art. XX. As pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, poderão deduzir como despesa, para fins de apuração do Lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a partir de 1º de janeiro de 2021, as provisões constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

Art. XX-A. As pessoas jurídicas optantes pela adoção do procedimento previsto no art. XX desta Lei que possuam valores adicionados, temporariamente, ao lucro líquido, para efeito de apuração do Lucro Real, decorrentes de perdas no recebimento de crédito e de provisões para perdas constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, correspondentes a períodos de apuração encerrados até o último dia do período anterior ao da opção, deverão escriturar em seu ativo, como crédito de tributos a compensar, o valor equivalente à multiplicação da soma dos referidos valores adicionados temporariamente ao lucro líquido pela alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica aplicável às pessoas jurídicas referidas no art. 1º, vigente na data da opção.

Art. XX-B. As pessoas jurídicas optantes pela adoção do procedimento previsto no art. XX desta Lei que tiverem valores adicionados, temporariamente, ao lucro líquido, para efeito de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes de perdas no recebimento de crédito e de provisões para perdas constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, correspondentes a períodos de apuração encerrados até o último dia do período anterior ao da opção, deverão escriturar em seu ativo, como crédito de tributos a compensar, o valor equivalente à multiplicação da soma dos referidos valores adicionados temporariamente ao lucro



líquido pela alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às pessoas jurídicas referidas no art. XX, vigente na data da opção.

Art. XX-C. Os valores adicionados temporariamente que serviram de base para a constituição dos créditos escriturados nos termos dos arts. XX-A e XX-B desta lei não poderão ser computados como deduções na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correspondentes a qualquer período-base iniciado a partir da data de opção pelo procedimento previsto no art. XX desta lei.

Art. XX-D. Os créditos escriturados na forma dos arts. XX-A e XX-B desta lei poderão ser utilizados a título de compensação no pagamento de débitos próprios relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a partir da opção pelo regime de que trata o art. XX, à razão mensal máxima de um sessenta avos do crédito originalmente constituído.

§1º. A compensação a que se refere o *caput* será fixada na data da opção e os créditos poderão ser utilizados nos meses subsequentes até o seu completo exaurimento, não sendo aplicado o prazo de decadência.

§ 2º. Para fins de compensação, os valores a serem compensados serão acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro mês subsequente ao da escrituração dos créditos registrados na forma dos arts. XX-A e XX-B desta lei.

§ 3º. Os créditos escriturados na forma dos arts. XX-A e XX-B desta lei não serão considerados como receitas tributáveis para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS

Art. XX-E. Não será admitida a escrituração de créditos ou a dedução das provisões constituídas para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de operações realizadas com pessoa jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou interligada, bem como com pessoa física que seja acionista controladora, sócia, titular ou administradora da pessoa jurídica credora, ou parente até o terceiro grau dessas pessoas físicas.

Art. XX-F. A reversão das provisões constituídas nos termos do art. XX desta lei deverá ser computada na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Art. XX-G. A partir de 1º janeiro de 2024, o tratamento previsto nos arts. XX a XX-F desta lei será de adoção compulsória para todas as pessoas jurídicas referidas no art. XX desta lei.

Art. XX-H. Não se aplicam às pessoas jurídicas referidas no art. 1º desta lei as disposições dos arts. 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. XX-C desta Lei.

Art. XX-I. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Justificativa

Da pertinência temática

Nos termos da Exposição de Motivos nº 3/2020 BACEN ME, a Medida Provisória, dentre outros aspectos, pretende: *“conceder maior segurança ao capital das instituições financeiras, conferindo o mesmo tratamento dado pela Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, para o estoque e fluxo dos créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, também para o estoque de outros créditos decorrentes de diferenças temporárias, exceto os decorrentes de provisões para contingências fiscais e previdenciária, desde que concedam, na mesma proporção, crédito a microempresas e empresas de pequeno e de médio porte”*.

Em complemento, informa que *“5. Para que as instituições financeiras possam conceder crédito, é necessário que tenham índices de solvência adequados, medidos pelo capital regulatório, conforme a regulação prudencial a que estão submetidas. Um entrave à elevação dos índices de solvência e à consequente elevação da carteira de crédito é o estoque de créditos decorrentes de diferenças temporárias no SFN.*

Em particular, tais ativos são gerados por conta do reconhecimento de perdas ou despesas antes de seu aproveitamento fiscal, evento que tipicamente ocorre em exercícios posteriores ao fato gerador contábil. Em função das especificidades do ambiente de negócios brasileiro, os créditos decorrentes de diferenças temporárias consomem demasiadamente o capital das instituições financeiras segundo regramento prudencial que segue as melhores práticas internacionais recomendadas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária.”

A emenda proposta visa eliminar ineficiências fiscais relativas às diferenças temporárias geradas por conta do reconhecimento das perdas ou despesas oriundas de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o que passaremos a demonstrar a seguir.

Do mérito da emenda apresentada

A Lei nº 9.430/96, especialmente no seu artigo 9º, estabeleceu as condições e restrições para a dedução das perdas com créditos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as quais estão associadas aos valores das operações, às respectivas garantias, ao prazo de inadimplência e à existência de cobrança administrativa ou judicial.

Além disso, as receitas e encargos incidentes sobre o crédito vencido e não pago poderão ser excluídos na apuração do IR e da CSLL, desde que haja abertura de processo judicial para o recebimento do crédito (§ 1º e *caput* do artigo 11 da Lei nº 9.430/96), em relação a grande parte deles. Já o § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.430/96 determina que os descontos concedidos somente podem ser deduzidos na apuração do IR e da CSLL se houver acordo homologado em sentença judicial.

Na hipótese de desistência da cobrança pela via judicial, antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos do vencimento do crédito, a pessoa jurídica deve adicionar à base de cálculo do IR e da CSLL, a perda eventualmente registrada com a operação inadimplida (§ 1º do artigo 10 da Lei nº 9.430/96).



As atuais condições impostas para possibilitar a dedutibilidade das perdas com créditos para fins de apuração do IR e da CSLL impõem diversos custos e ineficiências na gestão das operações de créditos inadimplentes, gerando efeitos adversos na determinação da renda tributável da pessoa jurídica.

Para além das perdas registradas, outra realidade negocial necessita ser abordada, por também ser extremamente relevante: a renegociação das operações de crédito, inadimplidas ou que demandem ajustes para nesse ponto não chegarem. A lógica observada nessas renegociações tem como fundamento a vontade das partes em atingir um ponto de equilíbrio entre a capacidade de pagamento do devedor e o nível de rentabilidade desejada do credor. Para obter esse ponto de equilíbrio, o credor se vê compelido a conceder eventual desconto de seus créditos. Do ponto de vista do credor, a análise de viabilidade quanto à melhor estratégia na recuperação de créditos inadimplidos depende de diversos elementos de natureza empresarial abrangendo as relações comerciais e de negócios com o devedor, o retorno do capital aplicado, os custos envolvidos no processo de cobrança e recuperação, além de outros aspectos qualitativos (possibilidade e/ou risco de perdas adicionais futuras, possibilidade de insolvência ou falência do devedor).

Impactos adversos decorrentes da legislação atual

Os critérios para dedutibilidade das perdas com créditos em relação ao IR e à CSLL geram as seguintes distorções:

a) Impacto adverso na gestão dos créditos inadimplentes

Como a Lei somente permite a dedução nas bases de cálculo do IR e CSLL de descontos e abatimentos negociais quando houver previsão legal ou for objeto de acordo nos autos (homologação judicial), os credores não são estimulados a aceitar as propostas dos devedores que buscam, no balcão das empresas, uma solução pela via negocial, especialmente quando os juros e encargos já foram contabilizados.

Ante as dificuldades ora apontadas no sentido de os credores não disporem de regras mais flexíveis de renegociações, sem o carregamento de ônus fiscal, as instituições financeiras não encontram alternativa diversa senão recorrer à justiça para viabilizar a dedutibilidade fiscal de eventual abatimento concedido.

Assim, a opção pela discussão judicial não está baseada na perspectiva de sucesso dessa via pois muitas vezes inexitem bens livres e passíveis de penhora, que possam cobrir o crédito em litígio. O prazo longo de solução, o risco da sucumbência e os custos envolvidos¹ para grande parte dos casos a serem recuperados indicam que a via judicial não representa a forma mais eficiente para recuperação de créditos inadimplentes. No entanto, esses fatores passam a ser negligenciados em função do ônus tributário envolvido caso não seja adotada a cobrança na esfera judicial.

A via judicial levada a cabo até as últimas consequências pode resultar em eventual insolvência/falência do devedor que, dificilmente, reestabelecerá relacionamento comercial com a entidade com a qual manteve um litígio.

Em suma, os custos administrativos, operacionais e financeiros incorridos pelas instituições

¹ Os custos envolvem, entre outros: procedimentos operacionais de controles internos, desenvolvimento e manutenção de sistemas informáticos; pesquisas cadastrais e cartorárias, avaliações, pareceres jurídicos, cálculos financeiros.



financeiras reduzem a possibilidade de regularização da situação do devedor uma vez que nível de recuperação do crédito considerado viável torna-se mais elevado.

b) Impacto adverso no *spread* bancário

Entre os custos imputados ao *spread* bancário, a inadimplência e a carga tributária merecem destaque especial atingindo, juntos, aproximadamente metade da composição do *spread* total².

Portanto, a redução dos juros para o tomador final depende, além da redução dos custos operacionais das operações de créditos, da eliminação de ineficiências tributárias.

O tratamento fiscal aplicável às perdas com créditos (inadimplência) e às renegociações onera tanto as instituições financeiras quanto os devedores. De fato, referidos ônus são assumidos pelo tomador de crédito regular que incorre em custo extraordinário, independentemente de seu histórico de crédito e de sua capacidade de pagamento.

c) Custos financeiros e de capital

O descasamento entre o tratamento contábil e fiscal gera altos volumes de Ativos Fiscais Diferidos (DTAs) nos balanços das instituições financeiras, com impacto nos custos financeiros e de capital (índice de Basiléia). Nos balanços do sistema bancário, em 2018 esse valor somava aproximadamente R\$ 125 bilhões, representando quase um quinto do patrimônio líquido dos bancos (19,6%) e 3,8% da sua carteira de crédito. Cerca de metade desse crédito tributário está nos balanços dos bancos públicos.

Esse montante não está sujeito à remuneração ou atualização monetária, tendo um custo de “carregamento” representativo para as instituições financeiras com impacto direto na capacidade de emprestar dos bancos, pois afetam o patrimônio de referência considerado para fins de capital mínimo e de alavancagem conforme as normas de Basiléia.

d) Impacto adverso na gestão do Poder Judiciário

Diversas medidas e ações de planejamento, de coordenação e de controle administrativo têm sido adotadas no sentido de viabilizar o aperfeiçoamento no serviço público da prestação da Justiça. Nesse sentido, a estratégia de recuperação pela via judicial adotada pelas instituições financeiras, além de onerosa para as partes, aumenta a sobrecarga sobre o Poder Judiciário, prejudicando o atendimento das metas de eficiência na gestão dos processos judiciais.

São reconhecidas as vantagens das formas diferenciadas de solução de conflitos ou pendências como a negociação voluntária entre as partes (amigável), a mediação e arbitragem, uma vez que, em princípio, há um *animus* dos envolvidos em solucionar pendências de natureza financeira. Essas práticas têm sido estimuladas como medidas para contribuir para a prestação de um serviço de qualidade por parte do Poder Judiciário, o qual poderia estar dedicado a resolver litígios de maior complexidade e abrangência para a sociedade.

Na prática, o fato de a homologação ser efetivada no âmbito do Poder Judiciário não garante aumento no volume ou melhoria na qualidade da arrecadação tributária vez que, em geral, o magistrado apenas verifica se as partes possuem a capacidade jurídica, ou se

² Fonte: Relatório de Economia Bancário e Crédito (Bacen)



estão devidamente representadas ou assistidas e, ante o corolário de que a vontade faz lei entre as partes, o juiz verifica, tão somente, se o acordo construído para a solução da lide não está eivado de ilicitude e se o direito de que se trata é disponível. O Poder Judiciário não tem o condão de fiscalizar a natureza da transação originalmente realizada entre as partes.

e) Altos custos de observância

O atendimento dos critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal exige controles operacionais, gerenciais e sistêmicos complexos e dispendiosos. Esses controles tornam-se cada vez mais obsoletos e onerosos diante da dinâmica da transformação digital dos produtos e serviços financeiros.

Ademais, referidos critérios não têm nenhuma aderência com as regras de natureza contábil e prudencial estabelecida pelos órgãos reguladores (especificamente o BACEN no caso das instituições financeiras).

Incompatibilidade da Lei nº 9.430/96 com o ambiente regulatório e governança vigentes

A instituição dos critérios e condições de dedutibilidade fiscal das perdas sofridas pelas pessoas jurídicas no recebimento de créditos representou uma revisão conceitual importante quando da edição da Lei nº 9.430/96. Conforme se depreende da exposição de motivos da época, os critérios de provisionamento e de dedução anteriormente vigentes, baseados em médias históricas, não refletiam a realidade e, portanto, deveriam ser substituídos por uma sistemática que contemplasse as perdas efetivas e com regras objetivas.

Não era intenção do legislador dificultar ou inibir as negociações fora do âmbito judicial, mas evitar o excesso de liberalidade por parte do credor nos casos de acordos realizados administrativamente. Todavia, não vislumbrou o legislador que em muitos casos, o credor ver-se-ia obrigado, a deixar de aceitar determinadas propostas de renegociação, com abatimento/desconto.

De fato, não há de se falar em liberalidade na concessão de abatimentos/descontos em processos de renegociação, dentro ou fora do processo judicial, uma vez que o resultado dessa atividade atende a lógica empresarial e de negócio, que tem como objetivo o crescimento e desenvolvimento das operações de crédito, o retorno do capital empregado e a rentabilidade da entidade e do acionista.

O ambiente regulatório atual aplicável as operações de crédito e financiamento seja por disciplina estabelecida pelos órgãos reguladores (Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários) quanto pela exigência dos agentes de mercado (consumidores, investidores, analistas, entre outros) esteve em constante aprimoramento em busca de relações cada vez mais transparentes.

A despeito das normas de governança corporativa aplicáveis às entidades financeiras de capital aberto, desde a edição da Lei nº 9.430/96, foram estabelecidas diversas ações e medidas de controle e acompanhamento de operações financeiras e de crédito.

No caso das instituições financeiras, as principais medidas de controle das operações de crédito foram:



1. Classificação dos créditos por nível de atraso³ – regra prudencial que disciplina o nível de provisionamento de operações de crédito em atraso para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos;
2. Central de Riscos⁴ – as instituições financeiras em geral devem prestar contas sobre os débitos e responsabilidades dos clientes e essas informações serão cadastradas no sistema Central de Riscos para consulta das citadas entidades, desde que com autorização do cliente;
3. Índice de Basiléia - metodologias de gerenciamento de risco, de supervisão das atividades bancárias e de fortalecimento da disciplina de mercado. Quanto ao gerenciamento do risco de crédito, permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro, bem como a identificação e o acompanhamento dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro;
4. Pessoas politicamente expostas⁵ – as instituições financeiras estão obrigadas a adotar procedimentos que assegurem o acompanhamento contínuo das movimentações financeiras de clientes considerados pessoas politicamente expostas, quais sejam, agentes públicos que desempenhem ou tenham desempenhado nos últimos 5 anos cargos, empregos ou funções públicas relevantes, seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Portanto, no caso das instituições financeiras, há instrumentos de controle e de gestão administrativa que mitigam os riscos de ocorrência de perdas com créditos de liquidação duvidosa que não sejam intrinsecamente vinculadas às suas atividades normais e usuais.

Proposta de alteração na legislação fiscal

A oportunidade e a urgência dessa medida são justificadas em razão dos grandes impactos econômicos esperados pela rápida disseminação do vírus Covid-19, com efeito direto na demanda agregada e na capacidade de honrar compromissos por parte das famílias e das empresas.

A proposta em questão visa eliminar as condições estabelecidas pela Lei nº 9.430/96 para a dedução fiscal com perdas de crédito, viabilizando a recomposição amigável entre credores e devedores.

No caso das instituições financeiras, dada a natureza intrínseca das suas operações, o tratamento adotado em outros países prevê um regime que, em regra geral, admite a dedução fiscal das perdas de créditos de acordo com o regime contábil estabelecido segundo as normas emitidas pelo órgão regulador bancário.

Tratamento fiscal alinhado às práticas contábeis no caso das instituições financeiras permite reduzir os custos associados à observância de critérios distintos decorrente da manutenção de sistemas operacionais, relatórios sistêmicos, controles manuais, etc. Além disso, o alinhamento entre o tratamento contábil e fiscal permite eliminar os custos financeiros e de capital regulatório decorrentes do acúmulo de DTAs.

Por fim, as Autoridades Fiscais dispõem de instrumentos de fiscalização e controle que permitem verificar e confrontar os resultados auferidos nas operações de renegociação.

3 Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999

4 Resoluções CNM nºs 2.724, de 30.05.2000, 3.658, de 17.12.2008 e 4.571 de 26/5/2017

5 Circulares BACEN nºs 3.339, de 22.12.2006, e 3.461 de 24/7/2009



Para fins de neutralidade arrecadatória, propõe-se uma regra de transição em relação ao estoque de perdas temporariamente indedutíveis (créditos tributários já constituídos), permitindo que o valor acima seja considerado como ativo fiscal compensável com tributos vincendos, no prazo mínimo de 60 (sessenta) meses. E, ainda, que esse valor passe a ser atualizado pela SELIC.

Em suma, a medida proposta por meio da emenda ora apresentada elimina ineficiências fiscais e reduz representativamente os custos de gestão das operações de créditos inadimplentes, com impacto no custo do crédito de forma geral.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado HEITOR FREIRE



**MPV 992
00054****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020****EMENDA Nº**

(do Sr. Heitor Freire)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Incluem-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. X. A Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 76 desta Lei o oferecimento, como garantia de operações de crédito, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§1º

(...)

III - Aos participantes de plano de benefício de previdência complementar e segurados titulares de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, cujos quotistas de fundos de investimento especialmente constituídos, sejam, diretamente ou indiretamente, entidades abertas de previdência complementar ou sociedades seguradoras, hipóteses em que poderá ser oferecido em garantia o direito de crédito dos participantes e segurados referente ao valor líquido de sua respectiva provisão matemática de benefícios a conceder.

§2º A faculdade mencionada no caput deste artigo aplica-se apenas às operações de crédito contratadas em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.” (NR)

§3º São penhoráveis, quando utilizados como garantia de financiamento e demais operações de crédito:



I – o seguro de vida, cujos fundos sejam vinculados aos planos de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, na fase de contribuição; e

II – a quantia depositada em fundos vinculados aos planos de previdência complementar aberta, durante a fase de contribuição”

“Art. 85. É vedado às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras impor obstáculos ou restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 84 desta Lei, mesmo que a operação de crédito seja contratada em instituição financeira não vinculada.” (NR)

Justificativa

Considerando que as garantias são importante instrumento para obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas reduzidas, e que atualmente, em razão do cenário econômico trazido pela pandemia COVID-19, há grande demanda por crédito, entendemos oportuno trazer outra possibilidade de garantia passível de ser usada no mercado financeiro, tal como foi feito com a alienação fiduciária, contemplada no artigo 14 desta MP.

Trata-se da inclusão de dispositivos que prevejam a possibilidade de utilização da previdência privada como instrumento que viabilize a tomada de crédito pelos consumidores.

É certo que um dos componentes do custo do crédito disponível aos cidadãos está no risco potencial de inadimplência por parte dos tomadores. Tal risco é estimado pelas instituições financeiras com base em modelos estatísticos próprios e repassado às taxas de juros exigidas nas diversas formas de crédito oferecidas.

Para diminuir tal risco é preciso que as garantias constituídas para assegurar tais operações sejam facilmente exequíveis e exigíveis pelos agentes bancários.

Atualmente, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, dentre outras questões, em seu capítulo XII, artigo 84, já permite ao participante de plano de previdência complementar oferecer como garantia fiduciária, nas operações de financiamento imobiliário, as quotas de sua titularidade em fundos de investimentos e seguros de vida com cobertura por sobrevivência.

Nesse contexto, a proposição em tela objetiva viabilizar o oferecimento dos recursos de previdência, como garantia de todas as operações de crédito, e não apenas em operações de financiamento imobiliário, de modo a fomentar a concessão de crédito bancário.

Assim, a possibilidade de se utilizar como garantia de crédito os recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, mitigará o risco de inadimplência das operações de empréstimos e financiamentos, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros contratadas.

Ao buscar ampliar o rol de garantias, estendendo-se a permissão do artigo 84 a todas as operações de crédito, haverá significativo incremento da economia, na média em que certamente acarretará maior competição por taxas e condições mais



favoráveis ao tomador de empréstimos. Tal fato possibilitará a adoção de medidas de proteção e de estímulo à inclusão financeira, fomentando o crédito sustentável, sem os indesejáveis efeitos colaterais do superendividamento ou comprometimento excessivo da renda.

Por fim, propomos a inclusão de dispositivo que preveja que a vinculação dos recursos da previdência complementar à sua finalidade precípua deve ser a regra, sendo seu uso como garantia de operações de crédito e eventual penhora uma exceção, legalmente admitida. Somente a provisão matemática de benefícios a conceder, de constituição da provisão pelo cliente, que é formada na fase de contribuição ao plano, será penhorável.

Não se trata, portanto, de vulgarizar o uso desses recursos – o que comprometeria até mesmo a estabilidade atuarial do sistema de previdência complementar – mas de definir uma hipótese específica e bastante justificável para utilização dos mesmos, ainda mais neste momento de enfrentamento dos efeitos econômicos advindos da COVID-19.

Reafirmamos que a presente proposta de alteração está diretamente alinhada ao conjunto de medidas que vêm sendo aprovadas pelo Poder Legislativo ao longo dos últimos anos, com o objetivo de promover a redução do custo do crédito no Brasil, por via da redução da taxa de juros e do spread bancário, que é uma das medidas estratégicas para o crescimento sustentável da economia.

Como exemplo dessas iniciativas, podemos citar: empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais civis (art. 45 da Lei nº 8.112/90), dos demais trabalhadores (art. 2º, §2º da Lei nº 10.820/2003), e dos beneficiários da previdência social (art. 6º da Lei nº 10.820/2003). Vale ressaltar que as taxas de juros em tais modalidades de crédito estão entre as mais baixas do mercado.

Desta forma, pela importância do tema e pelo impacto positivo que pode gerar em nossa economia, principalmente nesta fase tão crítica que o país está enfrentando, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado HEITOR FREIRE



MPV 992
00055

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo à Medida Provisória 992, de 16 de julho de 2020:

“Art. _____. A eventual recusa à concessão de crédito ou de financiamento deve ser justificada ao solicitante, no momento da negativa, mediante descrição pormenorizada das razões que ensejaram o indeferimento do pedido.

Parágrafo único. A critério do solicitante, a instituição participante deve apresentar a justificativa de que trata o *caput* também por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

Em que pese a sucessão de medidas de liberação de liquidez adotadas para fomentar o acesso ao crédito em tempos de pandemia em nosso país, é grande o contingente de empreendedores que têm se deparado com severas dificuldades para a obtenção de empréstimos e financiamentos.

A burocracia, o excesso de exigências e a ausência de critérios transparentes e objetivos têm gerado um ambiente de crédito hostil, sobretudo para os pequenos negócios, que, como bem sabemos, são os maiores geradores de empregos formais no Brasil.

A MPV 992, de 16 de julho de 2020, veio em boa hora no esforço de desburocratizar o mercado de crédito em favor dos micros, pequenos e médios empresários. Nessa direção, entendemos que a garantia do direito à informação é fundamental para a sua efetiva instrumentalização, já que tem muitas instituições financeiras têm recusado a concessão de empréstimos e financiamentos sem que o solicitante seja sequer informado acerca das razões da negativa.

Por essas razões, proponho a inserção de dispositivo que obrigue a instituição concedente a justificar, caso a caso e com a transparência necessária, os motivos da negativa da concessão do crédito ao potencial tomador.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado HUGO LEAL



MPV 992
00056**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Acrescente-se inciso V ao § 6º do art. 2º, da Medida Provisória 992, de 16 de julho de 2020:

“Art.2º.....

.....

§6º.....

.....

V - ficam sujeitas à comprovação, pelo tomador do crédito, de que os recursos concedidos foram integralmente destinados às suas atividades empresariais, em função da pandemia pelo COVID-19.” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992, de 16 de julho de 2020, veio em boa hora no esforço de desburocratizar o mercado de crédito em favor dos micros, pequenos e médios empresários, que, como bem sabemos, são os maiores geradores de empregos formais no Brasil.

As medidas implementadas em seu texto buscam viabilizar aos pequenos negócios, que tem atravessando severas dificuldades, a possibilidade de obtenção de empréstimos e financiamentos de forma mais acessível, com o fim de propiciar a manutenção ou retomada de suas atividades.

No entanto, para que as medidas de incentivo se revertam em efetivo impulso para a nossa economia, é necessário que o crédito obtido seja empregado em sua finalidade, que são as atividades empresariais do tomador. Nessa direção, entendemos pela pertinência de se inserir dispositivo no sentido de que as operações realizadas com base na MPV 992/2020 sejam sujeitas à comprovação, pelo tomador do crédito, de que os recursos concedidos foram integralmente destinados às suas atividades, em virtude da pandemia pelo COVID-19.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado HUGO LEAL



MPV 992
00057

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

O art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica instituído o CGPE, Programa destinado à realização, pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, de operações de crédito com as seguintes pessoas naturais ou jurídicas, com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019:

I - microempreendedores individuais;

II - empresários;

III - produtores rurais;

IV - sociedades simples, incluídas as sociedades cooperativas, à exceção das cooperativas de crédito de que trata o *caput*;

V - empresas individuais de responsabilidade limitada; e



VI - sociedades empresárias.

.....
§ 1º-A. As linhas de crédito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito não serão destinadas a empresas simples de crédito, cooperativas de crédito, instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente MP nº 992, de 2020, apresenta grande relevância para a expansão das operações de crédito no País. Todavia, é essencial que as operações de crédito realizadas no âmbito Programa possam ser oferecidas a um amplo conjunto de agentes econômicos.

Desta forma, consideramos que possam ser beneficiários das operações do ora criado Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE as seguintes pessoas naturais ou jurídicas: microempreendedores individuais; empresários; produtores rurais; sociedades simples, incluídas as sociedades cooperativas, à exceção das cooperativas de crédito; empresas individuais de responsabilidade limitada; e sociedades empresárias.

Por outro lado, consideramos que, evidentemente, os bancos, empresas simples de crédito, cooperativas de crédito e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não sejam, elas próprias, tomadoras das linhas de crédito do Programa.

Assim, certos da relevância da presente Emenda para o sucesso do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado HUGO LEAL



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 992
00058****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Incluem-se, na Medida Provisória nº 992, de 2020, os seguintes artigos:

“Art. A Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A A TLP e sua taxa de juros prefixada, quando aplicadas à concessão de financiamentos a micro e pequenas empresas, poderão ter seus valores reduzidos, ficando permitida a definição de valores distintos para diferentes prazos e modalidades, especialmente em momentos de crise ou emergência pública, conforme metodologia definida pelo Poder Executivo.”

“Art. A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A A Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, de trata a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017,



serão reduzidas, no mínimo, à metade nos financiamentos que utilizem essas taxas de juros destinados a micro e pequenas empresas, enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública de que trata a presente Lei.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo, são consideradas como micro e pequenas as empresas que tenham sede no País e que tenham auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

§ 2º As concessões de crédito vinculadas ao disposto neste artigo têm como contrapartida da instituição beneficiada, por pelo menos 12 (doze) meses contados a partir assinatura do contrato de financiamento:

I – a manutenção do nível de empregos e de salários;

II – a proibição de realizar recompras de ações;

III – a proibição de conceder aumentos salariais e bônus e benefícios adicionais a seus executivos e dirigentes;

IV – a proibição de utilizar recursos para operações de tesouraria;

V – a proibição de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio;

VI – a manutenção de preços de bens e serviços ofertados pela instituição, ressalvados os aumentos justificados decorrentes de elevação nos custos.

§ 3º O não atendimento a qualquer das obrigações de que trata este artigo implicará o vencimento antecipado da dívida.”

JUSTIFICAÇÃO

Os primeiros impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19 no Brasil têm sido muito elevados. Diante do cenário atual, as projeções de queda para a economia brasileira se deterioram, chegando a até dois dígitos de expectativa de baixa.

Apesar da necessidade de condições especiais para o enfrentamento dos efeitos da pandemia, o crédito em condições favoráveis, que constitui elemento central para mitigar os impactos da pandemia e estimular a retomada econômica, tem-se mostrado escasso, mesmo com a redução histórica ocorrida na taxa Selic. Para que consigamos incentivar os maiores



empregadores do País, as micro e pequenas empresas, é necessário garantir financiamentos com taxas de juros mais baixas.

Uma forma de promover a retomada pode vir com a redução de juros vinculados a políticas públicas de crédito. É o caso dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se torna fundamental em momentos nos quais os bancos privados, em face da crescente incerteza, freiam seus empréstimos e preferem manter sua liquidez. No entanto, como tem noticiado a imprensa, a Taxa de Longo Prazo (TLP), que é referência para o BNDES, chegou a subir este ano, encarecendo empréstimos feitos pelo Banco¹. A taxa de juros prefixada da TLP também é referência para os financiamentos dos fundos constitucionais.

Nesse contexto, apresentamos a presente Emenda, para permitir a redução de taxas de juros em financiamentos a micro e pequenas empresas com base na TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Para tanto, julgamos importante alterar a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com o objetivo de estimular a retomada econômica no País.

Propomos incluir um art. 4º-A na Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, para flexibilizar a TLP e sua taxa de juros prefixada. Determina-se que a TLP e sua taxa de juros prefixada, quando aplicadas à concessão de financiamentos a micro e pequenas empresas, poderão ter seus valores reduzidos, ficando permitida a definição de valores distintos para diferentes prazos e modalidades, especialmente em momentos de crise ou emergência pública, conforme metodologia definida pelo Poder Executivo.

Para conectar essa previsão com o contexto da atual emergência de saúde pública, sugerimos acrescentar um art. 7º-A à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Estabelecemos que a TLP e sua taxa de juros prefixada serão reduzidas, no mínimo, à metade nos financiamentos que utilizem essas taxas de juros destinados a micro e pequenas empresas, enquanto

¹ O aumento foi notado em artigo no Valor Econômico de 13/05/2020, disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/13/tlp-sobe-ha-5-meses-e-atinge-maior-nivel-desde-agosto-de-2019.ghtml>.



durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19. São consideradas como micro e pequenas as empresas que tenham sede no País e que tenham auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões.

Por fim, definimos algumas contrapartidas para as instituições beneficiadas com essa medida, por pelo menos 12 meses: manutenção do nível de empregos e de salários; proibição de realizar recompras de ações; proibição de aumentos salariais e bônus ou benefícios adicionais a executivos e dirigentes; proibição de utilizar recursos para operações de tesouraria; proibição de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio; e manutenção de preços de bens e serviços ofertados pela empresa, ressalvados aqueles justificados por elevação nos custos. Fixamos adicionalmente que o não atendimento a qualquer dessas obrigações implicará o vencimento antecipado da dívida.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 20 de julho de 2020.



Deputado **EDUARDO COSTA**
PTB/PA





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00059****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber, as seguintes alterações e dispositivos:

Art. A lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.

§ 1º
.....

V – A propriedade superveniente do fiduciante.
.....

§ 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo fiduciante, torna eficaz, desde o registro, a transferência da propriedade fiduciária ao credor.

§ 4º A alienação fiduciária da propriedade superveniente é admitida a registro imobiliário desde a data de sua celebração.

§ 5º É facultado ao credor titular da propriedade superveniente subrogar-se na propriedade fiduciária, na forma do art. 31”. (NR)

“Art. 26.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, o devedor fiduciante e, se for o caso, o terceiro prestador da garantia fiduciária, ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos, serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de quinze dias, a prestação vencida e as





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

§ 1º-A Quando houver imóveis localizados em mais de uma circunscrição imobiliária em garantia da mesma dívida, a intimação para purgação da mora poderá ser requerida a qualquer dos registradores competentes e, uma vez realizada, importa em cumprimento do requisito de intimação em todos os procedimentos de excussão, desde que informe a totalidade da dívida e dos imóveis passíveis de consolidação de propriedade.

§ 2º O contrato poderá definir o prazo de carência após o qual será expedida a intimação; no silêncio, o prazo será de 15 (quinze) dias.

§ 3º A intimação far-se-á pessoalmente às pessoas indicadas no §1º, mediante carta pela qual sejam também cientificados de que, caso não haja purgação da mora no prazo legal, a propriedade será consolidada no patrimônio do credor e o imóvel será levado a leilão nos termos do art. 27, podendo a intimação ser promovida, por solicitação do oficial do Registro de Imóveis, por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento, aplicando-se, no que couber, o art. 160 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

.....

§ 9º É dever do devedor fiduciante informar o credor fiduciário sobre a alteração de seu domicílio, presumindo-se estar em lugar ignorado quando não encontrado no local do imóvel dado em garantia ou em outro endereço por ele fornecido.

§ 10. Presume-se inacessível o lugar quando houver recusa do porteiro em atender a pessoa responsável pela intimação ou o prédio for desprovido de portaria e não houver quem o atenda.” (NR)

“Art. 26-A. Os procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos à aquisição ou construção do imóvel residencial do fiduciante, exceto as operações do sistema de consórcio, de que trata a





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, sujeitam-se às normas especiais estabelecidas neste artigo.

.....

§ 3º No segundo leilão, será aceito o lance mais elevado, desde que igual ou superior ao valor integral da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, ou ao correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º, o que for maior.

§ 4º Se, no segundo leilão, não houver lance que atenda o referencial estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á extinta a dívida, hipótese em que o credor fiduciário entregará ao devedor, mediante prova da desocupação do imóvel, a diferença entre o esse montante, acrescido da taxa de fruição a que se refere o art. 37-A e dos encargos condominiais e tributários incidentes sobre o imóvel que se vencerem entre a data da consolidação da propriedade e a data da desocupação do imóvel, e o valor correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação de que trata o § 1º do art. 27, se este for maior”. (NR)

“Art. 27. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de sessenta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do Art. 26, promoverá público leilão para a alienação do imóvel.

.....

§ 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º.

.....

§ 5º Se, no segundo leilão, não houver licitante ou lance suficiente, o fiduciário estará investido na livre disponibilidade do imóvel independente de leilão e entregará ao fiduciante, mediante prova da desocupação do imóvel, a eventual diferença positiva entre o valor a que se refere o §2º do art. 27 e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§6º Se o produto do leilão não for suficiente para pagamento integral do montante da dívida garantida, seus encargos e despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, cobrável mediante ação de execução e, se for caso, excussão das demais garantias da dívida.

§ 10. Os direitos reais de garantia ou constrições, inclusive penhoras, arrestos, bloqueios e indisponibilidades de qualquer natureza, incidentes sobre o direito real de aquisição do devedor fiduciante não obstam a consolidação da propriedade no patrimônio do credor fiduciário e a venda do imóvel para realização da garantia, mas sub-rogam-se no direito do fiduciante à percepção do saldo que eventualmente restar do produto da venda.” (NR)

“Art. 27-A. Nas operações de crédito garantidas por dois ou mais imóveis, caso não seja convencionada a vinculação de cada imóvel a uma parcela da dívida, o credor poderá promover a excussão em ato simultâneo, mediante consolidação da propriedade e leilão de todos os imóveis em conjunto, ou em atos sucessivos, mediante consolidação e leilão de cada imóvel em atos subsequentes, à medida que seja necessário para satisfazer plenamente o crédito.

§ 1º Caberá ao credor fiduciário a indicação dos imóveis a serem executados em sequência, salvo estipulação expressa no contrato, ficando suspensa a consolidação dos demais.

§ 2º Em relação a cada imóvel levado a leilão o credor fiduciário promoverá a averbação do demonstrativo do respectivo resultado no Registro de Imóveis competente e o encaminhará ao devedor fiduciante mediante correspondência dirigida ao endereço físico e eletrônico por ele informado no contrato.

§ 3º Não se alcançando, a cada leilão realizado, quantia suficiente para satisfação do crédito, o credor promoverá a seguir o recolhimento do Imposto de Transmissão Inter Vivos e, se for o caso, do laudêmio, relativos ao imóvel a ser executado em seguida, requererá a respectiva averbação da consolidação da propriedade e, nos trinta dias seguintes, promoverá os procedimentos de leilão nos termos do art. 27.

§ 4º Uma vez satisfeito integralmente o crédito com o produto dos leilões realizados sucessivamente, o credor fiduciário entregará ao





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

devedor fiduciante o termo de quitação e a autorização de cancelamento do registro da propriedade fiduciária dos imóveis a serem desonerados.” (NR)

Art. 30

Parágrafo único. Nas garantias cuja excussão seja realizada na forma deste capítulo, iniciada por instituição financeira, uma vez averbada a consolidação da propriedade fiduciária, as ações judiciais que tenham por objeto controvérsias sobre as estipulações contratuais ou os requisitos procedimentais de cobrança e leilão, excetuada a exigência de notificação do devedor fiduciante, não obstarão a reintegração de posse de que trata este artigo e serão resolvidas em perdas e danos”. (NR)

“Art. 39. Os créditos garantidos por hipoteca poderão ser executados extrajudicialmente na forma desta lei, independentemente de previsão contratual.

§ 1º Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro garantidor, ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos, serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou seu cessionário, pelo oficial do Registro de Imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, aplicando-se, no que couber, os procedimentos estabelecidos nos parágrafos do art. 26 desta Lei.

§ 2º A não purgação da mora pelo devedor, no prazo do parágrafo anterior, caracteriza o inadimplemento absoluto da obrigação garantida, a partir do qual se inicia o procedimento de excussão extrajudicial da garantia hipotecária mediante público leilão, devendo esse fato ser averbado na matrícula do imóvel mediante pedido formulado pelo credor nos quinze dias seguintes ao término do prazo fixado para a purgação da mora.

§ 3º No prazo de sessenta dias da averbação referida no parágrafo anterior, o credor promoverá público leilão do imóvel hipotecado, facultada a realização por meio eletrônico, do qual o devedor será cientificado mediante correspondência dirigida pelo credor aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 4º Se no primeiro leilão público não for oferecido lance igual ou superior ao valor do imóvel fixado no contrato para fins de excussão ou ao valor de avaliação realizada pelo órgão público competente para cálculo do imposto sobre transmissão inter vivos, o que for maior, será realizado o segundo leilão nos quinze dias seguintes.

§ 5º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 4º.

§ 6º Até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao devedor ou ao prestador da garantia hipotecária o direito de remir a execução, efetuando o pagamento da totalidade da dívida, cujo valor será acrescido das despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilões, autorizado o Oficial de Registro de Imóveis a receber as quantias correspondentes, devendo transferi-las ao credor no prazo de três dias.

§ 7º Se o lance para arrematação do imóvel, em qualquer dos dois públicos leilões, superar o valor da totalidade da dívida e das despesas conforme indicado no parágrafo anterior, a quantia excedente será entregue ao hipotecante no prazo de quinze dias, contado da data da efetivação do pagamento do preço da arrematação.

§ 8º Se, no segundo leilão, não houver licitantes ou o maior lance oferecido não for igual ou superior ao lance mínimo estabelecido no § 5º, o imóvel será arrematado pelo credor hipotecário por valor correspondente a esse preço mínimo, mediante pagamento ao devedor, quando da desocupação do imóvel, da eventual diferença positiva entre esse preço e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.

§ 9º Quando se tratar de operação do sistema de consórcio, o crédito eventual do consorciado, estabelecido no parágrafo anterior, será satisfeito por ocasião do fechamento do grupo.

§ 10 O procedimento dos leilões será formalizado por ata notarial que, instruída pela comprovação de intimação do devedor, dos autos dos leilões e de arrematação, constituirá o título de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel, à vista da comprovação do pagamento do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 11 Aplicam-se à execução hipotecária realizada na forma deste artigo as disposições dos §§ 7º e 8º do art. 27, do art. 30 e seu parágrafo único, e do art. 37-A, desta lei, equiparando-se à consolidação da propriedade, para a finalidade de determinar o marco temporal, a averbação a que diz respeito o § 3º deste artigo.

Art. 39-A. Quando houver mais de uma garantia registrada sobre o mesmo bem, após realizadas as averbações previstas no § 7º do art. 26, ou no § 2º do art. 39, conforme o caso, o oficial intimará todos os credores concorrentes simultaneamente para habilitarem os respectivos créditos, mediante requerimento que atenda aos requisitos abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

I – o cálculo do montante atualizado para excussão da garantia, incluindo seus acessórios;

II – os documentos comprobatórios do desembolso e do saldo devedor, quando se tratar de crédito pecuniário futuro, condicionado ou rotativo;

III – a sentença judicial ou arbitral que tornar líquido e certo o montante devido, quando ilíquida a obrigação descrita no contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do caput, o oficial certificará, intimando o garantidor e todos os credores em concurso quanto ao quadro atualizado de credores, com os respectivos créditos e graus de prioridade, cuja distribuição ficará a cargo do credor exequente, com prioridade e nos mesmos prazos aplicáveis à restituição de qualquer montante, que eventualmente sobejar, ao fiduciante ou garantidor hipotecário.

Art. Altera-se a redação do inciso V, do art. 3º, da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 3º

.....

V – para excussão de imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, ainda que em garantia de dívida de terceiro;

.....” (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Art. Fica introduzido o “Capítulo XXI – Do Agente de Garantia” no Título VI, do Livro I – Do Direito das Obrigações, da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XXI
Do Agente de Garantia

Art. 853-A Toda garantia pode ser constituída, registrada, gerida e executada por um agente de garantia, designado a este fim pelos credores da obrigação garantida no título, agindo em nome próprio e em benefício destes.

§ 1º O agente de garantia tem dever fiduciário em relação aos credores da obrigação garantida, respondendo perante estes por todos os seus atos.

§ 2º O agente de garantia poderá ser, à escolha dos credores, um dos credores, o registrador de imóveis, o registrador de títulos e documentos, ou um terceiro, e poderá ser substituído a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas sua substituição só será eficaz após a publicidade, feita na mesma forma da respectiva garantia.

§ 3º O produto da realização da garantia, do qual o agente de garantia é depositário, constitui patrimônio separado e é impenhorável, na pendência da sua transferência para os credores garantidos, até 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento.

§ 4º Recebido o valor pelo agente de garantia, realizará ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o pagamento dos credores e, na hipótese de não localização de quaisquer deles, depositará em conta remunerada em nome de cada qual o valor respectivo”.

Art. Os artigos 1.477 e 1.478 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil passam a vigorar com as seguintes alterações:





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

“Art. 1.477.

§ 2º O inadimplemento da obrigação garantida por hipoteca faculta ao credor declarar vencidas as obrigações garantidas pelas demais hipotecas de que for titular sobre o mesmo imóvel”. (NR)

“Art. 1.478 O credor da segunda hipoteca, efetuando o pagamento, terá faculdade de se sub-rogar, a qualquer tempo, nos direitos da hipoteca anterior, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum.

.....
(NR)”

Art. As garantias reais serão contratadas preferencialmente pela via eletrônica, cabendo aos oficiais de registro e aos tabeliães:

I – manter, diretamente ou por intermédio de suas centrais de serviços, integração entre elas, para disponibilização eletrônica de seus serviços e dados aos usuários, respeitados os emolumentos e os valores das outras despesas exigíveis pela serventia e centrais compartilhadas;

II – estabelecer preços dos serviços de recepção e entrega disponibilizados pelas centrais de serviços eletrônicos compartilhados extrajudiciais correspondente aos efetivos custos operacionais de instalação, manutenção e atualização permanente da estrutura.

Art. Os benefícios da gratuidade de justiça não se aplicam aos atos praticados pelos oficiais de registro ou tabeliães por opção da parte requerente.

Art. Ficam revogados os artigos 31 a 41 do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

A proposta contém diversas alterações à legislação pertinente às garantias reais imobiliárias, com o objetivo de adaptá-las aos usos expandidos decorrentes de recentes alterações legislativas, incluindo a proposta de reutilização da garantia fiduciária contida no art. 14 da MPV 992.

Entendemos que o bom funcionamento do sistema de garantias reais, para efetividade dos instrumentos introduzidos por esta MPV, exige a harmonização sistemática e modernização dos institutos correlatos nas leis que atualmente tratam do tema, conforme explicações apresentadas pelo Prof. Melhim Chalhub em recente artigo intitulado “A garantia fiduciária como elemento catalisador da reativação da economia”, disponível em <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-edilicias/330845/a-garantia-fiduciaria-como-elemento-catalisador-da-reativacao-da-economia>.

Para além das alterações à alienação fiduciária, considerou-se pertinente estender o procedimento da excussão extrajudicial à execução hipotecária, com revogação do antigo procedimento contido no Decreto-Lei 70/1966, bem como a introdução do contrato de agente de garantia, entre os contratos em espécie do Código Civil, como meio de assegurar maior efetividade e segurança jurídica nos financiamentos. Essas propostas foram extraídas do livro *Garantias das Obrigações* (ed. IASP, 2017), de autoria do Dr. Fábio Rocha Pinto e Silva.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS



MPV 992
00060

GABINETE SENADOR PAULO ROCHA

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....
.....

§ 7º Das operações de crédito previstas no caput, as instituições financeiras deverão direcionar cinquenta por cento para micro e pequenas empresas, conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Todavia, ela remete as condições os prazos, as regras para concessão e as características das operações e a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas a norma do Conselho Monetário Nacional.

O CMN é um colegiado composto pelo Ministro da Economia (presidente do Conselho), pelo Presidente do Banco Central e pelo Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, sem qualquer legitimidade para definir tais critérios que dizem respeito ao próprio cerne dessa política pública. Mais uma vez, corre-se o risco de que os recursos sejam destinados a quem menos precisa, e que tem capital e patrimônio para atravessar a crise.

Por este e outros motivos observa-se que a presente MP precisa ser aperfeiçoada para que parte das operações de crédito seja, obrigatoriamente, direcionada para as



micro e pequenas empresas, definidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), como aquelas com receita bruta de até R\$ 360 mil (microempresas) e superior a R\$ 360 mil e inferior a R\$ 4,8 milhões (empresas de pequeno porte), respectivamente. Esse ajuste é necessário, pois as empresas menores, que são grandes geradoras de emprego, têm maior dificuldade de acesso a crédito e de manutenção de sua operação na situação de perda de receita resultante da pandemia do coronavírus.

Propomos, então, que metade das operações de crédito no âmbito do CGPE seja direcionada, por cada instituição financeira, para micro e pequenas empresas. Contamos com o apoio dos nobres Pares para esta emenda, que visa garantir que o crédito chegue aos empreendimentos que mais necessitam, ou seja, as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões, de 2020

Senador PAULO ROCHA

PT/PA



MPV 992
00061

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

(do Sr. Christino Aureo)

Art. 1º Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19

.....
.....

VIII - o prazo, a data de vencimento, o valor da prestação total, nela incluídas as parcelas de amortização e os juros, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, as taxas, seguros e demais encargos contratuais de responsabilidade do devedor, a forma de reajuste e o valor das multas previstas contratualmente, com a indicação do local de pagamento.”

.....
..... (NR)

“Art. 28

.....
.....



§1º

.....

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação.

.....
 ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das mais relevantes inovações trazidas pela Medida Provisória nº 992, de 2020, foi o aprimoramento da legislação aplicável às operações de alienação fiduciária em garantia. Nesse aspecto específico, a MP passou a permitir a utilização do bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza, desde que contratadas com o credor fiduciário da operação de crédito original.

É possível vislumbrar que tal medida permitirá que os consumidores tenham acesso a novas opções de crédito, que tendem a ser mais acessíveis, em razão da boa qualidade da garantia que oferecerão. Ao assim dispor, a MP remove uma antiga barreira que existia na oferta de financiamento.

Para corroborar esse propósito, entendemos que é necessária e oportuna uma alteração adicional da legislação aplicável às Cédulas de Crédito Imobiliário e às Cédulas de Crédito Bancário, de modo a permitir expressamente que as operações de crédito possam ter taxas de juros flutuantes, estipuladas com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público. Embora isso já venha ocorrendo com grande frequência no mercado, sobretudo após a edição da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, ainda se observam decisões judiciais que consideram nula essa forma de estipulação de taxas de juros, gerando insegurança jurídica.



Sendo assim, propomos essa Emenda com o objetivo de permitir expressamente essa forma de pactuação de taxas de juros e, com isso, dar maior segurança jurídica.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO

PP/RJ



**MPV 992
00062****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

(do Sr. Christino Aureo)

Art. 1º Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 992, de 2020, os seguintes dispositivos, que dispõem sobre o tratamento fiscal para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das provisões constituídas para créditos de liquidação duvidosa pelas pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Art. As pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, poderão deduzir como despesa, para fins de apuração do Lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a partir de 1º de janeiro de 2021, as provisões constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

Art. As pessoas jurídicas optantes pela adoção do procedimento previsto no art. 1º desta Lei que possuírem valores adicionados, temporariamente, ao lucro líquido, para efeito de apuração do Lucro Real, decorrentes de perdas no recebimento de crédito e de provisões para perdas constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, correspondentes a períodos de apuração encerrados até o último dia do período anterior ao da opção, deverão escriturar em seu ativo, como crédito de tributos a compensar, o valor equivalente à multiplicação da soma dos referidos valores adicionados temporariamente ao lucro líquido pela alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica aplicável às pessoas jurídicas referidas no art. 1º, vigente na data da opção.

Art. As pessoas jurídicas optantes pela adoção do procedimento previsto no art. 1º desta Lei que tiverem valores adicionados, temporariamente, ao lucro líquido, para efeito de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes de perdas no recebimento de crédito e de provisões para perdas constituídas para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, correspondentes a períodos de apuração encerrados até o último dia do período anterior ao da opção, deverão



escriturar em seu ativo, como crédito de tributos a compensar, o valor equivalente à multiplicação da soma dos referidos valores adicionados temporariamente ao lucro líquido pela alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às pessoas jurídicas referidas no art. 1º, vigente na data da opção.

Art. Os valores adicionados temporariamente que serviram de base para a constituição dos créditos escriturados nos termos dos arts. 2º e 3º desta lei não poderão ser computados como deduções na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correspondentes a qualquer período-base iniciado a partir da data de opção pelo procedimento previsto no art. 1º desta lei.

Art. Os créditos escriturados na forma dos arts. 2º e 3º desta lei poderão ser utilizados a título de compensação no pagamento de débitos próprios relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a partir da opção pelo regime de que trata o art. 1º, à razão mensal máxima de um sessenta avos do crédito originalmente constituído.

§1º. A compensação a que se refere o *caput* será fixada na data da opção e os créditos poderão ser utilizados nos meses subsequentes até o seu completo exaurimento, não sendo aplicado o prazo de decadência.

§ 2º. Para fins de compensação, os valores a serem compensados serão acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro mês subsequente ao da escrituração dos créditos registrados na forma dos arts. 2º e 3º desta lei.

§ 3º. Os créditos escriturados na forma dos arts. 2º e 3º desta lei não serão considerados como receitas tributáveis para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS

Art. Não será admitida a escrituração de créditos ou a dedução das provisões constituídas para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de operações realizadas com pessoa jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou interligada, bem como com pessoa física que seja acionista controladora, sócia, titular ou administradora da pessoa jurídica credora, ou parente até o terceiro grau dessas pessoas físicas.

Art. A reversão das provisões constituídas nos termos do art. 1º desta lei deverá ser computada na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Art. A partir de 1º janeiro de 2024, o tratamento previsto nos arts. 1º a 7º desta lei será de adoção compulsória para todas as pessoas jurídicas referidas no art. 1º desta lei.

Art. Não se aplicam às pessoas jurídicas referidas no art. 1º desta lei as disposições dos arts. 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. 4º desta Lei.



Art. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Da pertinência temática

Nos termos da Exposição de Motivos nº 3/2020 BACEN ME, a Medida Provisória, dentre outros aspectos, pretende: *“conceder maior segurança ao capital das instituições financeiras, conferindo o mesmo tratamento dado pela Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, para o estoque e fluxo dos créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, também para o estoque de outros créditos decorrentes de diferenças temporárias, exceto os decorrentes de provisões para contingências fiscais e previdenciária, desde que concedam, na mesma proporção, crédito a microempresas e empresas de pequeno e de médio porte”*.

Em complemento, informa que “5. Para que as instituições financeiras possam conceder crédito, é necessário que tenham índices de solvência adequados, medidos pelo capital regulatório, conforme a regulação prudencial a que estão submetidas. Um entrave à elevação dos índices de solvência e à consequente elevação da carteira de crédito é o estoque de créditos decorrentes de diferenças temporárias no SFN.

Em particular, tais ativos são gerados por conta do reconhecimento de perdas ou despesas antes de seu aproveitamento fiscal, evento que tipicamente ocorre em exercícios posteriores ao fato gerador contábil. Em função das especificidades do ambiente de negócios brasileiro, os créditos decorrentes de diferenças temporárias consomem demasiadamente o capital das instituições financeiras segundo regramento prudencial que segue as melhores práticas internacionais recomendadas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária.”

A emenda proposta visa eliminar ineficiências fiscais relativas às diferenças temporárias geradas por conta do reconhecimento das perdas ou despesas oriundas de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o que passaremos a demonstrar a seguir.

Do mérito da emenda apresentada

A Lei nº 9.430/96, especialmente no seu artigo 9º, estabeleceu as condições e restrições para a dedução das perdas com créditos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as quais estão associadas aos valores das operações, às respectivas garantias, ao prazo de inadimplência e à existência de cobrança administrativa ou judicial.

Além disso, as receitas e encargos incidentes sobre o crédito vencido e não pago poderão ser excluídos na apuração do IR e da CSLL, desde que haja abertura de processo judicial para o recebimento do crédito (§ 1º e *caput* do artigo 11 da Lei nº 9.430/96), em relação a grande parte deles. Já o § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.430/96 determina que os descontos concedidos somente podem ser deduzidos na apuração do IR e da CSLL se houver acordo homologado em sentença judicial.

Na hipótese de desistência da cobrança pela via judicial, antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos do vencimento do crédito, a pessoa jurídica deve adicionar à base de cálculo



do IR e da CSLL, a perda eventualmente registrada com a operação inadimplida (§ 1º do artigo 10 da Lei nº 9.430/96).

As atuais condições impostas para possibilitar a dedutibilidade das perdas com créditos para fins de apuração do IR e da CSLL impõem diversos custos e ineficiências na gestão das operações de créditos inadimplentes, gerando efeitos adversos na determinação da renda tributável da pessoa jurídica.

Para além das perdas registradas, outra realidade negocial necessita ser abordada, por também ser extremamente relevante: a renegociação das operações de crédito, inadimplidas ou que demandem ajustes para nesse ponto não chegarem. A lógica observada nessas renegociações tem como fundamento a vontade das partes em atingir um ponto de equilíbrio entre a capacidade de pagamento do devedor e o nível de rentabilidade desejada do credor. Para obter esse ponto de equilíbrio, o credor se vê compelido a conceder eventual desconto de seus créditos. Do ponto de vista do credor, a análise de viabilidade quanto à melhor estratégia na recuperação de créditos inadimplidos depende de diversos elementos de natureza empresarial abrangendo as relações comerciais e de negócios com o devedor, o retorno do capital aplicado, os custos envolvidos no processo de cobrança e recuperação, além de outros aspectos qualitativos (possibilidade e/ou risco de perdas adicionais futuras, possibilidade de insolvência ou falência do devedor).

Impactos adversos decorrentes da legislação atual

Os critérios para dedutibilidade das perdas com créditos em relação ao IR e à CSLL geram as seguintes distorções:

a) Impacto adverso na gestão dos créditos inadimplentes

Como a Lei somente permite a dedução nas bases de cálculo do IR e CSLL de descontos e abatimentos negociais quando houver previsão legal ou for objeto de acordo nos autos (homologação judicial), os credores não são estimulados a aceitar as propostas dos devedores que buscam, no balcão das empresas, uma solução pela via negocial, especialmente quando os juros e encargos já foram contabilizados.

Ante as dificuldades ora apontadas no sentido de os credores não disporem de regras mais flexíveis de renegociações, sem o carregamento de ônus fiscal, as instituições financeiras não encontram alternativa diversa senão recorrer à justiça para viabilizar a dedutibilidade fiscal de eventual abatimento concedido.

Assim, a opção pela discussão judicial não está baseada na perspectiva de sucesso dessa via pois muitas vezes inexitem bens livres e passíveis de penhora, que possam cobrir o crédito em litígio. O prazo longo de solução, o risco da sucumbência e os custos envolvidos¹ para grande parte dos casos a serem recuperados indicam que a via judicial não representa a forma mais eficiente para recuperação de créditos inadimplentes. No entanto, esses fatores passam a ser negligenciados em função do ônus tributário envolvido caso não seja adotada a cobrança na esfera judicial.

A via judicial levada a cabo até as últimas consequências pode resultar em eventual

¹ Os custos envolvem, entre outros: procedimentos operacionais de controles internos, desenvolvimento e manutenção de sistemas informáticos; pesquisas cadastrais e cartorárias, avaliações, pareceres jurídicos, cálculos financeiros.



insolvência/falência do devedor que, dificilmente, reestabelecerá relacionamento comercial com a entidade com a qual manteve um litígio.

Em suma, os custos administrativos, operacionais e financeiros incorridos pelas instituições financeiras reduzem a possibilidade de regularização da situação do devedor uma vez que nível de recuperação do crédito considerado viável torna-se mais elevado.

b) Impacto adverso no *spread* bancário

Entre os custos imputados ao *spread* bancário, a inadimplência e a carga tributária merecem destaque especial atingindo, juntos, aproximadamente metade da composição do *spread* total².

Portanto, a redução dos juros para o tomador final depende, além da redução dos custos operacionais das operações de créditos, da eliminação de ineficiências tributárias.

O tratamento fiscal aplicável às perdas com créditos (inadimplência) e às renegociações onera tanto as instituições financeiras quanto os devedores. De fato, referidos ônus são assumidos pelo tomador de crédito regular que incorre em custo extraordinário, independentemente de seu histórico de crédito e de sua capacidade de pagamento.

c) Custos financeiros e de capital

O descasamento entre o tratamento contábil e fiscal gera altos volumes de Ativos Fiscais Diferidos (DTAs) nos balanços das instituições financeiras, com impacto nos custos financeiros e de capital (índice de Basiléia). Nos balanços do sistema bancário, em 2018 esse valor somava aproximadamente R\$ 125 bilhões, representando quase um quinto do patrimônio líquido dos bancos (19,6%) e 3,8% da sua carteira de crédito. Cerca de metade desse crédito tributário está nos balanços dos bancos públicos.

Esse montante não está sujeito à remuneração ou atualização monetária, tendo um custo de “carregamento” representativo para as instituições financeiras com impacto direto na capacidade de emprestar dos bancos, pois afetam o patrimônio de referência considerado para fins de capital mínimo e de alavancagem conforme as normas de Basiléia.

d) Impacto adverso na gestão do Poder Judiciário

Diversas medidas e ações de planejamento, de coordenação e de controle administrativo têm sido adotadas no sentido de viabilizar o aperfeiçoamento no serviço público da prestação da Justiça. Nesse sentido, a estratégia de recuperação pela via judicial adotada pelas instituições financeiras, além de onerosa para as partes, aumenta a sobrecarga sobre o Poder Judiciário, prejudicando o atendimento das metas de eficiência na gestão dos processos judiciais.

São reconhecidas as vantagens das formas diferenciadas de solução de conflitos ou pendências como a negociação voluntária entre as partes (amigável), a mediação e arbitragem, uma vez que, em princípio, há um *animus* dos envolvidos em solucionar pendências de natureza financeira. Essas práticas têm sido estimuladas como medidas para contribuir para a prestação de um serviço de qualidade por parte do Poder Judiciário, o qual poderia estar dedicado a resolver litígios de maior complexidade e abrangência

² Fonte: Relatório de Economia Bancário e Crédito (Bacen)



para a sociedade.

Na prática, o fato de a homologação ser efetivada no âmbito do Poder Judiciário não garante aumento no volume ou melhoria na qualidade da arrecadação tributária vez que, em geral, o magistrado apenas verifica se as partes possuem a capacidade jurídica, ou se estão devidamente representadas ou assistidas e, ante o corolário de que a vontade faz lei entre as partes, o juiz verifica, tão somente, se o acordo construído para a solução da lide não está eivado de ilicitude e se o direito de que se trata é disponível. O Poder Judiciário não tem o condão de fiscalizar a natureza da transação originalmente realizada entre as partes.

e) Altos custos de observância

O atendimento dos critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal exige controles operacionais, gerenciais e sistêmicos complexos e dispendiosos. Esses controles tornam-se cada vez mais obsoletos e onerosos diante da dinâmica da transformação digital dos produtos e serviços financeiros.

Ademais, referidos critérios não têm nenhuma aderência com as regras de natureza contábil e prudencial estabelecida pelos órgãos reguladores (especificamente o BACEN no caso das instituições financeiras).

Incompatibilidade da Lei nº 9.430/96 com o ambiente regulatório e governança vigentes

A instituição dos critérios e condições de dedutibilidade fiscal das perdas sofridas pelas pessoas jurídicas no recebimento de créditos representou uma revisão conceitual importante quando da edição da Lei nº 9.430/96. Conforme se depreende da exposição de motivos da época, os critérios de provisionamento e de dedução anteriormente vigentes, baseados em médias históricas, não refletiam a realidade e, portanto, deveriam ser substituídos por uma sistemática que contemplasse as perdas efetivas e com regras objetivas.

Não era intenção do legislador dificultar ou inibir as negociações fora do âmbito judicial, mas evitar o excesso de liberalidade por parte do credor nos casos de acordos realizados administrativamente. Todavia, não vislumbrou o legislador que em muitos casos, o credor ver-se-ia obrigado, a deixar de aceitar determinadas propostas de renegociação, com abatimento/desconto.

De fato, não há de se falar em liberalidade na concessão de abatimentos/descontos em processos de renegociação, dentro ou fora do processo judicial, uma vez que o resultado dessa atividade atende a lógica empresarial e de negócio, que tem como objetivo o crescimento e desenvolvimento das operações de crédito, o retorno do capital empregado e a rentabilidade da entidade e do acionista.

O ambiente regulatório atual aplicável as operações de crédito e financiamento seja por disciplina estabelecida pelos órgãos reguladores (Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários) quanto pela exigência dos agentes de mercado (consumidores, investidores, analistas, entre outros) esteve em constante aprimoramento em busca de relações cada vez mais transparentes.

A despeito das normas de governança corporativa aplicáveis às entidades financeiras de



capital aberto, desde a edição da Lei nº 9.430/96, foram estabelecidas diversas ações e medidas de controle e acompanhamento de operações financeiras e de crédito.

No caso das instituições financeiras, as principais medidas de controle das operações de crédito foram:

1. Classificação dos créditos por nível de atraso³ - regra prudencial que disciplina o nível de provisionamento de operações de crédito em atraso para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos;
2. Central de Riscos⁴ - as instituições financeiras em geral devem prestar contas sobre os débitos e responsabilidades dos clientes e essas informações serão cadastradas no sistema Central de Riscos para consulta das citadas entidades, desde que com autorização do cliente;
3. Índice de Basileia - metodologias de gerenciamento de risco, de supervisão das atividades bancárias e de fortalecimento da disciplina de mercado. Quanto ao gerenciamento do risco de crédito, permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro, bem como a identificação e o acompanhamento dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro;
4. Pessoas politicamente expostas⁵ - as instituições financeiras estão obrigadas a adotar procedimentos que assegurem o acompanhamento contínuo das movimentações financeiras de clientes considerados pessoas politicamente expostas, quais sejam, agentes públicos que desempenhem ou tenham desempenhado nos últimos 5 anos cargos, empregos ou funções públicas relevantes, seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Portanto, no caso das instituições financeiras, há instrumentos de controle e de gestão administrativa que mitiguem os riscos de ocorrência de perdas com créditos de liquidação duvidosa que não sejam intrinsecamente vinculadas às suas atividades normais e usuais.

Proposta de alteração na legislação fiscal

A oportunidade e a urgência dessa medida são justificadas em razão dos grandes impactos econômicos esperados pela rápida disseminação do vírus Covid-19, com efeito direto na demanda agregada e na capacidade de honrar compromissos por parte das famílias e das empresas.

A proposta em questão visa eliminar as condições estabelecidas pela Lei nº 9.430/96 para a dedução fiscal com perdas de crédito, viabilizando a recomposição amigável entre credores e devedores.

No caso das instituições financeiras, dada a natureza intrínseca das suas operações, o tratamento adotado em outros países prevê um regime que, em regra geral, admite a dedução fiscal das perdas de créditos de acordo com o regime contábil estabelecido segundo as normas emitidas pelo órgão regulador bancário.

Tratamento fiscal alinhado às práticas contábeis no caso das instituições financeiras permite reduzir os custos associados à observância de critérios distintos decorrente da manutenção de sistemas operacionais, relatórios sistêmicos, controles manuais, etc. Além

3 Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999

4 Resoluções CNM nºs 2.724, de 30.05.2000, 3.658, de 17.12.2008 e 4.571 de 26/5/2017

5 Circulares BACEN nºs 3.339, de 22.12.2006, e 3.461 de 24/7/2009



disso, o alinhamento entre o tratamento contábil e fiscal permite eliminar os custos financeiros e de capital regulatório decorrentes do acúmulo de DTAs.

Por fim, as Autoridades Fiscais dispõem de instrumentos de fiscalização e controle que permitem verificar e confrontar os resultados auferidos nas operações de renegociação.

Para fins de neutralidade arrecadatória, propõe-se uma regra de transição em relação ao estoque de perdas temporariamente indedutíveis (créditos tributários já constituídos), permitindo que o valor acima seja considerado como ativo fiscal compensável com tributos vincendos, no prazo mínimo de 60 (sessenta) meses. E, ainda, que esse valor passe a ser atualizado pela SELIC.

Em suma, a medida proposta por meio da emenda ora apresentada elimina ineficiências fiscais e reduz representativamente os custos de gestão das operações de créditos inadimplentes, com impacto no custo do crédito de forma geral.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO
PP/RJ



**MPV 992
00063****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

(do Sr. Christino Aureo)

Art. 1º Incluem-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. A Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 76 desta Lei o oferecimento, como garantia de operações de crédito, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§1º

.....
.....

III - Aos participantes de plano de benefício de previdência complementar e segurados titulares de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, cujos quotistas de fundos de investimento especialmente constituídos, sejam, diretamente ou indiretamente, entidades abertas de previdência complementar ou sociedades seguradoras, hipóteses em que poderá ser oferecido em garantia o direito de crédito dos participantes e segurados referente



ao valor líquido de sua respectiva provisão matemática de benefícios a conceder.

§2º A faculdade mencionada no caput deste artigo aplica-se apenas às operações de crédito contratadas em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.” (NR)

§3º São penhoráveis, quando utilizados como garantia de financiamento e demais operações de crédito:

I - o seguro de vida, cujos fundos sejam vinculados aos planos de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, na fase de contribuição; e

II - a quantia depositada em fundos vinculados aos planos de previdência complementar aberta, durante a fase de contribuição”

“Art. 85. É vedado às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras impor obstáculos ou restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 84 desta Lei, mesmo que a operação de crédito seja contratada em instituição financeira não vinculada.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Considerando que as garantias são importante instrumento para obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas reduzidas, e que atualmente, em razão do cenário econômico trazido pela pandemia COVID-19, há grande demanda por crédito, entendemos oportuno trazer outra possibilidade de garantia passível de ser usada no mercado financeiro, tal como foi feito com a alienação fiduciária, contemplada no artigo 14 desta MP.

Trata-se da inclusão de dispositivos que prevejam a possibilidade de utilização da previdência privada como instrumento que viabilize a tomada de crédito pelos consumidores.

É certo que um dos componentes do custo do crédito disponível aos cidadãos está no risco potencial de inadimplência por parte dos tomadores. Tal risco é estimado pelas instituições financeiras com base em modelos estatísticos próprios e repassado às taxas de juros exigidas nas diversas formas de crédito oferecidas.

Para diminuir tal risco é preciso que as garantias constituídas para assegurar tais operações sejam facilmente exequíveis e exigíveis pelos agentes bancários.



Atualmente, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, dentre outras questões, em seu capítulo XII, artigo 84, já permite ao participante de plano de previdência complementar oferecer como garantia fiduciária, nas operações de financiamento imobiliário, as quotas de sua titularidade em fundos de investimentos e seguros de vida com cobertura por sobrevivência.

Nesse contexto, a proposição em tela objetiva viabilizar o oferecimento dos recursos de previdência, como garantia de todas as operações de crédito, e não apenas em operações de financiamento imobiliário, de modo a fomentar a concessão de crédito bancário.

Assim, a possibilidade de se utilizar como garantia de crédito os recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, mitigará o risco de inadimplência das operações de empréstimos e financiamentos, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros contratadas.

Ao buscar ampliar o rol de garantias, estendendo-se a permissão do artigo 84 a todas as operações de crédito, haverá significativo incremento da economia, na média em que certamente acarretará maior competição por taxas e condições mais favoráveis ao tomador de empréstimos. Tal fato possibilitará a adoção de medidas de proteção e de estímulo à inclusão financeira, fomentando o crédito sustentável, sem os indesejáveis efeitos colaterais do superendividamento ou comprometimento excessivo da renda.

Por fim, propomos a inclusão de dispositivo que preveja que a vinculação dos recursos da previdência complementar à sua finalidade precípua deve ser a regra, sendo seu uso como garantia de operações de crédito e eventual penhora uma exceção, legalmente admitida. Somente a provisão matemática de benefícios a conceder, de constituição da provisão pelo cliente, que é formada na fase de contribuição ao plano, será penhorável.

Não se trata, portanto, de vulgarizar o uso desses recursos - o que comprometeria até mesmo a estabilidade atuarial do sistema de previdência complementar - mas de definir uma hipótese específica e bastante justificável para utilização dos mesmos, ainda mais neste momento de enfrentamento dos efeitos econômicos advindos da COVID-19.

Reafirmamos que a presente proposta de alteração está diretamente alinhada ao conjunto de medidas que vêm sendo aprovadas pelo Poder Legislativo ao longo dos últimos anos, com o objetivo de promover a redução do custo do crédito no Brasil, por via da redução da taxa de juros e do spread bancário, que é uma das medidas estratégicas para o crescimento sustentável da economia.

Como exemplo dessas iniciativas, podemos citar: empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais civis (art. 45 da Lei nº 8.112/90), dos demais trabalhadores (art. 2º, §2º da Lei nº 10.820/2003), e dos beneficiários da previdência social (art. 6º da Lei nº 10.820/2003). Vale ressaltar que as taxas de juros em tais modalidades de crédito estão entre as mais baixas do mercado.



Desta forma, pela importância do tema e pelo impacto positivo que pode gerar em nossa economia, principalmente nesta fase tão crítica que o país está enfrentando, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO
PP/RJ



**MPV 992
00064****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

A Medida Provisória nº 992, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 6º As operações realizadas no âmbito do CGPE:

I - serão efetuadas de forma que, no mínimo, 30% do risco de crédito da carteira das operações do CGPE realizadas pela instituição participante será do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II - serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; e

III - não terão qualquer equalização de taxa de juros por parte da União.

§ 7º Na hipótese de insuficiência de recursos do FGI destinados ao CGPE, as instituições financeiras participantes poderão,



facultativamente, assumir risco de crédito superior a 70% da carteira de operações que realizar no Programa.

§ 8º Para as operações de crédito destinadas às microempresas e empresas de pequeno porte, fica autorizada a utilização do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae como instrumento complementar ao FGI na estruturação das garantias relativas às operações no âmbito do CGPE.” (NR)

“Art. 2º-A. A União fica autorizada a aumentar em até R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) a sua participação no FGI, exclusivamente para a cobertura das operações contratadas no âmbito do CGPE e independentemente do limite estabelecido no *caput* do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 1º O aumento da participação de que trata o *caput* será feito por ato da área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços.

§ 2º O aumento de participação será feito por meio da subscrição adicional de cotas para constituição de patrimônio segregado no FGI vinculado ao CGPE, com direitos e obrigações próprios e com a finalidade específica de garantir os riscos em operações de crédito firmadas com as empresas a que se refere o art. 2º.

§ 3º O FGI vinculado ao CGPE:

I - não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte da União; e

II - responderá por suas obrigações contraídas no âmbito do CGPE, até o limite do valor dos bens e direitos integrantes do patrimônio segregado de que trata o *caput* deste artigo.

§ 4º Para fins de constituição e operacionalização do CGPE, ficam dispensadas as formalidades constantes do estatuto do FGI, sendo considerados válidos os documentos e as comunicações produzidos, transmitidos ou armazenados eletronicamente, os quais servirão como instrumento de prova das informações prestadas na solicitação das garantias, desde que observado o disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e em seu regulamento.

§ 5º O aumento da participação de que trata o *caput* deste artigo será concluído até 30 de setembro de 2020.”



JUSTIFICAÇÃO

A presente MP nº 992, de 2020, apresenta grande relevância para a expansão das operações de crédito no País. Todavia, é essencial que essas operações sejam realizadas de maneira que uma parte do risco de crédito seja do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

É importante observar que a retração econômica prevista para os próximos meses ocasionará reflexos negativos na qualidade das carteiras de crédito detidas pelas instituições financeiras.

Nesse contexto, se as atuais carteiras de crédito já podem ser objeto de preocupação, as instituições financeiras podem naturalmente estar muito temerárias em expandir ainda mais o volume do crédito concedido.

Nesse contexto, consideramos essencial prever – a exemplo da Medida Provisória nº 975, de 2020 – que ao menos 30% do risco de crédito das operações concedidas no âmbito do CGPE sejam assumidas pelo FGI.

Assim, certos da relevância da presente Emenda para o sucesso do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado HUGO LEAL



**MPV 992
00065**

EMENDA N.º _____ À MPV 992/2020

(Do Sr. Helder Salomão)

Insere §7º ao Art. 2º da MP 992/2020 que dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Insira-se o seguinte §7º ao art. 2º da MP 992, de 2020:

Art. 2º
.....

§ 7º A distribuição a que se refere o inciso II do § 3º deste artigo deverá respeitar o percentual mínimo de trinta por cento para operações direcionadas a micro empresas e micro empreendedores individuais, conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

JUSTIFICAÇÃO

A emergência financeira causada pela pandemia do Covid-19, não só ceifou, até a presente data 80 mil vidas de brasileiros, como mais de 500 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas por conta do isolamento social necessário para conter o avanço da pandemia.

Sendo as Micro empresas e os Microempreendedores Individuais são responsáveis por mais de 55% das vagas formais de empregos gerados no país, entendemos que garantir acesso a crédito é fundamental e estratégico para o desenvolvimento do país.

Desta forma, propomos que as instituições financeiras que se beneficiarem do CGPE garantam que, no mínimo, 30% das contratações de crédito sejam realizadas com micro e MEIs, fazendo o recurso chegar a quem gera emprego e está com muitas dificuldades.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2020.

HELDER SALOMÃO



Deputado Federal (PT/ES)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00066****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber:

Art. A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 60-A Os atos de registro e de averbação perante o Registro de Imóveis, cuja finalidade seja o financiamento ao agronegócio, terão seus emolumentos reduzidos conforme a regra aplicável ao registro da hipoteca censual rural, de que trata o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967”.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão tem por objeto uniformizar a cobrança de emolumentos dos atos relacionados ao financiamento ao agronegócio, em consonância com as disposições já existentes no § 3º do art. 12 da lei 8.929/1994 e no art. 42-B da lei 10.931/2004, ambos introduzidos pela lei nº 13.986/2020.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00067****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, 16 DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber:

Art. Os artigos 17, 22 e 28, todos da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 Fica instituída a CIR, título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, representativa de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade, com garantia sobre bens integrantes de patrimônio rural em afetação.

I – revogado.

II – revogado.

.....

“Art. 22

.....

VIII – as garantias reais, bem como a identificação do patrimônio rural em afetação e dos bens que compõem seu objeto.

IX – revogado.

.....

“Art. 28. Vencida a CIR e não liquidado o crédito por ela representado, o credor poderá exercer de imediato os direitos decorrentes das suas garantias, inclusive as prestadas por terceiros.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

A redação final dos aludidos artigos da lei nº 13.986 permitiram interpretação de que a CIR ou o Patrimônio Rural em Afetação a ela vinculado poderiam constituir, em si, nova modalidade de garantia real. Em discussões posteriores à publicação da lei, verificou-se muitas opiniões no sentido de que tal interpretação conflitaria com os princípios da taxatividade e da tipicidade estrita dos direitos reais, tendo em vista que não há, na lei mencionada, a intenção expressa de introduzir no ordenamento novo direito real típico.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que a CIR deverá conter garantia real cedular, como ocorre com a totalidade dos demais títulos de crédito do agronegócio, nas modalidades existentes no ordenamento.

Finalmente, o art. 28 introduziu modalidade de apropriação extrajudicial direta do bem que, em sua leitura estrita, remete ao pacto comissório. Sua permanência é causa de insegurança jurídica, em razão dos princípios de vedação ao pacto comissório e ao enriquecimento sem causa. Por essa razão, sugerimos a modificação do art. 28 para esclarecer que o meio de excussão será aquele já previsto no ordenamento para cada modalidade de garantia que vier a ser acrescida à CIR.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00068****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, 16 DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber:

Art. Os artigos 7º, 9º, 10, 12 e 15, todos da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

Parágrafo único. No regime de afetação de que trata o caput, o empreendimento rural, incluindo o terreno, as benfeitorias, as acessões nele fixadas, além das lavouras, dos bens móveis e dos semoventes, enquanto vinculados ao empreendimento rural, constituirão patrimônio rural em afetação, destinado ao cumprimento das finalidades do empreendimento rural.” (NR)

.....

“Art. 9º O patrimônio rural em afetação é constituído por requerimento do proprietário, por meio de averbação na matrícula do imóvel, devendo o Oficial observar, para a prática do ato, que a descrição do imóvel matriculado atenda ao disposto no art. 176, § 3º, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 1º Quando o patrimônio rural em afetação for composto por parcela determinada de área maior, será averbada na matrícula respectiva a descrição da parcela objeto de afetação e do remanescente, observado o disposto no art. 12, III, da presente lei.

§ 2º A averbação referida no parágrafo anterior não importa no desmembramento do imóvel.

§ 3º Havendo a excussão de parcela determinada de imóvel, objeto do patrimônio rural em afetação, para pagamento de eventuais credores, previamente ao registro do título aquisitivo, o oficial, a requerimento do credor, averbará o parcelamento definitivo do imóvel, tal qual





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

anteriormente averbado, sendo então exigida a apresentação da certificação do georreferenciamento da área excutida perante o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

§ 4º Para fins de cálculo de emolumentos e custas:

I – a averbação de instituição do Patrimônio Rural em Afetação se beneficiará da redução de emolumentos aplicável a registro da hipoteca censual rural, de que trata o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967;

II – a averbação do parcelamento definitivo do imóvel, em razão de sua excussão, será considerada sem valor econômico” (NR)

“Art. 10. Os bens e os direitos integrantes do patrimônio rural em afetação não se comunicam com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do proprietário ou de outros patrimônios rurais em afetação por ele constituídos.

I – revogado.

II – revogado.

§ 1º Nenhum negócio jurídico estranho às finalidades ou ao financiamento do empreendimento rural poderá ser celebrado tendo por objeto os bens integrantes do patrimônio rural em afetação.

.....

§ 3º O patrimônio rural em afetação:

I - não poderá ser utilizado para realizar ou garantir o cumprimento de qualquer outra obrigação assumida pelo proprietário estranha ao empreendimento rural ao qual esteja vinculado; e

II - é impenhorável e não poderá ser objeto de constrição judicial, exceto em relação às obrigações por ele garantidas ou dele decorrentes.

§ 4º Os bens integrantes do patrimônio rural em afetação:





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

.....

II - não integram a massa concursal, enquanto não satisfeitas as obrigações decorrentes ou as garantidas reais sobre ele instituídas.

§ 5º Apenas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais originadas do empreendimento rural compõem o patrimônio rural em afetação.

§ 6º É ineficaz o patrimônio rural em afetação constituído em fraude contra credores, fraude à execução e nas hipóteses previstas nos artigos 129 e 130 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, ou quando houver desvio de finalidade, respeitadas as preferências registradas em favor de terceiros de boa-fé.” (NR)

“Art. 12

I -

.....

b) da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, correspondente à totalidade da matrícula, ainda que o Patrimônio Rural em Afetação incida sobre parcela menor;

.....

II – revogado.

III – quando o Patrimônio Rural em Afetação – PRA consistir em parcela determinada de imóvel matriculado em maior área:

a) o memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a Anotação de Responsabilidade Técnica, que deverá conter as coordenadas dos vértices definidores dos limites da área que comporá o Patrimônio Rural em Afetação, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional adotada pelo Incra, diferida a certificação perante o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para o momento da averbação do parcelamento definitivo;





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

b) a planta respectiva, de que constem os nomes e a anuência dos proprietários confrontantes, salvo se já houverem anuído quando do georreferenciado da área total, nos termos do art. 176, §3º, da Lei nº 6.015/1973.” (NR)

IV – revogado.

V – revogado.

.....

“Art. 13. Revogado.

Parágrafo único. Revogado.”

.....

“Art. 15

§ 1º O cancelamento será instruído com requerimento do proprietário, desde que cumpridas todas as obrigações garantidas pelos bens dele integrantes, ou com autorização da totalidade dos credores.

.....

§ 3º Revogado.”

JUSTIFICAÇÃO

A alteração do parágrafo único do art. 7º pretende expandir o objeto e a finalidade do patrimônio de afetação, e foi tratada em diversas emendas e nas audiências públicas mantidas pela Comissão Mista para conversão da MPV 897.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Houve sucessivos pleitos que outros títulos do agronegócio (e.g. CPR) possam gozar da proteção do patrimônio de afetação, o que justificou a redação final do projeto de lei de conversão.

De outro lado, há legítima preocupação de que, ao incluir as plantações ao patrimônio de afetação, estas poderiam tornar-se indisponíveis para garantia de CPR e outros credores.

Para solução do problema apresentado, sugere-se, (i) de um lado, ampliar a finalidade do patrimônio de afetação, para que venha a garantir todo e qualquer título de crédito (não apenas CIR e CPR), bem como as demais dívidas objeto do próprio imóvel rural afetado (inclusive trabalhistas e tributárias); (ii) de outro lado, esclarecer que o patrimônio de afetação abrange a integralidade do empreendimento rural, ou seja, o imóvel, as plantações, os semoventes e os acessórios (maquinário, equipamentos, veículos, etc.).

Dessa forma, a totalidade do ecossistema de financiamento rural passa a vigor “no interior” do patrimônio de afetação, permitindo melhor segregação patrimonial do produtor rural em unidades de produção independentes.

Essa lógica é a mesma do patrimônio de afetação imobiliário, constituído conforme o art. 32 da Lei 4.591.

Por essa razão, a alteração proposta no art. 9º visa a esclarecer a natureza e os procedimentos aplicáveis ao ato registral relativo à afetação patrimonial.

Na esteira do comentário apresentado ao art. 7º, as alterações ao art. 10 visam a expandir o escopo das obrigações que são garantidas pelo patrimônio de afetação. Esta sugestão soluciona o conflito entre produtores, credores e Receita Federal, que pretendia que o patrimônio de afetação não fosse oponível aos créditos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

Na forma proposta, os créditos fiscais, trabalhistas e previdenciários do próprio empreendimento ficam garantidos pelo patrimônio de afetação, ao mesmo tempo em que os credores com garantia real ficam protegidos quanto aos créditos superprivilegiados não relacionados ao empreendimento financiado.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

No art. 12, busca-se a revogação do requisito do inciso II, cuja prova é desnecessária perante o registro de imóveis, que já concentra as informações pertinentes. Ademais, consolidam-se os requisitos relativos ao georreferenciamento sob o inciso III, com revogação dos incisos seguintes, e elimina-se o requisito relacionado à anuência dos ocupantes, privilegiando as informações constantes da matrícula imobiliária no registro de imóveis, e simplificando o procedimento.

A revogação do art. 13, por sua vez, justifica-se em razão de já existir, na lei de registros públicos, procedimento próprio para a qualificação e devolução dos títulos, sendo desnecessário, e potencialmente conflitante, estabelecer o mesmo procedimento na lei alterada.

Por fim, as alterações ao art. 15 são apresentadas em linha com a mesma finalidade de promoção e expansão do uso do patrimônio rural em afetação.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00069****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Art. 1º O art. 14 da Medida Provisória nº 992, de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14

“Art. 9º-A Fica permitido ao fiduciante, desde que com a anuência do credor fiduciário, utilizar o bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza, com o mesmo ou outro credor.”

“Art. 9º-B

.....

§ 4º Quando ao tempo do inadimplemento houver credores diversos, caberá ao credor da operação mais antiga a iniciativa da excussão, facultando-se aos credores subsequentes o direito à sub-rogação, na forma do art. 31 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo primordial permitir a utilização do instrumento introduzido pelo art. 14 por maior número de credores, estimulando os financiamentos não-bancários, a exemplo das securitizações imobiliárias e dos financiamentos agrícolas de *barter*.

Entendemos que essas alterações trarão impacto positivo ao crédito e privilegiará maior número de setores da economia.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00070****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber:

Art. Os artigos 6º e 8º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI é título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em direitos creditórios imobiliários por origem ou destinação e constitui promessa de pagamento em dinheiro.

.....”
(NR)

“Art. 8º A securitização de créditos imobiliários é a operação pela qual direitos creditórios imobiliários são expressamente vinculados à emissão de uma série de títulos de crédito, mediante Termo de Securitização de Créditos, lavrado por uma companhia securitizadora, do qual constarão os seguintes elementos:

.....
§ 2º A securitização poderá ter lastro em direitos creditórios futuros, dispensada, para fins do inciso I do caput, a identificação do devedor, e admitida a estimativa do valor nominal do crédito, bem como os critérios para sua eventual substituição ou revolvência, se houver.

§ 3º O cedente de direitos creditórios futuros, para fins de emissão de CRI, responderá pela existência dos créditos cedidos ao tempo do vencimento estimado no instrumento de cessão”. (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

Sendo o escopo da MPV 992 o fomento ao financiamento imobiliário, mediante a desburocratização e a flexibilização de instrumentos de crédito, torna-se necessário e oportuno o estímulo dos meios de financiamento por entidades não-financeiras, especialmente a securitização imobiliária.

No cenário atual, com juros na mínima histórica, tem-se presenciado enorme busca por investimentos no mercado de capitais, com destaque para os Fundos de Investimento Imobiliário – FII e os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.

Passados mais de 20 anos da introdução dos CRI pela lei nº 9.514/1997, conjuntamente com a alienação fiduciária de imóveis, a sua regulamentação tornou-se obsoleta e excessivamente restritiva, em descompasso com as regulamentações posteriores de instrumentos análogos, como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA

Para melhor entendimento, note-se que a lei nº 9.514/1997 estipulou, nos artigos 6º e 8º, que os CRI seriam lastreados em créditos imobiliários, ao passo que os artigos 36 e seguintes da lei nº 11.076/2004 referem-se ao lastro do CRA como direitos creditórios do agronegócio. A diferença entre as terminologias adotada, conforme interpretação adotada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, levou à vedação regulatória de que CRI fossem emitidos com lastro em créditos futuros ou revolventes, diferentemente das operações de emissão de CRA, em que a revolvência vem sendo admitida.

Em termos práticos, a restrição terminológica adotada na lei nº 9.514/1997 prejudica em especial a securitização de recebíveis oriundos de empreendimentos imobiliários vendidos “na planta”, e de empreendimentos com vocação para a locação pulverizada, como shoppings centers, edifícios comerciais e parques logísticos.

Nesses casos, a ausência de previsibilidade quanto à duração dos contratos de locação, bem como a impossibilidade de cessão de recebíveis de locações futuras ou de vendas futuras de unidades autônomas decorrentes de incorporação imobiliária, por exemplo, têm limitado sobremaneira a captação de recursos por meio do mercado de capitais.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

A presente emenda, portanto, tem o objetivo de atualizar a redação da Lei nº 9.514, simplesmente equiparando o grau de flexibilidade para lastro de operações de emissão CRI já adotado com sucesso nas emissões de CRA, no âmbito do agronegócio, impulsionando essa modalidade de financiamento imobiliário.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00071****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Inclua-se na Medida Provisória nº 992, de 2020, onde couber:

Art. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 1.487-A. Desde que previsto no título que lhe der causa, a hipoteca poderá ser posteriormente estendida a novas obrigações garantidas, por requerimento do proprietário, em favor do mesmo ou de outro credor, mantidos o mesmo registro, a publicidade e a prioridade originais.

§ 1º A extensão descrita no caput não poderá exceder o prazo ou o valor máximo garantido constantes da especialização da garantia original.

§ 2º A extensão da hipoteca será objeto de averbação subsequente, na matrícula do imóvel, ordenando-se as obrigações garantidas pelo tempo da respectiva averbação, salvo disposição diversa dos credores respectivos”.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 14 da MPV permitiu que múltiplas obrigações garantidas fossem vinculadas a um mesmo instrumento de garantia.

Essa flexibilidade extrapola aquela já prevista atualmente na lei nº 13.476/2017, que instituiu modalidade de garantia “guarda-chuva”, e tem vocação de permitir não apenas o compartilhamento de garantia pelo mesmo credor, como também a sua extensão a credores distintos.

Vale dizer que a multiplicidade de credores distintos já existe nas operações “guarda-chuva” e, indiretamente, na MPV 992, uma vez que os créditos vinculados à mesma garantia sempre poderão ser posteriormente cedidos de forma individual, a distintos titulares.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

A possibilidade de vinculação de nova dívida à mesma garantia hipotecária também não é, em si, inovadora no Direito brasileiro, pois é faculdade já prevista no art. 167, inciso II, alínea 15 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), embora ali restrita à repactuação de dívidas no âmbito do SFH. Analogamente, a extensão da garantia pignoratícia é expressamente prevista no art. 58 do Decreto-Lei nº 167/1967, que instituiu os títulos de crédito rural.

Nesse sentido, pareceu-nos pouco oportuno que a MPV tenha restringido a possibilidade de extensão da garantia apenas à alienação fiduciária, bem como que esteja, no texto da MPV, restrita às instituições financeiras e ao crédito imobiliário, restrição essa que não se justifica.

Ao contrário, a extensão da garantia a dívidas posteriores, se admitida na forma proposta, deve contar com suficiente flexibilidade para beneficiar não apenas os grandes bancos, mas também as instituições de menor porte e os financiamentos não-bancários, como as securitizações de recebíveis e as operações de *barter*.

Esse mecanismo, instituído como regra geral, e não apenas para um pequeno nicho de mercado, é conhecido internacionalmente como *hipoteca recarregável*, previsto no art. 2.422 do Código Civil francês e no art. 1.180 do Código Civil alemão (BGB).

Sem prejuízo do já disposto no art. 14 da MPV 992, a adoção de um mecanismo de escopo geral já conhecido na legislação estrangeira e analogamente previsto em disposições específicas da Lei brasileira (acima referenciadas) permite mais fácil integração e interoperabilidade com as demais normas de Direito Civil, reduzindo sobremaneira a insegurança jurídica.

Ademais, permitirá expressivo ganho ao acesso ao crédito, ampliando a possibilidade de uso do instrumento nos mais diversos segmentos empresariais.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**MPV 992
00072****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020.****EMENDA**

Art. 1º Os artigos 14 e 15 da Medida Provisória nº 992, de 2020, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.

“Art. 9º-A
.....

§ 2º Revogado.”

“Art. 9º-B A nova dívida garantida pela alienação fiduciária de coisa imóvel deverá ser averbada no cartório de registro de imóveis competente, mediante a apresentação do título respectivo, ordenando-se em prioridade as obrigações garantidas, após a primeira, pelo tempo da respectiva averbação.

§ 1º O título de extensão da alienação fiduciária deverá conter:
.....

IV – Revogado.

V – Revogado.

VI – Revogado.
.....

VIII - os demais requisitos constantes do art. 24 da Lei nº 9.514, 20 de novembro de 1997.

§ 2º O título de extensão da alienação fiduciária poderá ser formalizado por instrumento público ou particular, admitida a forma eletrônica.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 3º A extensão da alienação fiduciária não poderá exceder o prazo final de pagamento e o valor garantido constantes da especialização da garantia original.

Art. 9º-C A liquidação antecipada de qualquer das operações de crédito não obriga o fiduciante a liquidar antecipadamente as demais operações vinculadas à mesma garantia, hipótese em que permanecerão vigentes as condições e os prazos nelas convencionados.

Parágrafo único. A liquidação de qualquer das operações de crédito garantidas será averbada na matrícula do imóvel, à vista do termo de quitação específico emitido pelo credor.

I – Revogado.

II – Revogado.

Art. 9º-D Na hipótese de inadimplemento e ausência de purgação da mora, de que trata o art. 26 da Lei nº 9.514, 20 de novembro de 1997, em relação a qualquer das operações de crédito, independentemente de seu valor, o credor fiduciário poderá considerar vencidas antecipadamente todas as demais operações de crédito vinculadas à mesma garantia, situação em que será exigível a totalidade da dívida.

.....

§ 2º A informação sobre o exercício, pelo credor fiduciário, da faculdade de considerar vencidas todas as operações vinculadas à mesma garantia, nos termos do disposto no **caput**, deverá constar da intimação de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.514, 20 de novembro de 1997.

§ 3º A dívida de que trata o inciso I do § 3º do art. 27 da Lei nº 9.514, 20 de novembro de 1997, corresponde ao montante dos saldos devedores de todas as operações de crédito vinculadas à mesma garantia

.....

§ 5º Revogado.”

Art. 15.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Art. 167.....

II -

33. da extensão da garantia real a nova operação de crédito, nas hipóteses em que a lei autoriza”.

JUSTIFICAÇÃO

Cientes da necessidade e de acordo com os objetivos de ampliação do crédito contidos na MPV, apresentamos breves sugestões de melhoria da redação apresentada com o objetivo de aprimorar a concisão, o entendimento e a precisão do texto, evitando-se, dessa forma, insegurança jurídica que possa decorrer de sua interpretação futura.

Ademais, sugerimos a exclusão de dispositivos por vezes repetitivos de outras leis ou não pertinentes ao objetivo almejado, os quais, do mesmo modo, poderão prejudicar a aplicabilidade do texto, em razão de insegurança jurídica.

Diante de todo o exposto, e considerando o legítimo interesse público das alterações, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL – MS



MPV 992
00073

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 992, de 2020)

Dê-se ao § 4º do art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 4º Para fins de enquadramento no CGPE, trinta por cento do valor das operações de crédito a que se refere o inciso I do *caput* do art. 3º deverá vir de operações contratadas ao amparo:

.....”

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art. 2º

§ 7º Das operações previstas no § 4º, trinta por cento deverão ser direcionadas a microempreendedores individuais, micros e pequenas empresas, conforme definições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”, reproduzidas abaixo:

I – microempreendedor individual, aquele que tenha em cada ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);

II – microempresa, aquela que tenha em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

III – no caso de empresa de pequeno porte, aquela que tenha em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)



JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 992, de 2020, busca incentivar a expansão do crédito em meio a pandemia do coronavírus, ao conceder às instituições financeiras créditos tributários resultantes de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro fiscal e vincular o acesso a esses créditos a concessão de empréstimos, pelas instituições financeiras, a empresas com receita bruta anual de até 300 milhões, no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE.

A proposta é necessária e meritória. Entretanto, precisa ser aperfeiçoada para que o CGPE garanta incentivos aos programas de crédito criados anteriormente, no âmbito das medidas de minimização dos efeitos econômicos negativos da pandemia do coronavírus, e que já estão em pleno andamento, de forma que seus efeitos sejam sentidos de forma imediata, com a velocidade que a crise do coronavírus exige.

Tais programas são o Pronampe, para micro e pequenas empresas; o Pese, para empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões; e o PEAC, para empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

Propomos, então, que o limite de recursos do CGPE que deverá ser emprestado por meio dos mencionados programas de crédito seja de 30% do total e não até 30%, como proposto pela redação original do § 4º do art. 2º da medida provisória.

Também é importante que haja direcionamento de recursos para os microempreendedores individual, micros e pequenas empresas, que são os empreendimentos com maior dificuldade de acesso à crédito e de manutenção de sua operação na situação de perda de receita resultante da pandemia do coronavírus.

Propomos, então, que, dos recursos que serão direcionados para os programas de créditos já existentes, 30% beneficiem microempreendedores individuais, micros e pequenas empresas.

Contamos com o apoio dos nobres Pares, para emenda que visa garantir maior eficiência e maior rapidez na operacionalização da linha de crédito proposta pela medida provisória e direcionar parte dos recursos para as empresas de menor porte.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

je2020-07073



MPV 992
00074**EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 992, de 2020)

Dê-se ao § 4º do art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 4º Para fins de enquadramento no CGPE, trinta por cento do valor das operações de crédito a que se refere o inciso I do *caput* do art. 3º deverá vir de operações contratadas ao amparo:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 992, de 2020, busca incentivar a expansão do crédito em meio a pandemia do coronavírus, ao conceder às instituições financeiras créditos tributários resultantes de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro fiscal e vincular o acesso a esses créditos a concessão de empréstimos, pelas instituições financeiras, a empresas com receita bruta anual de até 300 milhões, no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE.

A proposta é necessária e meritória. Entretanto, precisa ser aperfeiçoada para que o CGPE garanta incentivos aos programas de crédito criados anteriormente, no âmbito das medidas de minimização dos efeitos econômicos negativos da pandemia do coronavírus, e que já estão em pleno andamento, de forma que seus efeitos sejam sentidos de forma imediata, com a velocidade que a crise do coronavírus exige.

Tais programas são o Pronampe, para micro e pequenas empresas; o Pese, para empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões; e o PEAC, para empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

Propomos, então, que o limite de recursos do CGPE que deverá ser emprestado por meio dos mencionados programas de crédito seja de 30%



do total e não até 30%, como proposto pela redação original do § 4º do art. 2º da medida provisória.

Contamos com o apoio dos nobres Pares, para emenda que visa garantir maior eficiência e maior rapidez na operacionalização da linha de crédito proposta pela medida provisória.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

je2020-07073



MPV 992
00075

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

(do Sr. Christino Aureo)

Art. 1º Os parágrafos 2º e 6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º

.....
.....
.....

§ 2º - As operações de crédito que trata o caput abrangem:

I - aquelas contratadas no âmbito dos programas mencionados no § 4º, desde a sua constituição; e

II - aquelas contratadas no período compreendido entre a data de entrada em vigor do estado de calamidade pública no Brasil e 31 de dezembro de 2020. (NR)

.....
.....
.....

§ 6º - Excetuado o disposto no § 4º, as operações realizadas no âmbito do CGPE:

I - não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição participante;



II - serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes;

III - não terão qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos; e

IV - não terão qualquer equalização de taxa de juros por parte da União. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A alteração propostas para o parágrafo 2º tem por objetivo adequar a data da vigência das disposições trazidas por esta Medida Provisória.

Da forma como está o parágrafo original, os bancos mais atuantes e que iniciaram suas operações de empréstimos para os programas de governo - como o PESE e o Pronampe - antecipadamente, seriam penalizados em relação aos bancos que ainda estão em fase de iniciação.

A proposta deixa claro também que as operações realizadas nos programas independem das novas operações. Ou seja, de cada R\$ 1 emprestado nos programas de governo, pode ser utilizado R\$ 0,30 para o CGPE.

Com a aprovação da presente emenda, os bancos que promoveram mais crédito para o segmento de micro, pequenas e médias empresas serão beneficiadas, o que está em linha com o objetivo da presente Medida Provisória.

Por fim, propomos ajuste no parágrafo 6º do art. 2º apenas para trazer mais clareza ao texto ao evidenciar que as condições dispostas se referem aos demais empréstimos, que não os de programa de governo.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO
PP/RJ



**MPV 992
00076**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

(do Sr. Christino Aureo)

Art. 1º Inclua-se o seguinte parágrafo 7º no art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º

.....
.....
.....

§ 7º - A receita bruta anual mencionada no caput deste artigo poderá ser aferida conforme critérios de políticas próprias das instituições financeiras.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O texto do caput do art. 2º da MP 992 prevê como critério de elegibilidade ao Programa CGPE operações de crédito com “empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.”.

Dado o sigilo fiscal, a obtenção da informação da receita dependerá da autorização do cliente para liberação da informação, o que pode ser de difícil operacionalização quando se busca implementar contratações de forma eletrônica.



Acreditamos que a receita bruta anual possa ser apurada conforme os critérios atualmente utilizados pelos bancos para outros programas, como é o caso do PESE, a fim de que exista fluidez na concessão dos créditos, evitando-se também o desenvolvimento de processos operacionais acessórios que demandarão um prazo de implementação maior ao Programa.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

DEPUTADO CHRISTINO AUREO
PP/RJ



**MPV 992
00077****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....

§8º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir sem justa causa os contratos de trabalho de seus empregados, até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito, considerando para os devidos fins os contratos vigentes em 30 de junho de 2020, com base nas informações disponíveis em folha de pagamento ou remetidas aos cadastros públicos, a exemplo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa e possivelmente os juros serão baixos nada mais justo que as empresas que participarem do programa garantam pelo menos os empregos de seus trabalhadores.

Portanto, propomos estabilidade no emprego pelo período compreendido entre 30 de junho e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Por entendermos justa e acertada esta garantia, pedimos o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala da Comissão, 20 de julho de 2020.

Deputado ENIO VERRI
PT/PR



**MPV 992
00078**

EMENDA N.º _____ À MPV 992/2020

(Do Sr. Helder Salomão)

Altera a redação do Inciso II do Art. 1º e do *caput* do Art. 3º da MP 992/2020 que dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Altere-se a redação do Inciso II do Art. 1º e do *caput* do Art. 3º da MP 992/2020, para a seguinte redação:

Art. 1º

II - o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as administradoras de consórcio;

III-

Art. 3º Até 31 de dezembro de 2025, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as administradoras de consórcio, que aderirem ao CGPE, poderão apurar crédito presumido:

JUSTIFICAÇÃO

A emergência financeira causada pela pandemia do Covid-19, não só ceifou, até a presente data 80 mil vidas de brasileiros, como mais de 500 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas por conta do isolamento social necessário para conter o avanço da pandemia.

Sendo as Micro empresas e os Microempreendedores Individuais são responsáveis por mais de 55% das vagas formais de empregos gerados no país, entendemos que garantir acesso a crédito é fundamental e estratégico para o desenvolvimento do país.



Desta forma, considerando a capilaridade das cooperativas de crédito não podemos considerar justo excetuá-las dos benefícios desta lei. Impedi-las de aderir ao programa reduz as chances de micro e pequenos empreendedores de acessarem a este um importante crédito para garantir a sobrevivência dos empreendimentos e investimentos futuros.

Sala das Comissões, em de de 2020.

HELDER SALOMÃO
Deputado Federal (PT/ES)



**MPV 992
00079**

GABINETE SENADOR PAULO ROCHA

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se §8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....

§8º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa e possivelmente os juros serão baixos nada mais que as empresa que utilizarem do programa garante pelo menos os empregos de seus trabalhadores.

Portanto, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Por fim, pedimos o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala das Sessões , em de 2020

Senador PAULO ROCHA**PT/PA**

**MPV 992
00080**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 992 DE 2020.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº

Altere-se a redação do §2º, do art. 9º-A, incluído no artigo 14 da Medida Provisória nº 992, de 2020, à Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017:

Art. 14. A Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9-A

§ 2º O fiduciante pessoa natural somente poderá contratar as operações de crédito de que trata o caput em benefício próprio, **de sua atividade econômica** ou de sua entidade familiar, mediante a apresentação de declaração contratual destinada a esse fim.

JUSTIFICAÇÃO

2

A Lei nº 13.476, de 2017, visou promover aprimoramentos na legislação concernente à constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários, tendo surgido em um contexto de fragilidades associadas ao mercado de crédito bancário com oferta restrita de crédito. Seguindo a mesma linha, a MP 992 visa possibilitar o amplo acesso ao crédito, e não restringir seu âmbito de incidência.

Desse modo, para alcançar a finalidade de ampliação de acesso ao crédito face à pandemia atualmente instaurada¹, entende-se que a utilização do bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza deve abranger, também, a tomada de financiamento/empréstimo para o custeio/retomada da atividade econômica exercida pela pessoa física.

Assim, serão minimizadas as incertezas econômicas do cenário atual, permitindo que o fiduciante que exerça atividade econômica como pessoa física possa também ter acesso às previsões trazidas pela MP 992 para financiá-la.

Por fim, solicitamos apoio de nossos pares quanto ao acatamento da presente emenda.

Sala da Comissão, em de de 2020

Deputado José Mário Schreiner
DEM/GO

¹ Inclusive, reconhecido o estado de calamidade pública no Decreto Legislativo nº 6 de 2020.



**MPV 992
00081**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 992 DE 2020.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº

Acrescente-se ao artigo 14 da Medida Provisória 992 de 2020, que altera o a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a seguinte previsão:

Art. 9-E. O disposto nos artigos 9-A, 9-B, 9-C e 9-D se aplica também aos bens móveis, em observância ao artigo 1.361 do CC.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.476, de 2017, visou promover aprimoramentos na legislação concernente à constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários, tendo surgido em um contexto de fragilidades associadas ao mercado de crédito bancário com oferta restrita de crédito. Seguindo a mesma linha, a MP 992 visa possibilitar o amplo acesso ao crédito, e não restringir seu âmbito de incidência.



2

Desse modo, para alcançar a finalidade de ampliação de acesso ao crédito face à pandemia atualmente instaurada¹, entende-se que a possibilidade de compartilhamento da alienação fiduciária deve se estender, também, ao bem móvel alienado fiduciariamente.

Assim, serão minimizadas as incertezas do cenário atual, mediante a facilitação do acesso ao crédito para alavancar a economia, permitindo ao fiduciante que adquiriu um bem móvel alienado fiduciariamente (um veículo, por exemplo), possa oferecê-lo em garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza (um empréstimo pessoal, a exemplo de outros), desde que contratadas com o credor fiduciário da operação de crédito original.

Por fim, solicitamos apoio de nossos pares quanto ao acatamento da presente emenda.

Sala da Comissão, em de de 2020

Deputado José Mário Schreiner
DEM/GO

¹ Inclusive, reconhecido o estado de calamidade pública no Decreto Legislativo nº 6 de 2020.



**MPV 992
00082**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 992 DE 2020.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

EMENDA N.º

Acrescente-se na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, no art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre:

I – a concessão de crédito a microempresas de pequeno e de médio porte, **assim como de produtores rurais pessoas físicas e jurídicas**, no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE;



2

II – o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio;

III – o compartilhamento de alienação fiduciária; e

IV – a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

Acrescente-se na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, no art. 2º, a seguinte redação:

Art. 2º Fica instituído o CGPE, Programa destinado à realização, pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, de operações de crédito com empresas e produtores rurais com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.

.....

.....

§ 3º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir:

.....

II – a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas e produtores rurais de que trata o caput.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos produtores rurais no rol de beneficiários do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE) é necessária em função das restrições impostas a diversos segmentos agropecuários, decorrentes da crise da pandemia do COVID-19.

A crise do coronavírus tem impactado significativamente muitas cadeias produtivas, como hortaliças, flores e plantas ornamentais, lácteos, pescados e produtos da aquicultura, e borracha natural, que estão com sérias dificuldades de comercialização dos seus produtos, em função das restrições de locomoção de distribuidores, clientes e dos próprios produtores e trabalhadores, além do fechamento de diversos canais de distribuição há mais de quatro meses. Essa



situação tem impactos expressivos sobre a receita de curto prazo desses setores, o que impede que os compromissos assumidos sejam honrados no prazo acordado antes desse cenário de COVID-19. Além disso, em função da perecibilidade de muitos produtos, o produtor não consegue armazená-los para venda futura, o que compromete também o seu fluxo futuro de receitas.

Nesse momento, é preciso amparar o produtor rural, que se mantém no campo produzindo e garantindo o abastecimento de alimentos, no País e no mundo, mesmo diante da situação de calamidade instaurada a partir da pandemia.

Algumas medidas já foram adotadas pelo Governo Federal para amenizar os impactos da crise no setor agropecuário, especialmente em relação ao diferimento do pagamento de tributos. No entanto, nenhuma medida ampla para a prorrogação de prazos dos financiamentos rurais e acesso a capital de giro foi anunciada, como ocorreu para os demais setores econômicos.

Diante dos problemas enfrentados pelos produtores rurais em todo o Brasil, especialmente para os segmentos que são mais intensivos em mão de obra, como é o caso da pecuária de leite, hortaliças, frutas, flores e borracha natural (látex coagulado), é imprescindível que esses segmentos possam acessar crédito para giro em condições compatíveis com a nova realidade macroeconômica, para viabilizar a adequação do seu fluxo de caixa e garantir a manutenção desses produtores no campo.

Sala da Comissão, em de de 2020

Deputado José Mário Schreiner
DEM/GO



**MPV 992
00083****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Inclua-se, onde couber, os seguintes capítulos e disposições:

“CAPÍTULO I – DA MODERNIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS:

Art. 1 A lei nº 9.514/1997 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.

§1º

.....

V – A propriedade superveniente do fiduciante.

.....

§ 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo fiduciante, torna eficaz, desde o registro, a transferência da propriedade fiduciária ao credor.

§ 4º A alienação fiduciária da propriedade superveniente é admitida a registro imobiliário desde a data de sua celebração.

§ 5º É facultado ao credor titular da propriedade superveniente sub-rogar-se na propriedade fiduciária, na forma do art. 31”. (NR)

“Art. 26.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, o devedor fiduciante e, se for o caso, o terceiro prestador da garantia fiduciária, ou seus representantes legais ou



procuradores regularmente constituídos, serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de quinze dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

§ 1º-A Quando houver imóveis localizados em mais de uma circunscrição imobiliária em garantia da mesma dívida, a intimação para purgação da mora poderá ser requerida a qualquer dos registradores competentes e, uma vez realizada, importa em cumprimento do requisito de intimação em todos os procedimentos de excussão, desde que informe a totalidade da dívida e dos imóveis passíveis de consolidação de propriedade.

§ 2º O contrato poderá definir o prazo de carência após o qual será expedida a intimação; no silêncio, o prazo será de 15 (quinze) dias.

§ 3º A intimação far-se-á pessoalmente às pessoas indicadas no §1º, mediante carta pela qual sejam também cientificados de que, caso não haja purgação da mora no prazo legal, a propriedade será consolidada no patrimônio do credor e o imóvel será levado a leilão nos termos do art. 27, podendo a intimação ser promovida, por solicitação do oficial do Registro de Imóveis, por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento, aplicando-se, no que couber, o art. 160 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

.....
§ 9º É dever do devedor fiduciante informar o credor fiduciário sobre a alteração de seu domicílio, presumindo-se estar em lugar ignorado quando não encontrado no local do imóvel dado em garantia ou em outro endereço por ele fornecido.

§ 10. Presume-se inacessível o lugar quando houver recusa do porteiro em atender a pessoa responsável pela intimação ou o prédio for desprovido de portaria e não houver quem o atenda.” (NR)

“Art. 26-A. Os procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos à aquisição ou construção do imóvel residencial do fiduciante, exceto as operações do sistema de consórcio, de que trata a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, sujeitam-se às normas especiais estabelecidas neste artigo.

.....
§ 3º No segundo leilão, será aceito o lance mais elevado, desde que igual ou superior ao valor integral da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, ou ao correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º, o que for maior.

§ 4º Se, no segundo leilão, não houver lance que atenda o referencial estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á extinta a dívida, hipótese



em que o credor fiduciário entregará ao devedor, mediante prova da desocupação do imóvel, a diferença entre o esse montante, acrescido da taxa de fruição a que se refere o art. 37-A e dos encargos condominiais e tributários incidentes sobre o imóvel que se vencerem entre a data da consolidação da propriedade e a data da desocupação do imóvel, e o valor correspondente a cinquenta por cento do valor da avaliação de que trata o § 1º do art. 27, se este for maior”. (NR)

“Art. 27. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de sessenta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do Art. 26, promoverá público leilão para a alienação do imóvel.

.....
§ 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 1º.

.....
§ 5º Se, no segundo leilão, não houver licitante ou lance suficiente, o fiduciário estará investido na livre disponibilidade do imóvel independente de leilão e entregará ao fiduciante, mediante prova da desocupação do imóvel, a eventual diferença positiva entre o valor a que se refere o §2º do art. 27 e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.

§6º Se o produto do leilão não for suficiente para pagamento integral do montante da dívida garantida, seus encargos e despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, cobrável mediante ação de execução e, se for caso, excussão das demais garantias da dívida.

§ 10. Os direitos reais de garantia ou constrições, inclusive penhoras, arrestos, bloqueios e indisponibilidades de qualquer natureza, incidentes sobre o direito real de aquisição do devedor fiduciante não obstam a consolidação da propriedade no patrimônio do credor fiduciário e a venda do imóvel para realização da garantia, mas sub-rogam-se no direito do fiduciante à percepção do saldo que eventualmente restar do produto da venda.” (NR)

“Art. 27-A. Nas operações de crédito garantidas por dois ou mais imóveis, caso não seja convencionada a vinculação de cada imóvel a uma parcela da dívida, o credor poderá promover a excussão em ato simultâneo, mediante consolidação da propriedade e leilão de todos os imóveis em conjunto, ou em atos sucessivos, mediante consolidação e leilão de cada imóvel em atos subsequentes, à medida que seja necessário para satisfazer plenamente o crédito.

§ 1º Caberá ao credor fiduciário a indicação dos imóveis a serem executados em sequência, salvo estipulação expressa no contrato, ficando suspensa a consolidação dos demais.

§ 2º Em relação a cada imóvel levado a leilão o credor fiduciário promoverá a averbação do demonstrativo do respectivo resultado no Registro de Imóveis



competente e o encaminhará ao devedor fiduciante mediante correspondência dirigida ao endereço físico e eletrônico por ele informado no contrato.

§ 3º Não se alcançando, a cada leilão realizado, quantia suficiente para satisfação do crédito, o credor promoverá a seguir o recolhimento do Imposto de Transmissão Inter Vivos e, se for o caso, do laudêmio, relativos ao imóvel a ser executado em seguida, requererá a respectiva averbação da consolidação da propriedade e, nos trinta dias seguintes, promoverá os procedimentos de leilão nos termos do art. 27.

§ 4º Uma vez satisfeito integralmente o crédito com o produto dos leilões realizados sucessivamente, o credor fiduciário entregará ao devedor fiduciante o termo de quitação e a autorização de cancelamento do registro da propriedade fiduciária dos imóveis a serem desonerados.” (NR)

Art. 30

Parágrafo único. Nas garantias cuja excussão seja realizada na forma deste capítulo, iniciada por instituição financeira, uma vez averbada a consolidação da propriedade fiduciária, as ações judiciais que tenham por objeto controvérsias sobre as estipulações contratuais ou os requisitos procedimentais de cobrança e leilão, excetuada a exigência de notificação do devedor fiduciante, não obstarão a reintegração de posse de que trata este artigo e serão resolvidas em perdas e danos”. (NR)

“CAPÍTULO II – DA EXCUSSÃO EXTRAJUDICIAL HIPOTECÁRIA:

Art. 2 Ficam incluídos na lei nº 9.514/1997 os seguintes dispositivos:

“Art. 39. Os créditos garantidos por hipoteca poderão ser executados extrajudicialmente na forma desta lei, independentemente de previsão contratual.

§ 1º Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro garantidor, ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos, serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou seu cessionário, pelo oficial do Registro de Imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, aplicando-se, no que couber, os procedimentos estabelecidos nos parágrafos do art. 26 desta Lei.

§ 2º A não purgação da mora pelo devedor, no prazo do parágrafo anterior, caracteriza o inadimplemento absoluto da obrigação garantida, a partir do qual se inicia o procedimento de excussão extrajudicial da garantia hipotecária mediante público leilão, devendo esse fato ser averbado na matrícula do imóvel mediante pedido formulado pelo credor nos quinze dias seguintes ao término do prazo fixado para a purgação da mora.

§ 3º No prazo de sessenta dias da averbação referida no parágrafo anterior, o credor promoverá público leilão do imóvel hipotecado, facultada a realização por meio eletrônico, do qual o devedor será cientificado mediante



correspondência dirigida pelo credor aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.

§ 4º Se no primeiro leilão público não for oferecido lance igual ou superior ao valor do imóvel fixado no contrato para fins de excussão ou ao valor de avaliação realizada pelo órgão público competente para cálculo do imposto sobre transmissão inter vivos, o que for maior, será realizado o segundo leilão nos quinze dias seguintes.

§ 5º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a cinquenta por cento do valor da avaliação do imóvel a que se refere o § 4º.

§ 6º Até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao devedor ou ao prestador da garantia hipotecária o direito de remir a execução, efetuando o pagamento da totalidade da dívida, cujo valor será acrescido das despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilões, autorizado o Oficial de Registro de Imóveis a receber as quantias correspondentes, devendo transferi-las ao credor no prazo de três dias.

§ 7º Se o lance para arrematação do imóvel, em qualquer dos dois públicos leilões, superar o valor da totalidade da dívida e das despesas conforme indicado no parágrafo anterior, a quantia excedente será entregue ao hipotecante no prazo de quinze dias, contado da data da efetivação do pagamento do preço da arrematação.

§ 8º Se, no segundo leilão, não houver licitantes ou o maior lance oferecido não for igual ou superior ao lance mínimo estabelecido no § 5º, o imóvel será arrematado pelo credor hipotecário por valor correspondente a esse preço mínimo, mediante pagamento ao devedor, quando da desocupação do imóvel, da eventual diferença positiva entre esse preço e o montante atualizado da dívida, acrescida de encargos e despesas de execução.

§ 9º Quando se tratar de operação do sistema de consórcio, o crédito eventual do consorciado, estabelecido no parágrafo anterior, será satisfeito por ocasião do fechamento do grupo.

§ 10 O procedimento dos leilões será formalizado por ata notarial que, instruída pela comprovação de intimação do devedor, dos autos dos leilões e de arrematação, constituirá o título de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel, à vista da comprovação do pagamento do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio.

§ 11 Aplicam-se à execução hipotecária realizada na forma deste artigo as disposições dos §§7º e 8º do art. 27, do art. 30 e seu parágrafo único, e do art. 37-A, desta lei, equiparando-se à consolidação da propriedade, para a finalidade de determinar o marco temporal, a averbação a que diz respeito o §3º deste artigo.

Art. 39-A. Quando houver mais de uma garantia registrada sobre o mesmo bem, após realizadas as averbações previstas no §7º do art. 26, ou no §2º do art. 39, conforme o caso, o oficial intimará todos os credores concorrentes simultaneamente para habilitarem os respectivos créditos, mediante requerimento que atenda aos requisitos abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

I – o cálculo do montante atualizado para excussão da garantia, incluindo seus acessórios;



II - os documentos comprobatórios do desembolso e do saldo devedor, quando se tratar de crédito pecuniário futuro, condicionado ou rotativo;

III - a sentença judicial ou arbitral que tornar líquido e certo o montante devido, quando ilíquida a obrigação descrita no contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do caput, o oficial certificará, intimando o garantidor e todos os credores em concurso quanto ao quadro atualizado de credores, com os respectivos créditos e graus de prioridade, cuja distribuição ficará a cargo do credor exequente, com prioridade e nos mesmos prazos aplicáveis à restituição de qualquer montante, que eventualmente sobejar, ao fiduciante ou garantidor hipotecário.

Art. 3 Altera-se a redação do inciso V, do art. 3º, da Lei nº 8009/1991, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 3º

.....

V - para excussão de imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, ainda que em garantia de dívida de terceiro;

.....” (NR)

“CAPÍTULO III – DO COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS:

Art. 4 Fica introduzido o “Capítulo XXI – Do Agente de Garantia” no Título VI, do Livro I – Do Direito das Obrigações, da Parte Especial do Código Civil, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XXI Do Agente de Garantia

Art. 853-A. Toda garantia pode ser levada a registro, gerida e executada por um agente de garantia, designado a este fim pelos credores da obrigação garantida no título, agindo em nome próprio e em benefício destes.

§1º. O agente de garantia tem dever fiduciário em relação aos credores da obrigação garantida, respondendo perante estes por todos os seus atos.

§2º. O agente de garantia poderá ser, à escolha dos credores, um dos credores, o registrador de imóveis, o registrador de títulos e documentos, ou um terceiro, e poderá ser substituído a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas sua substituição só será eficaz após a publicidade, feita na mesma forma da respectiva garantia.



§3º. O produto da realização da garantia, do qual o agente de garantia é depositário, constitui patrimônio separado e é impenhorável, na pendência da sua transferência para os credores garantidos, até 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento.

§4º Recebido o valor pelo agente de garantia, realizará ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o pagamento dos credores e, na hipótese de não localização de quaisquer deles, depositará em conta remunerada em nome de cada qual o valor respectivo”.

Art. 5 Os arts. 1.477 e 1.478 do Código Civil passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.477.

.....

§2º O inadimplemento da obrigação garantida por hipoteca faculta ao credor declarar vencidas as obrigações garantidas pelas demais hipotecas de que for titular sobre o mesmo imóvel”. (NR)

“Art. 1.478. O credor da segunda hipoteca, efetuando o pagamento, terá faculdade de se sub-rogar, a qualquer tempo, nos direitos da hipoteca anterior, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum”. (NR)

Art. 6 As garantias reais serão contratadas preferencialmente pela via eletrônica, cabendo aos oficiais de registro e aos tabeliães:

I – manter, diretamente ou por intermédio de suas centrais de serviços, integração entre elas, para disponibilização eletrônica de seus serviços e dados aos usuários, respeitados os emolumentos e os valores das outras despesas exigíveis pela serventia e centrais compartilhadas;

II – estabelecer preços dos serviços de recepção e entrega disponibilizados pelas centrais de serviços eletrônicos compartilhados extrajudiciais correspondente aos efetivos custos operacionais de instalação, manutenção e atualização permanente da estrutura.” (NR)”

“CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7 Os benefícios da gratuidade de justiça não se aplicam aos atos praticados pelos oficiais de registro ou tabeliães por opção da parte requerente”.

Art. 8 Ficam revogados os arts. 31 a 41 do Decreto-Lei nº 70 de 21 de novembro de 1966 e demais disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

A proposta contém diversas alterações à legislação pertinente às garantias reais imobiliárias, com o objetivo de adaptá-las aos usos expandidos decorrentes de recentes alterações legislativas, incluindo a proposta de reutilização da garantia fiduciária contida no art. 14 da MPV 992.

Entendemos que o bom funcionamento do sistema de garantias reais, para efetividade dos instrumentos introduzidos por esta MPV, exige a harmonização sistemática e modernização dos institutos correlatos nas leis que atualmente tratam do tema, conforme explicações apresentadas pelo Prof. Melhim Chalhub em recente artigo intitulado “*A garantia fiduciária como elemento catalisador da reativação da economia*”, disponível em <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-edilicias/330845/a-garantia-fiduciaria-como-elemento-catalisador-da-reativacao-da-economia>.

Para além das alterações à alienação fiduciária, considerou-se pertinente estender o procedimento da excussão extrajudicial à execução hipotecária, com revogação do antigo procedimento contido no Decreto-Lei 70/1966, bem como a introdução do contrato de agente de garantia, entre os contratos em espécie do Código Civil, como meio de assegurar maior efetividade e segurança jurídica nos financiamentos. Essas propostas foram extraídas do livro *Garantias das Obrigações* (Ed. IASP, 2017), de autoria do Dr. Fábio Rocha Pinto e Silva.

Sala da comissão, em 20 de julho de 2020.

Deputado Denis Bezerra

PSB/CE



MPV 992
00084

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, na Lei de Conversão da MP nº 992, de 16 de julho de 2020, o seguinte artigo:

Art. O art. 9 da Lei 13.986, de 07 de abril de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 9

Parágrafo único. O patrimônio rural em afetação, na medida da garantia vinculada à CIR ou à CPR, constitui direito real de garantia para o credor do título.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a pertinência temática com a matéria tratada na Medida Provisória nº 992, de 2020, esta é uma oportunidade para tratar uma



omissão resultante da Conversão da Medida Provisória 897/2019 na Lei 13.986/2020.

De fato, ambas as medidas estão inseridas no contexto de desburocratizar a concessão do crédito no País, na busca de o tornar, ao mesmo tempo, mais ágil e mais seguro, e, como consequência, mais barato.

Extraí-se da própria exposição de motivos da MP 992/2020, ter a normativa como objetivo “conceder maior segurança ao capital das instituições financeiras”, “facilitar o acesso ao crédito”, além da desburocratização. São exatamente esses os campos de atuação do “patrimônio de afetação”, instituído pela Lei 13.986/2020.

Por isso, a oportunidade é pertinente para que se aprimore o texto da Lei 13.896/2020, deixando claro aquilo que já estava implícito na norma: o patrimônio de afetação, materializado na Cédula Imobiliária Rural (CIR) ou na Cédula de Produto Rural (CPR), constitui direito real de garantia. Nada mais coerente, até mesmo porque, há o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis, nos moldes do art. 9º da Lei 13.986/2020, em consonância com o art. 1.227 do Código Civil.

Diante do exposto, cumprindo as novas exigências da dinâmica social, solicitamos os pares à aprovação desta emenda, com a compreensão de que a desburocratização/facilitação do crédito é uma medida importante para o desenvolvimento de nosso amado Brasil.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado CELSO MALDANER



**MPV 992
00085****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE mais amplo, acessível e barato.

Explica-se: segundo a MP as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancaria; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para



que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micros e pequenas empresas.

Desde meados de março deste ano, quando as ações de combate à pandemia relacionada à COvid-19 tomaram mais concretude, que as micros, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de falta de efetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior número de empregos e de renda no Brasil.

Sala das comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado DAVID MIRANDA
PSOL/RJ



MPV 992
00086

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º.
.....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que são as micros e pequenas empresas o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.



Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego (e não redução salarial) pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Isso é, portanto, aquilo que consideramos como uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia do covid-19 (coronavírus).

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado DAVID MIRANDA
PSOL/RJ



**MPV 992
00087****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art.

2º:
.....

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);
- (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e
- (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)



JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

Além disso, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber: (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro em relação a procedimentos visando proteção às micros e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e de postos de trabalho, além do fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março que o Brasil iniciou com mais afincos (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República) as medidas de combate à pandemia de covid-19. Desde então, as micros e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge, é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento às micros e pequenas empresas.

Sala das comissões, em 20 de julho de 2020.

Deputado DAVID MIRANDA
PSOL/RJ



**MPV 992
00088****EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 17 à Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020, renumerando-se o atual art. 17 e os seguintes:

“**Art. 17** Os arts. 19 e 28 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 19.**.....

.....
VIII - o prazo, a data de vencimento, o valor da prestação total, nela incluídas as parcelas de amortização e os juros, os quais poderão ser estipulados com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público, as taxas, seguros e demais encargos contratuais de responsabilidade do devedor, a forma de reajuste e o valor das multas previstas contratualmente, com a indicação do local de pagamento.

.....” (NR)

“**Art. 28.**.....

§ 1º.....

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, que poderão ser flutuantes e estipulados com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação.

.....”(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo trazer contribuições adicionais para o aprimoramento da legislação aplicável às operações de alienação fiduciária em garantia que veio a ser introduzida pela Medida Provisória nº 992, de 2020.

Com as alterações legislativas promovidas pelo art. 14 da citada MP, passou a ser possível aos devedores a utilização de bem imóvel alienado



fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza.

Não há dúvidas de que essa medida tende a trazer um efeito positivo para o mercado de crédito, uma vez que viabilizará o acesso dos consumidores a novas alternativas para o financiamento e, até mesmo, de financiamento de suas dívidas. Isso pode ocorrer em condições mais favoráveis, tanto para os devedores, que poderão dispor de opções de crédito mais em conta, quanto para os credores, que passarão a contar com garantia de melhor qualidade.

Ainda assim, acreditamos que, para que esse efeito positivo possa ser sentido em toda a sua extensão, é oportuna e de grande importância que se promova outra alteração na legislação, para eliminar uma indesejável fonte de insegurança jurídica relacionada às Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e às Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

Propomos, então, alterar a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir expressamente que a remuneração das operações de crédito instrumentalizadas por meio de CCIs e CCBs seja pactuada por meio de taxas de juros flutuantes, estipuladas com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público – como a taxa dos certificados de depósito interfinanceiro (conhecida como “taxa do CDI”).

Embora essa pactuação de juros com base em taxas flutuantes e referenciais já seja uma realidade do mercado de crédito brasileiro há muitos anos, até porque amparada em normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, alguns Tribunais de Justiça, infelizmente, ainda consideram nula essa forma de estipulação de taxas de juros. Tais decisões, na prática, têm gerado grande insegurança jurídica para o mercado financeiro, como as instituições do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Entendemos, portanto, que, com o acolhimento da presente Emenda, será possível colocar fim a essa controvérsia jurisprudencial, eliminando essa indesejável fonte de risco jurídico.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

je2020-07110



**MPV 992
00089**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Incluam-se, na Medida Provisória nº 992, de 2020, os seguintes arts. 18 a 23, renumerando-se para art. 24 o atual art. 18:

“Art. 18. Fica criado programa, no âmbito das instituições financeiras oficiais federais, para financiamento de microempreendedores individuais e de micro, pequenas e médias empresas que auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta de até 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) – Programa de Financiamento Produtivo.

§ 1º O Programa de Financiamento Produtivo destina-se a financiar a folha de pagamento, o capital de giro e os investimentos, inclusive em inovação, das empresas, em valor total limitado a 50% (cinquenta por cento) da receita bruta anual auferida no ano de 2019.

§ 2º As instituições financeiras participantes do Programa de Financiamento Produtivo poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Programa com os seguintes requisitos:



I – taxa anual de juros de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);

II – prazo de 48 (quarenta e oito) meses para o pagamento; e

III – carência de 6 (seis) meses para o início do pagamento, sem capitalização de juros durante esse período.

§ 3º As empresas que comprovarem expansão do emprego e dos investimentos em pelo menos 15% (quinze por cento) nos seis primeiros meses do contrato de financiamento poderão ter sua taxa de juros do financiamento reduzida a zero.

§ 4º As operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Financiamento Produtivo:

I – serão custeadas com recursos da União; e

II – terão o risco de inadimplemento e as eventuais perdas financeiras decorrentes suportados pela União.

§ 5º Na concessão de crédito ao amparo do Programa de Financiamento Produtivo pode ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente.

§ 6º Outros instrumentos de garantia podem ser combinados para garantir as operações no âmbito deste Programa, como o Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, o Fundo de Garantia de Operações – FGO e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe.

§ 7º Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras participantes farão a cobrança da dívida em nome próprio, em conformidade com as suas políticas de crédito, e recolherão os valores recuperados à União.

§ 8º O não atendimento a qualquer das obrigações das empresas no âmbito do Programa de Financiamento Produtivo implica o vencimento antecipado da dívida pela instituição financeira.”

“Art. 19. Fica transferido da União para as instituições participantes do Programa de Financiamento Produtivo o montante de R\$ 300.000.000.000,00 (trezentos bilhões de reais), destinados à execução do Programa.

§ 1º Os recursos transferidos às instituições participantes do programa são de titularidade da União e serão remunerados, *pro rata die*:

I – pela taxa média referencial Selic, enquanto mantidos nas disponibilidades das citadas instituições; e

II – pela taxa de juros definida no art. 18 desta Lei, enquanto aplicados nas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Financiamento Produtivo.



§ 2º Caberá às instituições participantes do Programa de Financiamento Produtivo:

I – receber os reembolsos de recursos das linhas de crédito contratadas no âmbito do Programa;

II – repassar à União, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento, os reembolsos de recursos recebidos; e

III – prestar as informações solicitadas pelo Poder Executivo.

§ 3º Ato do Poder Executivo regulamentará aspectos das operações de crédito, da atuação e da remuneração das instituições financeiras oficiais federais participantes e das informações obrigatórias fornecidas pelas empresas no âmbito deste Programa.

§ 4º As receitas provenientes do retomo dos empréstimos à União, nos termos do disposto nesta Lei, serão integralmente utilizadas para investimentos públicos, especialmente nas áreas de saúde e desenvolvimento produtivo.”

“Art. 20. Fica criado programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, mediante sua subsidiária integral BNDES Participações S/A – BNDESPAR, para investimento em empresas com sede e administração no País em situação de dificuldade financeira, por meio da subscrição de ações ou outros valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou lastreados em ações.

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo tem como público alvo as empresas com receita bruta superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

§ 2º Para cumprir o disposto no *caput* deste artigo, poderá o programa de investimento:

I – auxiliar reestruturações empresariais;

II – apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, especialmente por meio de investimentos em inovações e no desenvolvimento tecnológico;

III – incentivar o fortalecimento de cadeias produtivas e implantação de complexos empresariais;

IV – contribuir para a modernização e expansão de capacidade instalada; e

V – resultar em mudança do controle societário.”

“Art. 21. Fica transferido da União para o programa a que se refere o art. 20 o montante de R\$ 150.000.000.000,00 (cento e cinquenta bilhões de reais), destinados à execução do programa.”



“Art. 22. Poderá o Governo Federal impedir aquisições, por empresas de capital estrangeiro, de participações societárias em empresas brasileiras apoiadas por programas federais durante a crise causada pela pandemia de Covid-19, bem como aquelas atuantes em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, a segurança ou a ordem pública.

§ 1º Estarão sujeitas à avaliação pelo Governo Federal disposta no *caput* deste artigo as aquisições que somem 10% (dez por cento) ou mais do capital social das empresas brasileiras.

§ 2º Pode o Governo Federal definir valor inferior ao previsto no § 1º deste artigo para setores específicos.

§ 3º São setores estratégicos de acordo com o *caput* deste artigo:

I – saúde e fármacos;

II – defesa;

III – aeronáutico e aeroespacial;

IV – monopólios da União, de que trata o art. 177 da Constituição Federal;

V – geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica;

VI – terras para uso na agropecuária e na indústria extrativa;

VII – telecomunicações e ciência e tecnologia.

§ 4º Ato do Governo Federal poderá definir outros setores estratégicos adicionalmente àqueles previstos no § 3º deste artigo.

§ 5º A adoção das medidas definidas neste artigo deverá ser justificada com base em estudos realizados pelas autoridades competentes.”

“Art. 23. A concessão dos auxílios vinculados a esta Lei tem como contrapartida da empresa beneficiada, por pelo menos 12 meses a partir do momento do recebimento do auxílio:

I – a manutenção do nível de empregos e de salários em patamar igual àquele registrado na média dos 12 meses encerrados em fevereiro de 2020;

II – a proibição de realizar recompras de ações;

III – a proibição de conceder aumentos salariais e bônus e outros benefícios a executivos;

IV – a proibição de utilizar recursos adicionais para operações de tesouraria;



V – a proibição de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio;

VI – a manutenção de preços de bens e serviços ofertados pela empresa, ressalvados os aumentos justificados decorrentes de elevação nos custos.

§ 1º Perderá os auxílios de que dispõe esta Lei a empresa que não pagar em dia os tributos federais.

§ 2º Para fazerem jus aos auxílios de que trata esta Lei, as empresas que tiverem débitos junto à Fazenda Pública, especialmente trabalhistas, previdenciários e relativos à seguridade social em geral, deverão comprometer-se a quitá-los no prazo máximo de seis meses contados do final da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 3º O não cumprimento do compromisso firmado conforme dispõe o § 2º deste artigo implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.”

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo diante da crise profunda e inédita pela qual passamos no Brasil, os programas que vêm sendo apresentados pelo Governo Federal têm sido tímidos e insuficientes para o momento atual. Os ideólogos de plantão no governo não conseguem enxergar que o setor privado não é capaz de superar as dificuldades causadas pelos efeitos da pandemia de Covid-19 na economia brasileira.

A Medida Provisória nº 944, de 2020, por exemplo, trouxe recursos para o financiamento da folha de pagamentos das empresas e fracassou. Sem movimentar os bancos públicos e na esperança de que os bancos privados agiriam, em momento de elevada incerteza, o programa foi responsável por financiar apenas R\$ 4,5 bilhões, de um valor total projetado de quase R\$ 40 bilhões.

O Congresso Nacional melhorou a ideia, com o aumento de garantias para empréstimos, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 1.282,



de 2020, transformado na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), mas devemos buscar uma política estatal mais ousada.

Diante da sucessão de políticas fracassadas, o Governo Federal lançou outro programa de crédito, sem nem ainda haver sido concluída a votação da Medida Provisória nº 944, de 2020. A Medida Provisória nº 975, de 2020, institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, que aumenta em R\$ 20 bilhões o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sem definir taxas de juros ou outras características essenciais do financiamento, dificilmente essa Medida Provisória nº 975, de 2020, teria destino melhor do que a Medida Provisória nº 944, de 2020. A Câmara dos Deputados incluiu diversos pontos nessa Medida que podem trazer elementos mais favoráveis, como uma nova modalidade de crédito para as menores empresas. O mercado privado tem-se mostrado incapaz de fornecer crédito a taxas de juros favoráveis e em condições suficientes para estimular a retomada.

Já a Medida Provisória nº 992, de 2020, constitui ainda outra tentativa de reativar o crédito e a economia. Agora, a proposta vem com a criação de um crédito presumido para estimular os bancos privados a emprestarem, desonerando um setor que não tem contribuído para a recuperação da economia. Novamente, não são impostas em lei condições mais favoráveis para as operações de crédito. A renovada aposta para fomentar o crédito privado, ainda com esse benefício descabido, não corresponde às necessidades do País.

É hora de o Estado entrar com todos os seus instrumentos para recuperar a economia. Para tanto, apresentamos o Projeto de Lei nº 2.476, de 2020, que dispõe sobre medidas para a sustentação das atividades empresariais e dos empregos durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Para reafirmar nossa proposta, apresentamos esta Emenda à Medida Provisória nº 992, de 2020.

Propusemos medidas para micro, pequenas e médias empresas, relativas ao crédito para pagamento de folha de salários, capital de giro e investimentos, a exemplo do Empréstimo do Programa para Proteção da



Folha de Pagamentos criado nos EUA. Com suporte integral de recursos da União, no montante inicial de R\$ 300 bilhões, e operacionalizado pelos bancos públicos federais, a juros reduzidos e até zero, em determinadas situações, projetamos auxílio efetivo para a retomada da economia.

Para grandes empresas, que são igualmente importantes para nosso tecido produtivo, pretendemos que o BNDES atue para aportar capital naquelas que estão em dificuldade, inclusive permitindo a participação no controle da empresa, para influenciar a retomada da produção e dos investimentos na economia. Um recurso inicial de R\$ 150 bilhões aportado pela União deve ser decisivo para essa política.

Nesse contexto, acreditamos que algumas empresas e setores são centrais, como é o caso de petróleo e gás, aviação e aeronáutica, entre outros, em que deve ser necessário haver maior participação estatal. Não se pode deixar a Petrobras demitir e desmobilizar ativos importantes, assim como é impensável deixar a Embraer abandonada à própria sorte, entre outras empresas importantes, ao mesmo tempo em que as economias fortes do mundo socorrem suas empresas.

Adicionalmente, as compras de empresas brasileiras por capitais estrangeiros devem passar por escrutínio adequado em momento de grande fragilidade econômica no País e de desvalorização cambial e de ativos. O socorro às empresas deve estar baseado no desenvolvimento adequado do capital nacional. Não podemos deixar ocorrer forte desnacionalização na economia brasileira, o que eleva a dependência externa nacional, especialmente em setores estratégicos.

Ainda devemos definir contrapartidas claras para as empresas que receberem recursos do programa aqui formulado. Entre elas estão a manutenção do nível de empregos e de salários, a proibição de conceder aumentos salariais e bônus e outros benefícios a executivos, a proibição de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio e a manutenção de preços de bens e serviços ofertados pela empresa, ressalvados os aumentos justificados decorrentes de elevação nos custos.



8

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares, do setor produtivo e de toda a sociedade brasileira para aprovarmos esta importante Emenda, que traz medidas para a sustentação das atividades empresariais e dos empregos durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado ZÉ NETO



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00090****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA Nº de 2020 - CM

O § 4º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º 2º

.....
.....
.....

§ 4º Para fins de enquadramento no CGPE, o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a utilização de até cinquenta por cento do valor a que se refere o inciso I do caput do art. 3º em operações contratadas ao amparo:

.....”

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP 992/2020, além de buscar o estímulo às médias empresas, também buscou um incentivo especial ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe, ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos, ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, e a outros programas que venham a ser instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos na economia decorrentes da pandemia da covid-19. Contudo, o incentivo de até 30% ainda não parece ser suficiente, na medida em que a manutenção de empregos, o acesso ao crédito e os incentivos às MEs e EPPs são de suma relevância. Assim, propomos aumentar de 30 para 50% a participação de tais incentivos.

Sala das Comissões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

2



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00091****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA Nº de 2020 - CM

O inciso II do art. 1º e o caput dos arts. 2º e 3º da MPV 992/2020 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º 1º

.....
.....
.....

II - o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

.....

.....

Art. 2º Fica instituído o CGPE, Programa destinado à realização, pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de operações de crédito com empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.

.....

.....

Art. 3º Até 31 de dezembro de 2025, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que aderirem ao CGPE, poderão apurar crédito presumido:” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP 992/2020 excluiu as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio do CGPE. A emenda propõe, portanto, que a exclusão deixe de existir, permitindo que tais entes possam emprestar recursos pelo programa, haja vista inexistir motivação razoável para tal exclusão dentro da ótica da proporcionalidade.

Sala das Comissões,



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00092****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA Nº de 2020 - CM

O inciso VII do § 1º do art. 9º-B e o caput do art. 9º-D da Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, alterados pelo art. 14 da MPV 992/2020, passam a ter a seguinte redação, ficando revogados os §§ 1º a 5º do art. 9º-D:

“Art. 9º-B

.....

.....

.....

§ 1º

.....

.....

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

.....

VII - cláusula com a previsão de que o inadimplemento e a ausência de purgação da mora, de que trata o art. 26 da Lei nº 9.514, de 1997, em relação a quaisquer das operações de crédito, faculta ao credor fiduciário considerar vencidas antecipadamente apenas a operação inadimplente, mantendo-se as demais operações inalteradas; e

.....

.....

Art. 9º-D Na hipótese de inadimplemento e ausência de purgação da mora, de que trata o art. 26 da Lei nº 9.514, de 1997, em relação a quaisquer das operações de crédito, independentemente de seu valor, o credor fiduciário não poderá considerar vencidas antecipadamente as demais operações de crédito contratadas no âmbito do compartilhamento da alienação fiduciária, situação em que as demais operações permanecerão com as condições e os prazos nelas convencionados.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP 992/2020 permitiu o vencimento antecipado de todas as operações de crédito garantidas pelo mesmo bem em caso de inadimplemento de uma das obrigações garantidas. Entretanto, entendemos que se trata de previsão que muito prejudica os tomadores de empréstimos em situação de dificuldade financeira temporária, agravando ainda mais sua situação, o que até mesmo contraria a própria ideia da MP, que é ampliar a disponibilização de créditos para empresas em dificuldade.

Ademais, juridicamente mostra-se irrazoável tendo em vista serem negócios jurídicos diferentes os contratos estabelecidos, mesmo perante o mesmo credor, não havendo justificativa para o vencimento antecipado da obrigação que vem sendo cumprida.

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Sala das Comissões,

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

3



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00093****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA Nº de 2020 - CM

Acrescenta-se, ao art. 2º da MPV 992/2020, os seguintes §§ 7º e 8º:

“Art. 2º 2º

.....
.....
.....

§ 7º As operações de crédito para microempresas e microempresários individuais no âmbito do CGPE, se em valores de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), terão os seguintes parâmetros:

I - sem taxa de juros sobre o valor concedido;

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

II - prazo mínimo de 120 (cento e vinte) meses para o pagamento; e

III - carência mínima de 12 (doze) meses.

§ 8º Nas demais operações, terão os seguintes parâmetros:

I - taxa de juros não superior à taxa Selic sobre o valor concedido;

II - prazo mínimo de 90 (noventa) meses para o pagamento; e

III - carência mínima de 6 (seis) meses.”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O CGPE é mais um dos tardios programas do Executivo para auxílio às empresas com dificuldade em decorrência da pandemia da covid-19.

Mais uma vez, o Presidente Jair Bolsonaro prestigia os já privilegiados banqueiros, que poderão aumentar ainda mais seus sucessivos recordes de lucros, mesmo durante a crise, em detrimento de quem realmente faz avançar a economia no Brasil: as empresas.

Assim, propomos o mínimo com a presente emenda: estabelecer taxa máxima de juros e prazo de pagamento e carência mínimos. Sem isso, mais uma vez os bancos irão fazer o que sempre fizeram: tirar dinheiro dos que precisam, aproveitando-se do momento de dificuldade que passam.

Tendo em vista a importância dos MEs e MEIs, propomos condições mais favoráveis que para as demais operações.

Sala das Comissões,



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00094****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA Nº de 2020 - CM

Acrescenta-se, à MPV 992/2020, o seguinte artigo:

Art. ____ A concessão a operações de crédito está condicionada ao compromisso da empresa tomadora de manutenção de empregos, durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. (NR)

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 992/2020 cria o Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). O novo programa permite operações de crédito para empreendimentos com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões, declarada em 2019, ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano.

Contudo, é necessário condicionar a concessão das operações de crédito ao compromisso da manutenção dos empregados, garantindo que as empresas preservem o número de empregos. Desta forma, teremos empresário e classe trabalhadora igualmente tutelada pela MP.

Contamos com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda.

Sala das Comissões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00095****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA Nº de 2020 - CM

Acrescenta-se, à MPV 992/2020, o seguinte artigo:

Art. ____ A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 9º-A Fica vedado o oferecimento de quaisquer outros produtos ou serviços financeiros, inclusive seguros prestamistas, no momento de contratação da linha de crédito do Programa criado por esta Lei.

Art. 9º-B Todas as instituições financeiras que podem oferecer o Pronampe deverão afixar cartazes em locais visíveis aos funcionários e aos seus usuários, contendo, no

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

mínimo, a informação de disponibilização da linha de crédito, a taxa de juros e prazo de pagamento e a impossibilidade de oferecimento de quaisquer outros produtos ou serviços.

§ 1º O cartaz referido no caput será afixado em local visível, próximo das entradas, com dimensões de, no mínimo, 1,70m x 0,85m, e com texto impresso com letras proporcionais às dimensões da área do local e do cartaz, para que possam ser de fácil visualização.

§ 2º As mesmas informações deverão ser disponibilizadas no site das instituições e em seus aplicativos para dispositivos móveis.”

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PRONAMPE, instituído pela Lei nº 13.999, de 2020, é um programa destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

Umas das dificuldades indicadas é a indisposição dos bancos, demais instituições financeiras e de seus funcionários de fornecer a linha de crédito. Assim, medida que pode contribuir com a solução para o problema é a afixação de cartazes e divulgação em sites e aplicativos para melhor informar a população.

Ademais, deve ser impedido o oferecimento de produtos e serviços, como o seguro prestamista, prática também denunciada por pessoas que tentaram obter o acesso à linha de crédito.

Pelas razões expostas, solicitamos o apoio para aprovação desta emenda que visa facilitar o acesso de quem precisa ao Pronampe.

Sala das Comissões,

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

2



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal

Assessoria Legislativa

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00096****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA Nº de 2020 - CM

Acrescenta-se, à MPV 992/2020, o seguinte artigo:

Art. __ O artigo 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, fica acrescido do § 8º, alterando-se a redação do caput do artigo:

“Art. 6º A União aumentará sua participação no FGO em R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.

.....
.....

§ 8º Do valor estabelecido no caput deste artigo, no mínimo 30%

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

(trinta por cento) serão direcionados para microempresas e microempreendedores individuais, salvo comprovada ausência de demanda.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PRONAMPE, instituído pela Lei nº 13.999, de 2020, é um programa destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

O FGO, Fundo Garantidor de Operações, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, é fator fundamental para o bom desempenho do PRONAMPE, sendo necessária a ampliação do seu limite para que não haja descontinuidade do programa.

Assim, propomos aumentar o valor destinado na linha de crédito do Pronampe para 50 bilhões de reais e destinar no mínimo 30% deste valor para as microempresas e microempreendedores individuais.

Sala das Comissões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa**MPV 992****00097****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992 DE 16 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA ADITIVA Nº de 2020 - CM

Acrescenta-se, à MPV 992/2020, o seguinte artigo:

Art. __ O artigo 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, fica acrescido dos §§ 1º e 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 3º:

“Art. 3º

§ 1º As operações de crédito para microempresas e microempresários individuais no âmbito do Pronampe, se em valores de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), terão os seguintes parâmetros:

I - sem taxa de juros sobre o valor concedido;

II - prazo de 120 (cento e vinte) meses para o pagamento; e

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

1



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Assessoria Legislativa

III - carência de 12 (doze) meses.

§ 2º Enquanto não esgotadas as linhas de crédito aqui estabelecidas, as instituições financeiras ficam impedidas de disponibilizar quaisquer outras linhas de crédito com taxa de juros superior às definidas nesta Lei, salvo comprovada ausência de demanda.

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PRONAMPE, instituído pela Lei nº 13.999, de 2020, é um programa destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

Tendo em vista a importância do programa para este segmento e a necessidade de condições mais favoráveis de prazos e juros, propomos a inclusão de parâmetros, como a isenção de taxa de juros sobre o valor concedido, o prazo de 120 (cento e vinte) meses para o pagamento e a carência de 12 (doze) meses.

Ademais, para garantir a implementação do programa, propomos que, enquanto não esgotadas as linhas de crédito do Pronampe, as instituições financeiras ficam impedidas de disponibilizar quaisquer outras linhas de crédito com taxa de juros superior às definidas nesta Lei, salvo comprovada ausência de demanda.

Sala das Comissões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900

**MPV 992
00098**

EMENDA N.º _____ À MPV 992/2020

(Do Sr. Helder Salomão)

Insere §7º e §8º ao Art. 2º da MP 992/2020 que dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Insira-se os seguintes § 7º e 8º ao Art. 2º da MP 992/2020, com a seguinte redação:

Art. 2º

.....

§7º A operação de crédito a que se refere o inciso I do Art. 1º desta lei poderá ser concedida a novos empreendimentos pelo Simples Nacional, na qualidade de Microempreendedor Individual ou Microempresa, cujo empreendedor tenha decretado falência em empreendimento anterior durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, utilizando a receita bruta auferida no ano-calendário 2019 pelo empreendimento encerrado.

§8º Ainda que o empreendimento encerrado a que se refere o §7º deste artigo tenha auferido receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a contratação de crédito será referente a MEI ou a Microempresa.

JUSTIFICAÇÃO

A emergência financeira causada pela pandemia do Covid-19, não só ceifou, até a presente data 80 mil vidas de brasileiros, como mais de 500 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas por conta do isolamento social necessário para conter o avanço da pandemia.

Sendo as Micro empresas e os Microempreendedores Individuais são responsáveis por mais de 55% das vagas formais de empregos gerados no país, entendemos que garantir acesso a crédito é fundamental e estratégico para o desenvolvimento do país.



Desta forma devemos criar meios para que o empreendedor tenha uma nova chance para empreender e a questão do crédito é um dos maiores entraves para esta possibilidade. Devemos lembrar que várias pesquisas demonstram que a nova chance costuma ter taxa de sucesso superior a 60%, então criar situação que facilite ao empreendedor continuar a investir nos pequenos negócios terá importância central na recuperação dos empregos no pós-pandemia.

Sala das Comissões, em de de 2020.

HELDER SALOMÃO
Deputado Federal (PT/ES)



**MPV 992**
00099**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN**EMENDA Nº - PLEN****(à MPV nº 992, de 2020)**

Acrescente-se §8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....

§8º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Considerando que o CGPE é custeado, ainda que indiretamente, pela União, que concedeu crédito presumido em montante igual ao valor desembolsado de operações de crédito concedidas no âmbito do Programa e possivelmente os juros serão baixos nada mais que as empresa que utilizarem do programa garante pelo menos os empregos de seus trabalhadores.

Portanto, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

Por fim, pedimos o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

PROS/RN

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br





MPV 992
00100

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

EMENDA Nº - PLEN

(à MPV nº 992, de 2020)

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020:

“Art.2º.....
.....
.....

§ 7º Das operações de crédito previstas no caput, as instituições financeiras deverão direcionar cinquenta por cento para micro e pequenas empresas, conforme definições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 992 cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, destinado favorecer as empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com linha de crédito e a possibilidade de que em caso de inadimplência as instituições financeiras apurem crédito presumido. A MPV também às empresas que não sofrerão prejuízo, criando uma “garantia” para essas operações.

Todavia, ela remete as condições os prazos, as regras para concessão e as características das operações e a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas a norma do Conselho Monetário Nacional.

O CMN é um colegiado composto pelo Ministro da Economia (presidente do Conselho), pelo Presidente do Banco Central e pelo Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, sem qualquer legitimidade para definir tais critérios que dizem respeito ao próprio cerne dessa política pública. Mais uma vez, corre-se o risco de que os recursos sejam destinados a quem menos precisa, e que tem capital e patrimônio para atravessar a crise.

Por este e outros motivos observa-se que a presente MP precisa ser aperfeiçoada para que parte das operações de crédito seja, obrigatoriamente, direcionada para as micro e pequenas empresas, definidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), como aquelas com receita bruta de até R\$ 360

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaideamaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

mil (microempresas) e superior a R\$ 360 mil e inferior a R\$ 4,8 milhões (empresas de pequeno porte), respectivamente. Esse ajuste é necessário, pois as empresas menores, que são grandes geradoras de emprego, têm maior dificuldade de acesso a crédito e de manutenção de sua operação na situação de perda de receita resultante da pandemia do coronavírus.

Propomos, então, que metade das operações de crédito no âmbito do CGPE seja direcionada, por cada instituição financeira, para micro e pequenas empresas. Contamos com o apoio dos nobres Pares para esta emenda, que visa garantir que o crédito chegue aos empreendimentos que mais necessitam, ou seja, as micro e pequenas empresas.

Por fim, pedimos o apoio dos nobres Pares para esta emenda.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

PROS/RN





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 992

00101 TIQUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, de 2020
------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO MÁRIO HERINGER	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se aos incisos I e IV do § 6º do art. 2º da Medida Provisória nº 922, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 6º

I - contarão com garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será da União;

II - serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes;

III - não terão qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos; e

IV - terão equalização de taxa de juros por parte da União.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O advento da pandemia de Coronavírus alterou sobremaneira as economias mundo a fora, gerando uma necessidade de crédito nunca antes vista. No Brasil, centenas de milhares de empresas de todos os portes, mas, sobretudo, de micro a médio, estão encerrando suas atividades, demitindo seus funcionários ou, ainda, lutando para se manterem abertas a despeito de toda insolvência gerada pela queda abrupta de receitas



decorrente dos controles sanitários necessários à prevenção da COVID-19.

Como é sabido, os esforços de crédito do governo federal para socorro dessas empresas até o momento não se mostraram eficazes para os fins propostos, muito por força da ausência da União no suporte aos financiamentos, não em termos de liberação de recursos, mas, mais propriamente, no sentido de oferta de garantias creditícias e riscos de crédito.

Enquanto essas garantias e esses riscos estiverem exclusivamente a cargo das empresas solicitantes de crédito e das instituições financeiras, veremos repetirem-se os empecilhos ao crédito que até agora emperraram programas como o PRONAMPE ou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, instituído pela Medida Provisória nº 975, de 2020.

Nossa emenda pretende modificar a lógica de participação da União no fornecimento de socorro financeiro às empresas em decorrência da pandemia por Coronavírus, de modo a que se possa superar os dois principais gargalos à concessão de crédito em tempos de COVID-19: garantias e riscos creditícios. Por meio de alterações no § 6º do art. 2º da Medida Provisória em tela, estabelecemos que a União atue como agente fornecedor de garantias creditícias e tomador de riscos nas operações de crédito destinadas ao auxílio financeiro aos empresários no Brasil, e participe na equalização das taxas de juros. Essas alterações beneficiarão em muito as empresas tomadoras de crédito.

Acreditamos que essas alterações são essenciais para que o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE, ora instituído, não venha a padecer dos mesmos problemas que têm comprometido a eficácia de outros programas de socorro empresarial instituídos pelo governo federal em decorrência da pandemia por Coronavírus.

ASSINATUR

Brasília, 20 de julho de 2020.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

MPV 992
00102

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA

Incluam-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. X. A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 76 desta Lei o oferecimento, como garantia de operações de crédito, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§1º

(...)

III - Aos participantes de plano de benefício de previdência complementar e segurados titulares de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, cujos quotistas de fundos de investimento especialmente constituídos, sejam, diretamente ou indiretamente, entidades abertas de previdência complementar ou sociedades seguradoras, hipóteses em que poderá ser oferecido em garantia o direito de crédito dos participantes e segurados referente ao valor líquido de sua respectiva provisão matemática de benefícios a conceder.

§2º A faculdade mencionada no caput deste artigo aplica-se apenas às operações de crédito contratadas em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.” (NR)

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

§3º São penhoráveis, quando utilizados como garantia de financiamento e demais operações de crédito:

I – o seguro de vida, cujos fundos sejam vinculados aos planos de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, na fase de contribuição; e

II – a quantia depositada em fundos vinculados aos planos de previdência complementar aberta, durante a fase de contribuição”

“Art. 85. É vedado às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras impor obstáculos ou restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 84 desta Lei, mesmo que a operação de crédito seja contratada em instituição financeira não vinculada.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Considerando que as garantias são importante instrumento para obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas reduzidas, e que atualmente, em razão do cenário econômico trazido pela pandemia COVID-19, há grande demanda por crédito, entendemos oportuno trazer outra possibilidade de garantia passível de ser usada no mercado financeiro, tal como foi feito com a alienação fiduciária, contemplada no art. 14 desta MP.

Trata-se da inclusão de dispositivos que prevejam a possibilidade de utilização da previdência privada como instrumento que viabilize a tomada de crédito pelos consumidores. É certo que um dos componentes do custo do crédito disponível aos cidadãos está no risco potencial de inadimplência por parte dos tomadores. Tal risco é estimado pelas instituições financeiras com base em modelos estatísticos próprios e repassado às taxas de juros exigidas nas diversas formas de crédito oferecidas. Para diminuir tal risco é preciso que as garantias constituídas para assegurar tais operações sejam facilmente exequíveis e exigíveis pelos agentes bancários.

Atualmente, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, dentre outras questões, em seu capítulo XII, art. 84, já permite ao participante de plano de previdência complementar oferecer como garantia fiduciária, nas operações de financiamento imobiliário, as quotas de sua titularidade em fundos de investimentos e seguros de vida com cobertura por sobrevivência. Nesse contexto, a proposição em tela objetiva viabilizar o oferecimento dos recursos de previdência, como garantia de todas as operações de crédito, e não apenas em operações de financiamento imobiliário, de modo a fomentar a concessão de crédito bancário.

Assim, a possibilidade de se utilizar como garantia de crédito os recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação,

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

mitigará o risco de inadimplência das operações de empréstimos e financiamentos, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros contratadas.

Ao buscar ampliar o rol de garantias, estendendo-se a permissão do art. 84 a todas as operações de crédito, haverá significativo incremento da economia, na média em que certamente acarretará maior competição por taxas e condições mais favoráveis ao tomador de empréstimos. Tal fato possibilitará a adoção de medidas de proteção e de estímulo à inclusão financeira, fomentando o crédito sustentável, sem os indesejáveis efeitos colaterais do superendividamento ou comprometimento excessivo da renda.

Por fim, propomos a inclusão de dispositivo que preveja que a vinculação dos recursos da previdência complementar à sua finalidade precípua deve ser a regra, sendo seu uso como garantia de operações de crédito e eventual penhora uma exceção, legalmente admitida. Somente a provisão matemática de benefícios a conceder, de constituição da provisão pelo cliente, que é formada na fase de contribuição ao plano, será penhorável.

Não se trata, portanto, de vulgarizar o uso desses recursos – o que comprometeria até mesmo a estabilidade atuarial do sistema de previdência complementar – mas de definir uma hipótese específica e bastante justificável para utilização dos mesmos, ainda mais neste momento de enfrentamento dos efeitos econômicos advindos da COVID-19.

Reafirmamos que a presente proposta de alteração está diretamente alinhada ao conjunto de medidas que vêm sendo aprovadas pelo Poder Legislativo ao longo dos últimos anos, com o objetivo de promover a redução do custo do crédito no Brasil, por via da redução da taxa de juros e do *spread* bancário, que é uma das medidas estratégicas para o crescimento sustentável da economia.

Como exemplo dessas iniciativas, podemos citar: empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais civis (art. 45 da Lei nº 8.112/90), dos demais trabalhadores (art. 2º, §2º, da Lei nº 10.820/2003), e dos beneficiários da previdência social (art. 6º da Lei nº 10.820/2003). Vale ressaltar que as taxas de juros em tais modalidades de crédito estão entre as mais baixas do mercado.

Dessa forma, pela importância do tema e pelo impacto positivo que pode gerar em nossa economia, principalmente nesta fase tão crítica que o país está enfrentando, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, de de 2020.

DEPUTADO VINICIUS POIT
NOVO-SP

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

MPV 992
00103

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. XX. A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.

.....
VIII - o prazo, a data de vencimento, o valor da prestação total, nela incluídas as parcelas de amortização e os juros, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, as taxas, seguros e demais encargos contratuais de responsabilidade do devedor, a forma de reajuste e o valor das multas previstas contratualmente, com a indicação do local de pagamento.

.....
” (NR)

“Art. 28.

§ 1º

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, que poderão ser fixos ou flutuantes, neste caso calculados

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

inclusive com base em índices de preços ou taxas referenciais do mercado financeiro que sejam de conhecimento público, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação.

.....
” (NR)

JUSTIFICATIVA

Uma das mais relevantes inovações trazidas pela Medida Provisória nº 992, de 2020, foi o aprimoramento da legislação aplicável às operações de alienação fiduciária em garantia. Nesse aspecto específico, a MP passou a permitir a utilização do bem imóvel alienado fiduciariamente como garantia de novas e autônomas operações de crédito de qualquer natureza, desde que contratadas com o credor fiduciário da operação de crédito original.

É possível vislumbrar que tal medida permitirá que os consumidores tenham acesso a novas opções de crédito, que tendem a ser mais acessíveis, em razão da boa qualidade da garantia que oferecerão. Ao assim dispor, a MP remove uma antiga barreira que existia na oferta de financiamento.

Para corroborar esse propósito, entendemos que é necessária e oportuna uma alteração adicional da legislação aplicável às Cédulas de Crédito Imobiliário e às Cédulas de Crédito Bancário, de modo a permitir expressamente que as operações de crédito possam ter taxas de juros flutuantes, estipuladas com base em taxas referenciais de mercado que sejam de conhecimento público. Embora isso já venha ocorrendo com grande frequência no mercado, sobretudo após a edição da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, ainda se observam decisões judiciais que consideram nula essa forma de estipulação de taxas de juros, gerando insegurança jurídica.

Sendo assim, propomos essa Emenda com o objetivo de permitir expressamente essa forma de pactuação de taxas de juros e, com isso, dar maior segurança jurídica.

Sala das Sessões, de de 2020.

VINICIUS POIT

NOVO-SP

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

MPV 992
00104

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se o seguinte § 7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

(...)

§ 7º – A receita bruta anual mencionada no caput deste artigo poderá ser aferida conforme critérios de políticas próprias das instituições financeiras.”

JUSTIFICATIVA

O texto do *caput* do art. 2º da MP 992 prevê como critério de elegibilidade ao Programa CGPE operações de crédito com “empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.”.

Dado o sigilo fiscal, a obtenção da informação da receita dependerá da autorização do cliente para liberação da informação, o que pode ser de difícil operacionalização quando se busca implementar contratações de forma eletrônica.

Acreditamos que a receita bruta anual possa ser apurada conforme os critérios atualmente utilizados pelos bancos para outros programas, como é o caso do PESE, a fim de que exista fluidez na concessão dos créditos, evitando-

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete **Vinicius Poit** – NOVO/SP

se também o desenvolvimento de processos operacionais acessórios que demandarão um prazo de implementação maior ao Programa.

Sala das Sessões, de de 2020.

DEPUTADO VINICIUS POIT
NOVO-SP

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gab. 558 | CEP 70160-900 – Brasília/DF |
Telefones: (61) 3215-5558/3558 | dep.viniciuspoit@camara.leg.br



**MPV 992
00105****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Acrescente-se §7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020:

Art. 2º.
.....

§7º. As empresas que contratarem linha de crédito no âmbito do Programa a que se refere o art. 1º não poderão rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é garantir o emprego e os salários dos trabalhadores brasileiros. A MP 992/2020 concede uma espécie de benefício econômico às empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019, por meio da intervenção estatal nas relações contatuais e negócios jurídicos entre instituições financeiras e tomadores de empréstimos, daí a contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego e não redução salarial para ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sabe-se que são as micro e pequenas empresas o segmento empresarial que mais gera postos de trabalho e renda à população. Logo, o conteúdo da presente proposta não é algo diferente do padrão existente no bojo das relações de trabalho.

Assim, em linhas gerais, propomos estabilidade no emprego e não redução salarial pelo período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito. Consideramos uma janela mínima para que os trabalhadores e trabalhadoras se preparem e se adaptem à nova situação imposta pela crise da pandemia do covid-19 (coronavírus).



Sala das comissões, em

Ivan Valente
Deputado Federal PSOL/SP



**MPV 992
00106****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020**

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Dê-se ao §3º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º.

§3º. Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir, com urgência e após 10 dias da publicação desta Lei:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de que trata o caput, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento);
- (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento; e
- (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é garantir a existência de prazo razoável para a devida efetivação dos efeitos e objetivos buscados pelo Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE.

E mais, buscamos estabelecer critérios para contratação dos empréstimos, a saber, (a) taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) da data em que for pactuado o contrato, que não poderá ser superior, em eventuais aditivos, a 3% (três por cento); (b) prazo de 36 (trinta e seis) meses para o



pagamento; e (c) carência de 8 (oito) meses para início do pagamento, com remuneração de capital exclusivamente com base na taxa Selic vigente nesse período.

A realidade brasileira mostra o descaso e incompetência do governo Bolsonaro para com o trato e procedimentos visando proteção às micro e pequenas empresas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O resultado é o elevado número de desempregados, redução da renda e postos de trabalho e fechamento de milhares de estabelecimentos. Há forte receio de que tão má gestão, inapetência e desinteresse social sejam repetidos para o caso dessa MP 992/2020, tal como se observa do PRONAMPE e Programa de Auxílio às Micro e Pequenas Empresas (MP 975/2020).

Desde março que o Brasil iniciou com mais afinco (muito embora com sabotagem e descompromisso do próprio Presidente da República), as medidas de combate à pandemia de covid-19. Então, desde março que as micro e pequenas empresas sofrem restrição de renda, de trabalho e de exercício de suas atividades econômicas. O tempo urge, é necessário compromisso social e econômico para proteção e fomento à micro e pequena empresa.

Sala das Comissões, em

Ivan Valente
Deputado Federal PSOL/SP



MPV 992
00107

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Ementa: Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

EMENDA Nº _____

Suprima-se o §6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é suprimir obstáculos preestabelecidos pela MP 992/2020 que impedem a União ser garantidora das operações de empréstimos e assim tornar o crédito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE mais amplo, acessível e barato.

Explica-se, segundo a MP as operações realizadas no âmbito do CGPE (a) não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública e o risco de crédito será integralmente da instituição bancária; (b) serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições participantes; (c) não terão quaisquer tipos de previsão de aporte de recursos públicos; e (d) tampouco qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (§6º, art. 2º da MP). Por conseguinte, é importante retirar tais travas para que a regulamentação possa contemplar situações em que a União garanta o negócio jurídico-bancário para as micro e pequenas empresas.

Desde meados de março/2020, quando começou com mais concretude as ações de combate à pandemia de Covid-19 (coronavírus) que as micro, pequenas e médias empresas demandam por política pública que de fato garantam o seu funcionamento, a manutenção dos postos de trabalho e geração de renda. São públicas e notórias as reclamações de inefetividade do governo federal em proteger esse segmento econômico responsável pela geração do maior número de empregos e de renda no Brasil.

Sala das comissões, em

Ivan Valente
Deputado Federal PSOL/SP



**MPV 992
00108****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020****EMENDA Nº**

(do Sr....)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Inclua-se o seguinte parágrafo 7º ao art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

(...)

§ 7º - A receita bruta anual mencionada no caput deste artigo poderá ser aferida conforme critérios de políticas próprias das instituições financeiras.”

Justificativa

O texto do caput do art. 2º da MP 992 prevê como critério de elegibilidade ao Programa CGPE operações de crédito com “empresas com receita bruta anual, apurada no ano-calendário de 2019, de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou valor proporcional ao número de meses de funcionamento no ano de 2019.”.

Dado o sigilo fiscal, a obtenção da informação da receita dependerá da autorização do cliente para liberação da informação, o que pode ser de difícil operacionalização quando se busca implementar contratações de forma eletrônica.

Acreditamos que a receita bruta anual possa ser apurada conforme os critérios atualmente utilizados pelos bancos para outros programas, como é o caso do PESE, a fim de que exista fluidez na concessão dos créditos, evitando-se também o desenvolvimento de processos operacionais acessórios que demandarão um prazo de implementação maior ao Programa.



MPV 992
00109

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020

EMENDA Nº

(do Sr....)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Os parágrafos 2º e 6º do art. 2º da Medida Provisória nº 992/2020 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

(...)

§ 2º - As operações de crédito que trata o caput abrangem:

I - aquelas contratadas no âmbito dos programas mencionados no § 4º, desde a sua constituição; e

II - aquelas contratadas no período compreendido entre a data de entrada em vigor do estado de calamidade pública no Brasil e 31 de dezembro de 2020. (NR)

(...)

§ 6º - Excetuado o disposto no § 4º, as operações realizadas no âmbito do CGPE: (NR)

Justificativa

A alteração proposta para o parágrafo 2º tem por objetivo adequar a data da vigência das disposições trazidas por esta Medida Provisória.

Da forma como está o parágrafo original, os bancos mais atuantes e que iniciaram suas operações de empréstimos para os programas de governo, como o PESE e o Pronampe antecipadamente, seriam penalizados em relação aos bancos que ainda estão em fase de iniciação.



A proposta deixa claro também que as operações realizadas nos programas independem das novas operações. Ou seja, de cada R\$ 1 emprestado nos programas de governo, pode ser utilizado R\$ 0,30 para o CGPE.

Com a aprovação da presente emenda, os Bancos que promoveram mais crédito para o segmento de micro, pequenas e médias empresas serão beneficiadas, o que está em linha com o objetivo da presente Medida Provisória.

Por fim, propomos ajuste no parágrafo 6º do art. 2º apenas para trazer mais clareza ao texto ao evidenciar que as condições dispostas se referem aos demais empréstimos, que não os de programa de governo.



**MPV 992
00110****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992/2020****EMENDA Nº**

(do Sr....)

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Incluam-se, onde couber, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 992/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. X. A Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 76 desta Lei o oferecimento, como garantia de operações de crédito, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§1º

(...)

III - Aos participantes de plano de benefício de previdência complementar e segurados titulares de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, cujos quotistas de fundos de investimento especialmente constituídos, sejam, diretamente ou indiretamente, entidades abertas de previdência complementar ou sociedades seguradoras, hipóteses em que poderá ser oferecido em garantia o direito de crédito dos participantes e segurados referente ao valor líquido de sua respectiva provisão matemática de benefícios a conceder.

§2º A faculdade mencionada no caput deste artigo aplica-se apenas às operações de crédito contratadas em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.” (NR)



§3º São penhoráveis, quando utilizados como garantia de financiamento e demais operações de crédito:

I - o seguro de vida, cujos fundos sejam vinculados aos planos de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, na fase de contribuição; e

II - a quantia depositada em fundos vinculados aos planos de previdência complementar aberta, durante a fase de contribuição”

“Art. 85. É vedado às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras impor obstáculos ou restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 84 desta Lei, mesmo que a operação de crédito seja contratada em instituição financeira não vinculada.” (NR)

Justificativa

Considerando que as garantias são importante instrumento para obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas reduzidas, e que atualmente, em razão do cenário econômico trazido pela pandemia COVID-19, há grande demanda por crédito, entendemos oportuno trazer outra possibilidade de garantia passível de ser usada no mercado financeiro, tal como foi feito com a alienação fiduciária, contemplada no artigo 14 desta MP.

Trata-se da inclusão de dispositivos que prevejam a possibilidade de utilização da previdência privada como instrumento que viabilize a tomada de crédito pelos consumidores.

É certo que um dos componentes do custo do crédito disponível aos cidadãos está no risco potencial de inadimplência por parte dos tomadores. Tal risco é estimado pelas instituições financeiras com base em modelos estatísticos próprios e repassado às taxas de juros exigidas nas diversas formas de crédito oferecidas.

Para diminuir tal risco é preciso que as garantias constituídas para assegurar tais operações sejam facilmente exequíveis e exigíveis pelos agentes bancários.

Atualmente, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, dentre outras questões, em seu capítulo XII, artigo 84, já permite ao participante de plano de previdência complementar oferecer como garantia fiduciária, nas operações de financiamento imobiliário, as quotas de sua titularidade em fundos de investimentos e seguros de vida com cobertura por sobrevivência.

Nesse contexto, a proposição em tela objetiva viabilizar o oferecimento dos recursos de previdência, como garantia de todas as operações de crédito, e não apenas em operações de financiamento imobiliário, de modo a fomentar a concessão de crédito bancário.

Assim, a possibilidade de se utilizar como garantia de crédito os recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, mitigará o risco de inadimplência das operações de empréstimos e financiamentos, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros contratadas.



Ao buscar ampliar o rol de garantias, estendendo-se a permissão do artigo 84 a todas as operações de crédito, haverá significativo incremento da economia, na média em que certamente acarretará maior competição por taxas e condições mais favoráveis ao tomador de empréstimos. Tal fato possibilitará a adoção de medidas de proteção e de estímulo à inclusão financeira, fomentando o crédito sustentável, sem os indesejáveis efeitos colaterais do superendividamento ou comprometimento excessivo da renda.

Por fim, propomos a inclusão de dispositivo que preveja que a vinculação dos recursos da previdência complementar à sua finalidade precípua deve ser a regra, sendo seu uso como garantia de operações de crédito e eventual penhora uma exceção, legalmente admitida. Somente a provisão matemática de benefícios a conceder, de constituição da provisão pelo cliente, que é formada na fase de contribuição ao plano, será penhorável.

Não se trata, portanto, de vulgarizar o uso desses recursos - o que comprometeria até mesmo a estabilidade atuarial do sistema de previdência complementar - mas de definir uma hipótese específica e bastante justificável para utilização dos mesmos, ainda mais neste momento de enfrentamento dos efeitos econômicos advindos da COVID-19.

Reafirmamos que a presente proposta de alteração está diretamente alinhada ao conjunto de medidas que vêm sendo aprovadas pelo Poder Legislativo ao longo dos últimos anos, com o objetivo de promover a redução do custo do crédito no Brasil, por via da redução da taxa de juros e do spread bancário, que é uma das medidas estratégicas para o crescimento sustentável da economia.

Como exemplo dessas iniciativas, podemos citar: empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais civis (art. 45 da Lei nº 8.112/90), dos demais trabalhadores (art. 2º, §2º da Lei nº 10.820/2003), e dos beneficiários da previdência social (art. 6º da Lei nº 10.820/2003). Vale ressaltar que as taxas de juros em tais modalidades de crédito estão entre as mais baixas do mercado.

Desta forma, pela importância do tema e pelo impacto positivo que pode gerar em nossa economia, principalmente nesta fase tão crítica que o país está enfrentando, solicitamos a aprovação da presente emenda.



MPV 992
00111

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973..

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 13. da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho e 2020, passa a ser acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art.13.....

.....

§2º O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, no âmbito de suas atribuições, deverão prever regulamentos com um conjunto de garantias mínimo e suficiente para as operações, de forma simplificada, para facilitar o acesso ao crédito.”
(NR)

§3º As instituições participantes não poderão exigir, no âmbito do CGPE, garantias não exigidas por ela em suas outras linhas de crédito de Programas federais para o enfrentamento da crise econômica decorrente da pandemia da covid-19.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem dois objetivos. O primeiro é o de definir que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central tenham que estabelecer critérios que facilitem o acesso ao crédito. Nossa preocupação maior, mas não exclusiva, refere-se às garantias a serem concedidas. Sabemos que a grande maioria das empresas, especialmente as menores, tem dificuldades de oferecer garantias.

Além disso, propomos que as instituições participantes do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE) não exijam garantias diferentes daquelas já solicitadas em outros Programas de enfrentamento à crise econômica advinda da pandemia do covid-19. A ideia é que as instituições financeiras não coloquem barreiras adicionais ao acesso a esse Programa.



Diante das razões apresentadas peço o apoio dos meus Pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala das Comissões, de julho de 2020.

Deputado Marcelo Calero
CIDADANIA/RJ



MPV 992
00112

COMISSÃO MISTADA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA Nº

Altere-se o inciso II, do artigo 2º, §3º, da Medida Provisória nº 992, de 2020, de 16 de julho de 2020, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

.....

§ 3º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir:

I -

.....

.....

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o caput, assegurando que ao menos 30% dos recursos sejam ofertados apenas a microempresas e empresas de pequeno porte equivalente.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



A Constituição Federal estabelece em seu artigo 170 que **a livre concorrência e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte são princípios da ordem econômica** e complementa, em seu artigo 179, que a Administração Pública deve dispensar tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, buscando incentivá-las com a simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações, especialmente as de natureza administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

A emenda que apresentamos visa dar efetividade, neste momento de crise socioeconômica, a este mandamento constitucional e privilegiar os princípios da igualdade material e da livre concorrência, entendida pelo seu viés ideológico social de garantia de acesso e permanência de todos no mercado, para que as microempresas e empresas de pequeno porte tenham resguardado um montante proporcional mínimo dos créditos a serem ofertados pelas instituições financeiras no âmbito do programa Capital de Giro para Preservação de Empresas.

Isto porque sem a referida previsão, a atual redação do art. 2º, §3º, II da Medida Provisória pode se concretizar na injusta situação de preferência pelas instituições financeiras à concessão de crédito para empresas de médio porte, tendo em vista que estas possuem naturalmente um maior índice de liquidez, além de realizarem contratações individuais em valores mais vultuosos. Para evitar esse cenário, a nossa sugestão é o estabelecimento de uma “reserva” de capital, para que haja efetiva oferta de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte, fixada no patamar mínimo de 30% do montante global do crédito ofertado por cada instituição financeira.

Cabe destacar que, como bem salientado na própria exposição de motivos apresentada pelo Governo Federal, as microempresas e empresas de pequeno porte são justamente aquelas mais vulneráveis aos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus e que têm enfrentado mais entraves na contratação de crédito bancário, com taxa de aprovação de apenas 18% - ao passo que são responsáveis por 54% dos empregos formais do país, segundo dados do Sebrae.



Finalmente, cabe lembrar que o Brasil pleitea uma vaga na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a referida organização recomendou que os seus países-membros forneçam um *buffer* financeiro iminente para que as respectivas economias amortecem o impacto negativo da crise e acelerem a sua recuperação, o que inclui, ao seu entender, a edição de pacotes de medidas especiais para micro e pequenas empresas.

Estando certo de que a fixação do limite mínimo de oferta de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte é essencial para dar máxima efetividade à presente Medida Provisória e será revertida em manutenção de empregos e outros benefícios à recuperação econômica do país, conto com o apoio dos meus Ilustres Pares para aprovação da presente emenda modificativa.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado Alessandro Molon
Líder do PSB



**MPV 992
00113**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

EMENDA Nº _____, DE 2020

*Dispõe sobre o
financiamento a
microempresa e empresa
de pequeno e médio porte,
sobre o crédito presumido
apurado com base em
créditos decorrentes de
diferenças temporárias,
sobre o compartilhamento
de alienação fiduciária e
sobre a dispensa do
cumprimento de exigências
de demonstração de
regularidade fiscal nas
operações praticadas pelo
Banco Central do Brasil em
decorrência do disposto no
art. 7º da Emenda
Constitucional nº 106, de 7
de maio de 2020, e altera a
Lei nº 13.476, de 28 de
agosto de 2017, a Lei nº
13.097, de 19 de janeiro de*



**2015, e a Lei nº 6.015, de
31 de dezembro de 1973.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Acrescente-se à Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. XX. A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 27.....

.....
.....

X - O leilão poderá, a critério de qualquer interessado, ser distribuído aos tabeliães da localização do bem, aos quais ficam, para todos os fins, atribuídas as funções de leiloeiro em geral.



JUSTIFICATIVA

O tabelião de notas e o tabelião de protesto são profissionais devidamente concursados, cujos atos possuem fé pública com a necessária fiscalização pelo Poder Judiciário, Corregedorias Estaduais e CNJ. Esses profissionais já possuem os necessários atributos para realizar os atos de alienação e as diligências próprias da execução, sendo, por natureza, os delegatários do poder público competentes para autenticar os fatos da execução.

A emenda possibilitaria aproveitar a extensa capilaridade dos cartórios para, de forma eficiente, providenciar os leilões, circunstância extremamente útil face ao atual e diminuto número de leiloeiros existentes no Brasil. Desta forma, será possível aumentar a celeridade na realização dos atos de alienação e as necessárias diligências, agilizando o retorno dos bens ao mercado.

Por todo o exposto, solicita-se o apoio dos eminentes Congressistas para lograr-se a aprovação da relevantíssima iniciativa da emenda proposta, tendo-se a certeza de que se estará contribuindo ainda mais para solucionar a crise da jurisdição estatal, promovendo-se o crescimento da economia do país e a diminuição dos custos do Estado.

Deputado Dr. João(PROS-BA)



MPV 992
00114

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

EMENDA Nº _____, DE 2020

*Dispõe sobre o
financiamento a
microempresa e empresa
de pequeno e médio porte,
sobre o crédito presumido
apurado com base em
créditos decorrentes de
diferenças temporárias,
sobre o compartilhamento
de alienação fiduciária e
sobre a dispensa do
cumprimento de exigências
de demonstração de
regularidade fiscal nas
operações praticadas pelo
Banco Central do Brasil em
decorrência do disposto no
art. 7º da Emenda
Constitucional nº 106, de 7
de maio de 2020, e altera a
Lei nº 13.476, de 28 de
agosto de 2017, a Lei nº
13.097, de 19 de janeiro de*



**2015, e a Lei nº 6.015, de
31 de dezembro de 1973.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Acrescente-se à Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. XX. A Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. _____ 3º

.....

.....

.....

.....

II - fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro, exceto nas hipóteses do parágrafo único;

.....

.....

Parágrafo Único - Nos atos notariais que formalizam financiamentos com recursos do SFH ou SFI, assinados eletronicamente, incidirão apenas emolumentos ao notário, correspondente a 0,2% do valor financiado”



JUSTIFICATIVA

O artigo que se pretende acrescentar à presente MP tem como escopo a criação de condição especial para recolhimento dos emolumentos devidos quando da lavratura de escritura pública de alienação de imóvel adquirido na sistemática do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ou no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Como se sabe, na esmagadora maioria das vezes, aquele que se utiliza dos financiamentos bancários para aquisição de propriedade imobiliária não possui abundância de recursos financeiros, sendo verdadeiramente sofrido todo o processo de compra do imóvel. E, além do preço do bem e dos impostos, o adquirente precisa arcar com os juros do financiamento imobiliário, taxas cobradas pelas instituições bancárias e, ainda, existem as taxas dos cartórios, extremamente caras para a esmagadora maioria da população.

Não é justo que o cidadão que mais precisa de auxílio jurídico na compra do imóvel (entender quais certidões tem que trazer, quais documentos precisa verificar, quem deve assinar o documento, etc.) seja obrigado a recorrer a advogados ou se submeter a qualquer assessoria porque não possui dinheiro para pagar o cartório que faz a escritura pública. Então, o correto é que para negócios que visam incentivar a distribuição de crédito imobiliário para que o cidadão consiga adquirir sua propriedade imóvel, a escritura pública também tenha um custo adequado à situação da maior parte da população. Propõe-se, portanto, uma redução drástica do valor das escrituras públicas para imóveis adquiridos pelo SFI e SFH.

Nestes termos, a proposta em questão visa universalizar o serviço extrajudicial para aqueles que mais necessitam, viabilizando o acesso dos mais vulneráveis financeiramente. Assim, todos os cidadãos podem ter segurança



jurídica na aquisição de seus bens, mas pagando um valor que cabe no bolso da maior parte dos cidadãos que optam por financiamentos.

....

Deputado Dr. João (PROS- BA)



**MPV 992
00115****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE
2020**

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA /2020

O Art. 1º inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I - a concessão de crédito a microempresas, empresas de pequeno e médio porte e de média-grande empresas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas - CGPE;

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pretende adequar o enquadramento no tocante às empresas de pequeno, médio e médio-grande porte, de acordo com a

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

CD203226857100



classificação do BNDES quanto ao faturamento bruto anual (Receita Operacional Bruta - ROB) conforme descrito:

“O BNDES adotou uma série de medidas de modernização de suas políticas operacionais, tornando-as mais adequadas à nova realidade das empresas financiadas pelo Banco. Nesse sentido, alterou a classificação por porte de empresas, atualizou os valores de Receita Operacional Bruta (ROB) e criou uma faixa intermediária entre as médias e as grandes empresas.

O BNDES adotou uma série de medidas de modernização de suas políticas operacionais, tornando-as mais adequadas à nova realidade das empresas financiadas pelo Banco.

Nesse sentido, o BNDES alterou a classificação por porte de empresas, atualizou os valores de Receita Operacional Bruta (ROB) e criou uma faixa intermediária entre as médias e as grandes empresas, denominada média-grande empresa. Essa nova categoria abrange as firmas com faturamento anual entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões.

A criação dessa nova faixa visa auxiliar a elaboração de políticas voltadas para a sustentação do crescimento de empresas que estejam em processo de expansão. Com isso, o BNDES poderá desenvolver instrumentos de apoio mais específicos ao segmento de empresas situado entre as companhias de porte médio e grande.

Com as modificações promovidas pelo Banco e já inseridas em suas políticas operacionais, passaram de quatro para cinco as faixas de classificação de empresa: micro, pequena, média, média-grande, e grande.

Foram alterados também os valores de faturamento para cada uma das faixas de classificação de empresas:

a) Microempresa: ROB anual ou anualizada inferior ou igual a R\$ 2,4 milhões. Pela classificação original, a ROB de microempresa era inferior a R\$ 1,2 milhão/ano.

b) Pequena Empresa: ROB anual ou anualizada superior a R\$ 2,4 milhões e inferior ou igual a R\$ 16 milhões. Antes, esses valores variavam de R\$ 1,2 milhão a R\$ 10,5 milhões.

c) Média Empresa: ROB anual ou anualizada superior a R\$ 16 milhões e inferior ou igual a R\$ 90 milhões. Originalmente, esse intervalo era de R\$ 10,5 milhões a R\$ 60 milhões.

d) Empresa Média-Grande: ROB anual ou anualizada superior a R\$ 90 milhões e inferior ou igual a R\$ 300 milhões. Antes, não existia essa classificação de porte.

e) Grande Empresa: ROB anual ou anualizada superior a R\$ 300 milhões. Anteriormente, o valor era acima de R\$ 60 milhões.

Fonte

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20100622_modificacao_porte_empresa

Dessa forma, cabe ressaltar que a definição dada por esta MPV está conflitante com o enquadramento adotado pelo Banco Nacional de

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

* C D 2 0 3 2 2 6 8 5 7 1 0 0 *



Desenvolvimento – BNDES, um dos agentes responsáveis por habilitar outros agentes financeiros à oferta de créditos às empresas, conforme divulgado no site oficial deste banco, no dia 16 de julho do corrente.

BNDES habilita 22 agentes financeiros para oferecer garantias do Programa Emergencial de Acesso a Crédito

Instituições podem oferecer crédito a pequenas e médias empresas com apoio do BNDES

Garantia será de 80% do valor do empréstimo ou financiamento, que pode variar de R\$ 5 mil a R\$ 10 milhões

Fonte:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-habilita-22-agentes-financeiros-para-oferecer-garantias-do-programa-emergencial-de-acesso-a-credito>

Destaca -se a necessidade de oferta de crédito a esses setores da economia, para propiciar a continuidade de geração de emprego e renda, sabendo que, os recursos oriundos poderão ser utilizados para financiar a folha de pagamento, bem como quitação de dívidas com os fornecedores, além de minimizar o período em que muitas dessas empresas permaneceram fechadas, priorizando a manutenção da vida em detrimento de seu faturamento, sendo necessário, neste momento o auxílio do governo para que a cadeia cíclica da economia volte a funcionar.

Este é o motivo de propor a presente emenda, para a qual peço a aprovação.

Sala da Comissão, em de julho de 2020.


JÚLIO DELGADO
DEPUTADO FEDERAL
PSB – MG

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





* C D 2 0 3 2 2 6 8 5 7 1 0 0 *

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



MPV 992
00116

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

EMENDA MODIFICATIVA /2020

O Art. 9º §2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º

§1º.....

§ 2º O fiduciante pessoa natural somente poderá contratar as operações de crédito de que trata o caput em benefício da pessoa jurídica que integra e destinada ao fomento da atividade, mediante a apresentação de declaração contratual destinada a esse fim.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Esta emenda pretende a modificação do disposto neste artigo para adequá-lo aos objetivos da norma, qual seja propiciar o exercício da atividade econômica das empresas de pequeno e médio porte.

O texto original previa que o fiduciante pessoa natural poderia contratar as operações de crédito em benefício próprio ou de entidade familiar.

Tal previsão extrapola os fins dessa norma, pois o uso dos recursos advindos de operações de crédito devem ser utilizados exclusivamente para propiciar a continuidade de geração de emprego e renda e exercício das atividades das pessoas jurídicas destinatárias dos créditos, não sendo plausível que tais recursos possa ser utilizados em outras finalidades, como o uso para benefício de entidade familiar.

Há também a necessidade de se separar as entidades: jurídica e familiar, pois são distintas e estão afetas a proteções diferentes no ordenamento jurídico.

Este é o motivo de propor a presente emenda, para a qual peço a aprovação.

Sala da Comissão, em de julho de 2020.


JÚLIO DELGADO
DEPUTADO FEDERAL
PSB – MG

Documento eletrônico assinado por Júlio Delgado (PSB/MG), através do ponto SDR_56250, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Término de prazos



Em 18-07-2020 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 906, de 2019, cuja vigência encerrou-se em 19-05-2020, com a publicação da Lei nº 14.000, de 2020, sancionada em 20-05-2020 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal) e das Medidas Provisórias nºs 910 e 911, de 2019, cujas vigências encerraram-se em 19-05-2020, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal). São extintas as Comissões Mistas destinadas a apreciar as matérias (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Término do prazo de vigência, em 19 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 927, de 2020, que “Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida. A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 19 de setembro de 2020.

Término do prazo de vigência, em 20 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 928, de 2020, que “Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020”. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida. A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 18 de setembro de 2020.

Término do prazo de vigência, em 22 de julho de 2020, da Medida Provisória nº 929, de 2020, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica”. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida. A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 20 de setembro de 2020.



Vetos



Publicação da Mensagem Presidencial nº 396, de 2020, em 16 de julho de 2020, recebida em 16/7/2020, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados". (Veto nº 30, de 2020).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 14 de agosto de 2020.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 30, DE 2020

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados".

Mensagem nº 396 de 2020, na origem
DOU de 16/07/2020

Recebido o veto no Senado Federal: 16/07/2020
Sobrestando a pauta a partir de: 15/08/2020

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 23/07/2020



DISPOSITIVOS VETADOS

- § 4º do art. 3º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a redação dada pelo art. 7º do projeto
- § 5º do art. 11A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a redação dada pelo art. 7º do projeto
- art. 46A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a redação dada pelo art. 7º do projeto
- § 12 do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a redação dada pelo art. 7º do projeto
- § 1º do art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, com a redação dada pelo art. 11 do projeto
- § 6º do art. 14
- § 7º do art. 14
- "caput" do art. 16
- parágrafo único do art. 16
- parágrafo único do art. 17
- inciso I do art. 20
- alínea "a" do inciso II do art. 20
- alínea "b" do inciso II do art. 20
- alínea "c" do inciso II do art. 20
- "caput" do art. 21
- § 1º do art. 21
- § 2º do art. 21
- art. 22



MENSAGEM Nº 396

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que “Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Economia manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 4º do art. 3º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterado pelo art. 7º do projeto de Lei

“§ 4º Fica facultado aos Municípios, detentores da titularidade do serviço, a participação nas prestações regionalizadas de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao estabelecer por intermédio de emenda parlamentar, a facultatividade dos Municípios, detentores da titularidade do serviço, a



2

participação nas prestações regionalizadas, viola o § 3º do art. 25 da Constituição da República, ante a compulsoriedade da participação dos Municípios em regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas (v. g. ADI 1842, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 28/02/2013)."

§ 12 do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterado pelo art. 7º do projeto de lei

"§ 12. A União apoiará, com a disponibilização de recursos federais e com o fornecimento de assistência técnica, a organização e a formação dos blocos de prestação de serviços de saneamento regionalizada, na forma desta Lei."

Razões do veto

"Em que pese a boa intenção do legislador e ressaltando que atualmente a União já apoia a estruturação de blocos de saneamento básico com a finalidade de fazer concessões, nos termos das diretrizes traçadas nas políticas públicas delineadas pelo governo federal, verifica-se que a propositura, ao impor o apoio na forma desta Lei, contém óbice jurídico por não apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, em violação às regras do art. 113 do ADCT, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019)."

O Ministério da Economia manifestou-se, ainda, pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 5º do art. 11-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterado pelo art. 7º do projeto de Lei

"§ 5º O limite previsto no **caput** deste artigo poderá ser ultrapassado na hipótese em que houver, no contrato de subdelegação, a obrigação expressa de o prestador reverter eventual valor por ele recebido em razão da subdelegação para investimentos na universalização do saneamento básico mediante prévia autorização da agência reguladora e do titular, ou para pagamento de incentivos financeiros aos servidores públicos civis das empresas públicas e sociedades de economia mista que aderirem a Programa de Desligamento Voluntário (PDV)."

Razões do veto



3

“A propositura legislativa gera insegurança jurídica ao permitir ultrapassar o limite estabelecido no caput sem a previsão do que seria o máximo permitido para a subdelegação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por meio de contrato, o que desprestigia as regras de escolha do poder concedente estabelecida na legislação. O dispositivo permite, ainda, onerar a prestação do serviço com custos não estimados em princípio.”

§ 1º do art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, alterado pelo art. 11 do projeto de Lei

“§ 1º A União e os Estados manterão ações de apoio técnico e financeiro aos Municípios para o alcance do disposto no **caput** deste artigo.”

Razões do veto

“Em que pese a boa intenção do legislador, ao dispor que os Estados manterão ações de apoio técnico e financeiro aos Municípios para o alcance do disposto no caput, a propositura contém óbice jurídico por não apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, em violação às regras do art. 113 do ADCT, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019).”

Art. 22

“Art. 22. Substitua-se, no art. 11 e nos Anexos I e I-A da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, a expressão ‘Especialista em Recursos Hídricos’ por ‘Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico’”.

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao alterar a nomenclatura do atual cargo de ‘Especialista em Recursos Hídricos’, gera insegurança jurídica tendo em vista que o art. 11 e os Anexos I e I-A da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que se pretende alterar, trata sobre recebimento de gratificação de carreira a qual não mais se aplica desde o advento da Lei nº 13.326, de 2016, quando a remuneração passou a ser por subsídio.”

Ouvidos, os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Desenvolvimento Regional manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:



Art. 46-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterado pelo art. 7º do projeto de Lei

“Art. 46-A. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos acompanhar a execução do Plano Nacional de Saneamento Básico e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, bem como acompanhar a situação da regulação do saneamento no Brasil, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao inserir nova atribuição ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, atribuição esta que não encontra correspondente no art. 34 da Lei nº 9.433, de 1997, a implicar, portanto, em remodelamento das regras de competência, funcionamento e organização de órgão do Poder Executivo, usurpa a competência privativa de iniciativa legislativa do Presidente da República, em ofensa ao art. 61, § 1º, II, ‘e’, da Constituição da República (v.g. ADI 3.061, rel. Min. Ayres Britto, j. 5/4/2006, DJ de 9-6-2006).”

Parágrafo único do art. 17

“Parágrafo único. Os contratos para serviços de distribuição de água poderão prever vinculação com determinados fornecedores e critérios para solucionar eventuais questões de atendimento inadequado, desde que com a anuência do órgão gestor competente.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao possibilitar que os contratos de distribuição de água prevejam a vinculação com determinados fornecedores, desde que com a anuência do órgão gestor competente, contraria a Constituição da República por violar o princípio da competitividade, e, com ele, os princípios da igualdade entre os participantes e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Carta constitucional, bem como os princípios da moralidade e impessoalidade insculpidos no caput do mesmo art. 37.”

Os Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional opinaram pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§§ 6º e 7º do art. 14



5

“§ 6º Os entes públicos que formalizaram o contrato de programa que decidirem pela não anuência à proposta de que trata o § 2º deste artigo poderão assumir a prestação dos serviços, mediante a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido comprovadamente custeados pelo lucro ou por empréstimos tomados especificamente para esse fim, lançados em balanço pelas empresas prestadoras do serviço, na forma prevista no art. 36 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 7º A comprovação referida no § 6º deste artigo deverá ser feita mediante apresentação de documentos contábeis que possibilitem a verificação de que os referidos investimentos não foram custeados exclusivamente pela receita proveniente da cobrança das tarifas dos usuários.”

Razões dos vetos

“A propositura legislativa, ao dispor sobre indenização dos investimentos não amortizados nos casos de alienação do controle acionário das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de saneamento básico, gera insegurança jurídica por estar em descompasso com as disposições da Lei nº 8.987, de 1995, (Lei de Concessões), a qual já dispõe sobre todo o processo de concessões, trazendo os fundamentos e a segurança jurídica necessários ao processo. Ademais, não é possível fazer na prática a distinção entre receita proveniente de tarifa direcionada para um ativo, de forma que torna inviável a sua implementação e, por consequência, inviabiliza o pagamento de indenização, que poderá ser considerada como um enriquecimento ilícito por parte do titular por se apropriar de um recurso que é do prestador.”

Os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional, da Infraestrutura e da Economia manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 16

“Art. 16. Os contratos de programa vigentes e as situações de fato de prestação dos serviços públicos de saneamento básico por empresa pública ou sociedade de economia mista, assim consideradas aquelas em que tal prestação ocorra sem a assinatura, a qualquer tempo, de contrato de programa, ou cuja vigência esteja expirada, poderão ser reconhecidas como contratos de programa e formalizadas ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022.

Parágrafo único. Os contratos reconhecidos e os renovados terão prazo máximo de vigência de 30 (trinta) anos e deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 10-A e a comprovação prevista no



6

art.10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, sendo absolutamente vedada nova prorrogação ou adição de vigência contratual.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao regularizar e reconhecer os contratos de programa, situações não formalizadas de prestação de serviços públicos de saneamento básico por empresa pública ou sociedade de economia mista, bem como possibilitar a prorrogação por 30 anos das atuais avenças, prolonga de forma demasiada a situação atual, de forma a postergar soluções para os impactos ambientais e de saúde pública decorrentes da falta de saneamento básico e da gestão inadequada da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ademais, a proposta, além de limitar a livre iniciativa e a livre concorrência, está em descompasso com os objetivos do novo marco legal do saneamento básico que orienta a celebração de contratos de concessão, mediante prévia licitação, estimulando a competitividade da prestação desses serviços com eficiência e eficácia, o que por sua vez contribui para melhores resultados.”

Ouvidos, os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional e da Economia manifestaram-se, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 20

“Art. 20. Aplicam-se apenas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário os seguintes dispositivos:

I - da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, o § 8º do art. 13;

II - da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007:

a) o art. 8º;

b) o art. 10;

c) o art. 10-A.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao afastar para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, a aplicação do § 8º, do art. 13 da Lei nº 11.107, de 2005 (normas gerais de contratação de consórcios públicos) e dos artigos 8º, 10 e 10-A, da Lei nº 11.445, de 2007 (diretrizes nacionais para o saneamento básico), quebra a isonomia entre as atividades de saneamento básico, de forma a impactar negativamente na competição saudável entre os interessados na prestação desses



7

serviços, além de tornar menos atraente os investimentos, em descompasso com a almejada universalização dos serviços, foco do novo marco do saneamento, que busca promover ganhos de qualidade, efetividade e melhor relação custo-benefício para a população atendida.”

Os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional e da Justiça e Segurança Pública opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Caput e § 1º do art. 21

“Art. 21. Compete ao Município promover o licenciamento ambiental das atividades, empreendimentos e serviços de saneamento básico.

§ 1º Se não existir órgão municipal para cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, será competente o órgão de licenciamento ambiental estadual.”

Razões dos vetos

“A propositura legislativa, ao dispor sobre o âmbito de competências dos Municípios para a promoção de licenciamento ambiental, está em descompasso com a Lei Complementar nº 140, de 2011, que já possuem regras definidas, com base no interesse geral da União, regional dos Estados e local dos Municípios, para a promoção do licenciamento ambiental, além de ofender a Constituição da República por tratar em Lei Ordinária Federal de matéria reservada à Lei Complementar (v. g. ADI 5.127, voto do rel. p/ o ac. min. Edson Fachin, j. 15-10-2015, P. DJE de 11-5-2016).”

O Ministério do Desenvolvimento Regional manifestou-se, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 2º do art. 21

“§ 2º A aprovação do licenciamento de projeto de saneamento básico terá prioridade sobre os demais que tramitem no órgão ambiental.”

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao dispor sobre o âmbito de competências dos Municípios para a promoção de licenciamento ambiental, gera insegurança jurídica por estar em descompasso com a Lei Complementar nº 140, de 2011, que definiu precisamente o âmbito de competências dos Municípios para o exercício dessa



8

competência, além de ofender a Constituição da República por tratar em Lei Ordinária Federal de matéria reservada à Lei Complementar (v. g. ADI 5.127, voto do rel. p/ o ac. min. Edson Fachin, j. 15-10-2015, P. DJE de 11-5-2016).”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 15 de julho de 2020.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 4.162 de 2019*

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para



aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Art. 2º A ementa da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.”

Art. 3º A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Lei cria a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, e estabelece regras para sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos.” (NR)

“Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), com a finalidade de implementar, no âmbito de suas competências, a Política Nacional de Recursos Hídricos e de instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

.....” (NR)

“Art. 4º

XXIII – declarar a situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos nos corpos hídricos que impacte o atendimento aos usos múltiplos localizados em rios de domínio da União, por prazo determinado, com base em estudos e dados de monitoramento, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando houver; e

XXIV – estabelecer e fiscalizar o cumprimento de regras de uso da água, a fim de assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração



de situação crítica de escassez de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII do **caput** deste artigo.

.....
§ 2º (Revogado).
.....

§ 9º As regras a que se refere o inciso XXIV do **caput** deste artigo serão aplicadas aos corpos hídricos abrangidos pela declaração de situação crítica de escassez de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII do **caput** deste artigo.

§ 10. A ANA poderá delegar as competências estabelecidas nos incisos V e XII do **caput** deste artigo, por meio de convênio ou de outro instrumento, a outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e distrital.” (NR)

“Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

I – padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico;

II – regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

III – padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades;

IV – metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos;

V – critérios para a contabilidade regulatória;

VI – redução progressiva e controle da perda de água;

VII – metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados;

VIII – governança das entidades reguladoras, conforme princípios estabelecidos no art. 21 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;



IX – reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública;

X – parâmetros para determinação de caducidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

XI – normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes;

XII – sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico;

XIII – conteúdo mínimo para a prestação universalizada e para a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico contemplarão os princípios estabelecidos no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e serão instituídas pela ANA de forma progressiva.

§ 3º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico deverão:

I – promover a prestação adequada dos serviços, com atendimento pleno aos usuários, observados os princípios da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia, da modicidade tarifária, da utilização racional dos recursos hídricos e da universalização dos serviços;

II – estimular a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços;

III – estimular a cooperação entre os entes federativos com vistas à prestação, à contratação e à regulação dos serviços de forma adequada e eficiente, a fim de buscar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária;

IV – possibilitar a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais;

V – incentivar a regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

VI – estabelecer parâmetros e periodicidade mínimos para medição do cumprimento das metas de cobertura dos serviços e do atendimento aos indicadores de qualidade e aos padrões de potabilidade, observadas as peculiaridades contratuais e regionais;

VII – estabelecer critérios limitadores da sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações; e



VIII – assegurar a prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 4º No processo de instituição das normas de referência, a ANA:

I – avaliará as melhores práticas regulatórias do setor, ouvidas as entidades encarregadas da regulação e da fiscalização e as entidades representativas dos Municípios;

II – realizará consultas e audiências públicas, de forma a garantir a transparência e a publicidade dos atos, bem como a possibilitar a análise de impacto regulatório das normas propostas; e

III – poderá constituir grupos ou comissões de trabalho com a participação das entidades reguladoras e fiscalizadoras e das entidades representativas dos Municípios para auxiliar na elaboração das referidas normas.

§ 5º A ANA disponibilizará, em caráter voluntário e com sujeição à concordância entre as partes, ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadores de serviços públicos de saneamento básico.

§ 6º A ANA avaliará o impacto regulatório e o cumprimento das normas de referência de que trata o § 1º deste artigo pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela regulação e pela fiscalização dos serviços.

§ 7º No exercício das competências a que se refere este artigo, a ANA zelará pela uniformidade regulatória do setor de saneamento básico e pela segurança jurídica na prestação e na regulação dos serviços, observado o disposto no inciso IV do § 3º deste artigo.

§ 8º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as normas de referência de regulação tarifária estabelecerão os mecanismos de subsídios para as populações de baixa renda, a fim de possibilitar a universalização dos serviços, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e, quando couber, o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários dos serviços.

§ 9º Para fins do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, as normas de referência regulatórias estabelecerão parâmetros e condições para investimentos que permitam garantir a manutenção dos níveis de serviços desejados durante a vigência dos contratos.

§ 10. Caberá à ANA elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas.

§ 11. Caberá à ANA promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.



§ 12. A ANA contribuirá para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.”

“Art. 4º-B. A ANA manterá atualizada e disponível, em seu sítio eletrônico, a relação das entidades reguladoras e fiscalizadoras que adotam as normas de referência nacionais para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a viabilizar o acesso aos recursos públicos federais ou a contratação de financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da administração pública federal, nos termos do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º A ANA disciplinará, por meio de ato normativo, os requisitos e os procedimentos a serem observados pelas entidades encarregadas da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para a comprovação da adoção das normas regulatórias de referência, que poderá ser gradual, de modo a preservar as expectativas e os direitos decorrentes das normas a serem substituídas e a propiciar a adequada preparação das entidades reguladoras.

§ 2º A verificação da adoção das normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico estabelecidas pela ANA ocorrerá periodicamente e será obrigatória no momento da contratação dos financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da administração pública federal.”

“Art. 8º A ANA dará publicidade aos pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União por meio de publicação em seu sítio eletrônico, e os atos administrativos que deles resultarem serão publicados no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da ANA.” (NR)

“Art. 8º-A. A ANA poderá criar mecanismos de credenciamento e descredenciamento de técnicos, de empresas especializadas, de consultores independentes e de auditores externos para obter, analisar e atestar informações ou dados necessários ao desempenho de suas atividades.”

“Art. 11.

§ 1º É vedado aos dirigentes da ANA, conforme disposto em seu regimento interno, ter interesse direto ou indireto em empresa relacionada com o Singreh e em empresa relacionada com a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

.....” (NR)

“Art. 13.

.....



XI – encaminhar periodicamente ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb) os relatórios analisados pela Diretoria Colegiada e os demais assuntos do interesse desse órgão.” (NR)

“Art. 17-A. O Ministério da Economia fica autorizado a promover a lotação ou o exercício de servidores de órgãos e de entidades da administração pública federal na ANA.

Parágrafo único. A lotação ou o exercício de servidores de que trata o **caput** deste artigo ocorrerá sem prejuízo de outras medidas de fortalecimento da capacidade institucional.”

Art. 4º A ementa da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e dá outras providências.”

Art. 5º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam criados, no quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os seguintes cargos efetivos, integrantes de carreiras de mesmo nome, e respectivos quantitativos:

I – 239 (duzentos e trinta e nove) cargos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico;

.....” (NR)

“Art. 3º É atribuição do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico o exercício de atividades de nível superior de elevada complexidade relativas à gestão de recursos hídricos, que envolvam:

I – regulação, outorga, inspeção, fiscalização e controle do uso de recursos hídricos e da prestação de serviços públicos na área de saneamento básico;

II – elaboração de normas de referência para a regulação do uso de recursos hídricos e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

III – implementação e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;

IV – análise e desenvolvimento de programas e projetos sobre:

a) despoluição de bacias hidrográficas;

b) eventos críticos em recursos hídricos; e

c) promoção do uso integrado de solo e água;

V – promoção de ações educacionais em recursos hídricos;

VI – promoção e fomento de pesquisas científicas e tecnológicas nas áreas de desenvolvimento sustentável, conservação e gestão de recursos hídricos e saneamento básico, envolvendo a promoção de cooperação e a



divulgação técnico-científica, bem como a transferência de tecnologia nas áreas; e

VII – outras ações e atividades análogas decorrentes do cumprimento das atribuições institucionais da ANA.

§ 1º (Revogado).

§ 2º No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes do cargo efetivo de que trata o **caput** deste artigo as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções.” (NR)

“Art. 8º

Parágrafo único. A investidura nos cargos de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo ocorrerá, exclusivamente, no padrão inicial da classe inicial da respectiva tabela.” (NR)

Art. 6º A ementa da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.”

Art. 7º A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

I – universalização do acesso e efetiva prestação do serviço;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

.....
VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de



proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

.....
VIII – estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários;
.....

XI – segurança, qualidade, regularidade e continuidade;

XII – integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

XIII – redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva;

XIV – prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;

XV – seleção competitiva do prestador dos serviços; e

XVI – prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.” (NR)

“Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e



d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

II – gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III – universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços previstos no inciso XIV do **caput** deste artigo, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários;

IV – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico;

.....
VI – prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

a) região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião: unidade instituída pelos Estados mediante lei complementar, de acordo com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, composta de agrupamento de Municípios limítrofes e instituída nos termos da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole);

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar viabilidade econômica e técnica aos Municípios menos favorecidos;

c) bloco de referência: agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, estabelecido pela União nos termos do § 3º do art. 52 desta Lei e formalmente criado por meio de gestão associada voluntária dos titulares;

VII – subsídios: instrumentos econômicos de política social que contribuem para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico por parte de populações de baixa renda;

VIII – localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);



IX – contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico;

X – núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias com área inferior à fração mínima de parcelamento prevista no art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

XI – núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não tenha sido possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

XII – núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município ou pelo Distrito Federal;

XIII – operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços;

XIV – serviços públicos de saneamento básico de interesse comum: serviços de saneamento básico prestados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por lei complementar estadual, em que se verifique o compartilhamento de instalações operacionais de infraestrutura de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário entre 2 (dois) ou mais Municípios, denotando a necessidade de organizá-los, planejá-los, executá-los e operá-los de forma conjunta e integrada pelo Estado e pelos Municípios que compartilham, no todo ou em parte, as referidas instalações operacionais;

XV – serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município;

XVI – sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;

XVII – sistema individual alternativo de saneamento: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública;

XVIII – sistema separador absoluto: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário;



XIX – sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.

§ 4º Fica facultado aos Municípios, detentores da titularidade do serviço, a participação nas prestações regionalizadas de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo.

§ 5º No caso de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos Municípios que a integram.” (NR)

“Art. 3º-A. Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a essa finalidade, as seguintes atividades:

- I – reservação de água bruta;
- II – captação de água bruta;
- III – adução de água bruta;
- IV – tratamento de água bruta;
- V – adução de água tratada; e
- VI – reservação de água tratada.”

“Art. 3º-B. Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades:

- I – coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários;
- II – transporte dos esgotos sanitários;
- III – tratamento dos esgotos sanitários; e
- IV – disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais de forma ambientalmente adequada, incluídas fossas sépticas.

Parágrafo único. Nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou outras áreas do perímetro urbano ocupadas predominantemente por população de baixa renda, o serviço público de esgotamento sanitário, realizado diretamente pelo titular ou por concessionário, inclui conjuntos sanitários para as residências e solução para a destinação de efluentes, quando inexistentes, assegurada compatibilidade com as diretrizes da política municipal de regularização fundiária.”

“Art. 3º-C. Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

- I – resíduos domésticos;



II – resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, que, por decisão do titular, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que tais resíduos não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e

III – resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana, tais como:

a) serviços de varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos;

b) asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;

c) raspagem e remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos;

d) desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;

e) limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e

f) outros eventuais serviços de limpeza urbana.”

“Art. 3º-D. Consideram-se serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades:

I – drenagem urbana;

II – transporte de águas pluviais urbanas;

III – detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias; e

IV – tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.”

“Art. 7º

I – de coleta, de transbordo e de transporte dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 3º desta Lei;

II – de triagem, para fins de reutilização ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de destinação final dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 3º desta Lei; e

III – de varrição de logradouros públicos, de limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, de limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, e de outros eventuais serviços de limpeza urbana, bem como de coleta, de acondicionamento e de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dessas atividades.” (NR)

“Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

I – os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;



II – o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

§ 1º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I – fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente composto de Municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

II – os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

§ 2º Para os fins desta Lei, as unidades regionais de saneamento básico devem apresentar sustentabilidade econômico-financeira e contemplar, preferencialmente, pelo menos 1 (uma) região metropolitana, facultada a sua integração por titulares dos serviços de saneamento.

§ 3º A estrutura de governança para as unidades regionais de saneamento básico seguirá o disposto na Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole).

§ 4º Os Chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão formalizar a gestão associada para o exercício de funções relativas aos serviços públicos de saneamento básico, ficando dispensada, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legal.

§ 5º O titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização desses serviços, independentemente da modalidade de sua prestação.” (NR)

“Art. 8º-A. É facultativa a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada.”

“Art. 8º-B. No caso de prestação regionalizada dos serviços de saneamento, as responsabilidades administrativa, civil e penal são



exclusivamente aplicadas aos titulares dos serviços públicos de saneamento, nos termos do art. 8º desta Lei.”

“Art. 9º

I – elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão;

II – prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

III – definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV – estabelecer os direitos e os deveres dos usuários;

V – estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 3º desta Lei;

VI – implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e

VII – intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos.

Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o **caput** deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços.” (NR)

“Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º (Revogado).

I – (revogado).

a) (revogada).

b) (revogada).



II – (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Os contratos de programa regulares vigentes permanecem em vigor até o advento do seu termo contratual.” (NR)

“Art. 10-A. Os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, além das seguintes disposições:

I – metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reúso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados;

II – possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reúso, com possibilidade de as receitas serem compartilhadas entre o contratante e o contratado, caso aplicável;

III – metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato; e

IV – repartição de riscos entre as partes, incluindo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

§ 1º Os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderão prever mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 2º As outorgas de recursos hídricos atualmente detidas pelas empresas estaduais poderão ser segregadas ou transferidas da operação a ser concedida, permitidas a continuidade da prestação do serviço público de produção de água pela empresa detentora da outorga de recursos hídricos e a assinatura de contrato de longo prazo entre esta empresa produtora de água e a empresa operadora da distribuição de água para o usuário final, com objeto de compra e venda de água.”

“Art. 10-B. Os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos desta Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.



Parágrafo único. A metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.”

“Art. 11.

II – a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico;

V – a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico.

§ 2º

II – a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de redução progressiva e controle de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados e com o respectivo plano de saneamento básico;

§ 5º Fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico.” (NR)

“Art. 11-A. Na hipótese de prestação dos serviços públicos de saneamento básico por meio de contrato, o prestador de serviços poderá, além de realizar licitação e contratação de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e desde que haja previsão contratual ou autorização expressa do titular dos serviços, subdelegar o objeto contratado, observado, para a referida subdelegação, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

§ 1º A subdelegação fica condicionada à comprovação técnica, por parte do prestador de serviços, do benefício em termos de eficiência e qualidade dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º Os contratos de subdelegação disporão sobre os limites da sub-rogação de direitos e obrigações do prestador de serviços pelo subdelegatário e observarão, no que couber, o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei, bem como serão precedidos de procedimento licitatório.

§ 3º Para a observância do princípio da modicidade tarifária aos usuários e aos consumidores, na forma da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ficam vedadas subconcessões ou subdelegações que impliquem



sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final.

§ 4º Os Municípios com estudos para concessões ou parcerias público-privadas em curso, pertencentes a uma região metropolitana, podem dar seguimento ao processo e efetivar a contratação respectiva, mesmo se ultrapassado o limite previsto no **caput** deste artigo, desde que tenham o contrato assinado em até 1 (um) ano.

§ 5º O limite previsto no **caput** deste artigo poderá ser ultrapassado na hipótese em que houver, no contrato de subdelegação, a obrigação expressa de o prestador reverter eventual valor por ele recebido em razão da subdelegação para investimentos na universalização do saneamento básico mediante prévia autorização da agência reguladora e do titular, ou para pagamento de incentivos financeiros aos servidores públicos civis das empresas públicas e sociedades de economia mista que aderirem a Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

§ 6º Para fins de aferição do limite previsto no **caput** deste artigo, o critério para definição do valor do contrato do subdelegatário deverá ser o mesmo utilizado para definição do valor do contrato do prestador do serviço.

§ 7º Caso o contrato do prestador do serviço não tenha valor de contrato, o faturamento anual projetado para o subdelegatário não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento anual projetado para o prestador do serviço.”

“Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

§ 1º Os contratos em vigor que não possuírem as metas de que trata o **caput** deste artigo terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão.

§ 2º Contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no **caput** deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no **caput** deste artigo, incluídas as seguintes:

- I – prestação direta da parcela remanescente;
- II – licitação complementar para atingimento da totalidade da meta; e



III – aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada.

§ 3º As metas de universalização deverão ser calculadas de maneira proporcional no período compreendido entre a assinatura do contrato ou do termo aditivo e o prazo previsto no **caput** deste artigo, de forma progressiva, devendo ser antecipadas caso as receitas advindas da prestação eficiente do serviço assim o permitirem, nos termos da regulamentação.

§ 4º É facultado à entidade reguladora prever hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 5º O cumprimento das metas de universalização e não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento deverá ser verificado anualmente pela agência reguladora, observando-se um intervalo dos últimos 5 (cinco) anos, nos quais as metas deverão ter sido cumpridas em, pelo menos, 3 (três), e a primeira fiscalização deverá ser realizada apenas ao término do quinto ano de vigência do contrato.

§ 6º As metas previstas neste artigo deverão ser observadas no âmbito municipal, quando exercida a titularidade de maneira independente, ou no âmbito da prestação regionalizada, quando aplicável.

§ 7º No caso do não atingimento das metas, nos termos deste artigo, deverá ser iniciado procedimento administrativo pela agência reguladora com o objetivo de avaliar as ações a serem adotadas, incluídas medidas sancionatórias, com eventual declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito à ampla defesa.

§ 8º Os contratos provisórios não formalizados e os vigentes prorrogados em desconformidade com os regimentos estabelecidos nesta Lei serão considerados irregulares e precários.

§ 9º Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização na data referida no **caput** deste artigo, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora, que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária.”



“Art. 17. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

§ 1º O plano regional de saneamento básico poderá contemplar um ou mais componentes do saneamento básico, com vistas à otimização do planejamento e da prestação dos serviços.

§ 2º As disposições constantes do plano regional de saneamento básico prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem.

§ 3º O plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.

§ 4º O plano regional de saneamento básico poderá ser elaborado com suporte de órgãos e entidades das administrações públicas federal, estaduais e municipais, além de prestadores de serviço.” (NR)

“Art. 18. Os prestadores que atuem em mais de um Município ou região ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município ou região manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios ou regiões atendidas e, se for o caso, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Nos casos em que os contratos previstos no **caput** deste artigo se encerrarem após o prazo fixado no contrato de programa da empresa estatal ou de capital misto contratante, por vencimento ordinário ou caducidade, o ente federativo controlador da empresa delegatária da prestação de serviços públicos de saneamento básico, por ocasião da assinatura do contrato de parceria público-privada ou de subdelegação, deverá assumir esses contratos, mantidos iguais prazos e condições perante o licitante vencedor.” (NR)

“Art. 18-A. O prestador dos serviços públicos de saneamento básico deve disponibilizar infraestrutura de rede até os respectivos pontos de conexão necessários à implantação dos serviços nas edificações e nas unidades imobiliárias decorrentes de incorporação imobiliária e de parcelamento de solo urbano.

Parágrafo único. A agência reguladora instituirá regras para que empreendedores imobiliários façam investimentos em redes de água e esgoto, identificando as situações nas quais os investimentos representam antecipação de atendimento obrigatório do operador local, fazendo jus ao ressarcimento futuro por parte da concessionária, por critérios de avaliação regulatórios, e aquelas nas quais os investimentos configuram-se como de interesse restrito do empreendedor imobiliário, situação na qual não fará jus ao ressarcimento.”



“Art. 19.

§ 1º Os planos de saneamento básico serão aprovados por atos dos titulares e poderão ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

.....
§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com os planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas.

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos.

.....
§ 9º Os Municípios com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes poderão apresentar planos simplificados, com menor nível de detalhamento dos aspectos previstos nos incisos I a V do **caput** deste artigo.” (NR)

“Art. 21. A função de regulação, desempenhada por entidade de natureza autárquica dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, atenderá aos princípios de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

I – (revogado);

II – (revogado).” (NR)

“Art. 22.

I – estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA;

II – garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico;

III – prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e

IV – definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.” (NR)

“Art. 23. A entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:



XI – medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;

.....
XIII – procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções previstas nos instrumentos contratuais e na legislação do titular; e

XIV – diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água.

§ 1º A regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora, e o ato de delegação explicitará a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 1º-A. Nos casos em que o titular optar por aderir a uma agência reguladora em outro Estado da Federação, deverá ser considerada a relação de agências reguladoras de que trata o art. 4º-B da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e essa opção só poderá ocorrer nos casos em que:

I – não exista no Estado do titular agência reguladora constituída que tenha aderido às normas de referência da ANA;

II – seja dada prioridade, entre as agências reguladoras qualificadas, àquela mais próxima à localidade do titular; e

III – haja anuência da agência reguladora escolhida, que poderá cobrar uma taxa de regulação diferenciada, de acordo com a distância de seu Estado.

§ 1º-B. Selecionada a agência reguladora mediante contrato de prestação de serviços, ela não poderá ser alterada até o encerramento contratual, salvo se deixar de adotar as normas de referência da ANA ou se estabelecido de acordo com o prestador de serviços.

.....
§ 4º No estabelecimento de metas, indicadores e métodos de monitoramento, poderá ser utilizada a comparação do desempenho de diferentes prestadores de serviços.” (NR)

“Art. 25-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observada a legislação federal pertinente.”

“Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços:



I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos, conjuntamente;

II – de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; e

III – de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, na forma de tributos, inclusive taxas, ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou das suas atividades.

.....
§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários que não tenham capacidade de pagamento suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

§ 3º As novas edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, nos termos da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016.

§ 4º Na hipótese de prestação dos serviços sob regime de concessão, as tarifas e preços públicos serão arrecadados pelo prestador diretamente do usuário, e essa arrecadação será facultativa em caso de taxas.

§ 5º Os prédios, edifícios e condomínios que foram construídos sem a individualização da medição até a entrada em vigor da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016, ou em que a individualização for inviável, pela onerosidade ou por razão técnica, poderão instrumentalizar contratos especiais com os prestadores de serviços, nos quais serão estabelecidos as responsabilidades, os critérios de rateio e a forma de cobrança.” (NR)

“Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços públicos de saneamento básico considerará os seguintes fatores:

.....” (NR)

“Art. 31. Os subsídios destinados ao atendimento de usuários determinados de baixa renda serão, dependendo da origem dos recursos:

I – (revogado);

II – tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções; e

III – internos a cada titular ou entre titulares, nas hipóteses de prestação regionalizada.” (NR)

“Art. 35. As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação



adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

I – (revogado);

II – as características dos lotes e as áreas que podem ser neles edificadas;

.....
IV – o consumo de água; e

V – a frequência de coleta.

§ 1º Na hipótese de prestação de serviço sob regime de delegação, a cobrança de taxas ou tarifas poderá ser realizada na fatura de consumo de outros serviços públicos, com a anuência da prestadora do serviço.

§ 2º A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

§ 3º Na hipótese de prestação sob regime de delegação, o titular do serviço deverá obrigatoriamente demonstrar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços ao longo dos estudos que subsidiaram a contratação desses serviços e deverá comprovar, no respectivo processo administrativo, a existência de recursos suficientes para o pagamento dos valores incorridos na delegação, por meio da demonstração de fluxo histórico e projeção futura de recursos.” (NR)

“Art. 40.

.....
II – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas, respeitados os padrões de qualidade e continuidade estabelecidos pela regulação do serviço;

.....
V – inadimplemento, pelo usuário do serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado, de forma que, em caso de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, a interrupção dos serviços deverá preservar as condições mínimas de manutenção da saúde dos usuários, de acordo com norma de regulação ou norma do órgão de política ambiental.

.....” (NR)

“Art. 42.

.....
§ 5º A transferência de serviços de um prestador para outro será condicionada, em qualquer hipótese, à indenização dos investimentos



vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, facultado ao titular atribuir ao prestador que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento.” (NR)

“Art. 43.

§ 1º A União definirá parâmetros mínimos de potabilidade da água.

§ 2º A entidade reguladora estabelecerá limites máximos de perda na distribuição de água tratada, que poderão ser reduzidos gradualmente, conforme se verificarem avanços tecnológicos e maiores investimentos em medidas para diminuição desse desperdício.” (NR)

“Art. 44. O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários, de efluentes gerados nos processos de tratamento de água e das instalações integrantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos considerará os requisitos de eficácia e eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, ponderada a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

§ 1º A autoridade ambiental competente assegurará prioridade e estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o **caput** deste artigo, em função do porte das unidades, dos impactos ambientais esperados e da resiliência de sua área de implantação.

.....
§ 3º A agência reguladora competente estabelecerá metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.” (NR)

“Art. 45. As edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços.

.....
§ 3º A instalação hidráulica predial prevista no § 2º deste artigo constitui a rede ou tubulação que se inicia na ligação de água da prestadora e finaliza no reservatório de água do usuário.

§ 4º Quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos previstos no **caput** deste artigo, sendo-lhe assegurada a cobrança de um valor mínimo de utilização dos serviços, ainda que a sua edificação não esteja conectada à rede pública.



§ 5º O pagamento de taxa ou de tarifa, na forma prevista no **caput** deste artigo, não isenta o usuário da obrigação de conectar-se à rede pública de esgotamento sanitário, e o descumprimento dessa obrigação sujeita o usuário ao pagamento de multa e demais sanções previstas na legislação, ressalvados os casos de reúso e de captação de água de chuva, nos termos do regulamento.

§ 6º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverão estabelecer prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, onde disponível, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.

§ 7º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá, sob pena de responsabilidade administrativa, contratual e ambiental, até 31 de dezembro de 2025, verificar e aplicar o procedimento previsto no § 6º deste artigo a todas as edificações implantadas na área coberta com serviço de esgotamento sanitário.

§ 8º O serviço de conexão de edificação ocupada por família de baixa renda à rede de esgotamento sanitário poderá gozar de gratuidade, ainda que os serviços públicos de saneamento básico sejam prestados mediante concessão, observado, quando couber, o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

§ 9º Para fins de concessão da gratuidade prevista no § 8º deste artigo, caberá ao titular regulamentar os critérios para enquadramento das famílias de baixa renda, consideradas as peculiaridades locais e regionais.

§ 10. A conexão de edificações situadas em núcleo urbano, núcleo urbano informal e núcleo urbano informal consolidado observará o disposto na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

§ 11. As edificações para uso não residencial ou condomínios regidos pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poderão utilizarse de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, incluindo águas subterrâneas, de reúso ou pluviais, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso de recursos hídricos, quando devido.

§ 12. Para a satisfação das condições descritas no § 11 deste artigo, os usuários deverão instalar medidor para contabilizar o seu consumo e deverão arcar apenas com o pagamento pelo uso da rede de coleta e tratamento de esgoto na quantidade equivalente ao volume de água captado.” (NR)

“Art. 46.

Parágrafo único. Sem prejuízo da adoção dos mecanismos a que se refere o **caput** deste artigo, a ANA poderá recomendar, independentemente



da dominialidade dos corpos hídricos que formem determinada bacia hidrográfica, a restrição ou a interrupção do uso de recursos hídricos e a prioridade do uso para o consumo humano e para a dessedentação de animais.” (NR)

“Art. 46-A. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos acompanhar a execução do Plano Nacional de Saneamento Básico e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, bem como acompanhar a situação da regulação do saneamento no Brasil, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.”

“Art. 47. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, nacional, estaduais, distrital e municipais, em especial o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, assegurada a representação:

.....” (NR)

“Art. 48.

.....

III – uniformização da regulação do setor e divulgação de melhores práticas, conforme o disposto na Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

.....

VII – garantia de meios adequados para o atendimento da população rural, por meio da utilização de soluções compatíveis com as suas características econômicas e sociais peculiares;

.....

IX – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, considerados fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, porte populacional municipal, áreas rurais e comunidades tradicionais e indígenas, disponibilidade hídrica e riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

.....

XII – redução progressiva e controle das perdas de água, inclusive na distribuição da água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com as demais normas ambientais e de saúde pública;

XIII – estímulo ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água;

XIV – promoção da segurança jurídica e da redução dos riscos regulatórios, com vistas a estimular investimentos públicos e privados;

XV – estímulo à integração das bases de dados;



XVI – acompanhamento da governança e da regulação do setor de saneamento; e

XVII – prioridade para planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento básico integrado, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de relevante interesse social direcionadas à melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento e à governança, com o saneamento básico.” (NR)

“Art. 48-A. Em programas habitacionais públicos federais ou subsidiados com recursos públicos federais, o sistema de esgotamento sanitário deverá ser interligado à rede existente, ressalvadas as hipóteses do § 4º do art. 11-B desta Lei.”

“Art. 49.

I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda, a inclusão social e a promoção da saúde pública;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, incluídos os núcleos urbanos informais consolidados, quando não se encontrarem em situação de risco;

.....
IV – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e às pequenas comunidades;

.....
XII – promover educação ambiental destinada à economia de água pelos usuários;

XIII – promover a capacitação técnica do setor;

XIV – promover a regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica financeira do bloco;

XV – promover a concorrência na prestação dos serviços; e

XVI – priorizar, apoiar e incentivar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e das ações de saneamento integrado, nos termos desta Lei.” (NR)

“Art. 50.

I –

a) desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços; e



b) eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II – à operação adequada e à manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com os recursos mencionados no **caput** deste artigo;

III – à observância das normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico expedidas pela ANA;

IV – ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição, conforme definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;

V – ao fornecimento de informações atualizadas para o Sinisa, conforme critérios, métodos e periodicidade estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;

VI – à regularidade da operação a ser financiada, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 3º desta Lei;

VII – à estruturação de prestação regionalizada;

VIII – à adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente em até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua instituição, nos casos de unidade regional de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada; e

IX – à constituição da entidade de governança federativa no prazo estabelecido no inciso VIII do **caput** deste artigo.

§ 1º Na aplicação de recursos não onerosos da União, serão priorizados os investimentos de capital que viabilizem a prestação de serviços regionalizada, por meio de blocos regionais, quando a sua sustentabilidade econômico-financeira não for possível apenas com recursos oriundos de tarifas ou taxas, mesmo após agrupamento com outros Municípios do Estado, e os investimentos que visem ao atendimento dos Municípios com maiores déficits de saneamento cuja população não tenha capacidade de pagamento compatível com a viabilidade econômico-financeira dos serviços.

§ 5º No fomento à melhoria da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas.

§ 8º A manutenção das condições e do acesso aos recursos referidos no **caput** deste artigo dependerá da continuidade da observância dos atos normativos e da conformidade dos órgãos e das entidades reguladoras ao disposto no inciso III do **caput** deste artigo.



§ 9º A restrição de acesso a recursos públicos federais e a financiamentos decorrente do descumprimento do inciso III do **caput** deste artigo não afetará os contratos celebrados anteriormente à sua instituição e as respectivas previsões de desembolso.

§ 10. O disposto no inciso III do **caput** deste artigo não se aplica às ações de saneamento básico em:

I – áreas rurais;

II – comunidades tradicionais, incluídas áreas quilombolas; e

III – terras indígenas.

§ 11. A União poderá criar cursos de capacitação técnica dos gestores públicos municipais, em consórcio ou não com os Estados, para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.

§ 12. A União apoiará, com a disponibilização de recursos federais e com o fornecimento de assistência técnica, a organização e a formação dos blocos de prestação de serviços de saneamento regionalizada, na forma desta Lei.” (NR)

“Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Regional:

I – o Plano Nacional de Saneamento Básico, que conterá:

.....
c) a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da política federal de saneamento básico, com identificação das fontes de financiamento, de forma a ampliar os investimentos públicos e privados no setor;
.....

§ 1º O Plano Nacional de Saneamento Básico deverá:

.....
III – contemplar programa específico para ações de saneamento básico em áreas rurais;

IV – contemplar ações específicas de segurança hídrica; e

V – contemplar ações de saneamento básico em núcleos urbanos informais ocupados por populações de baixa renda, quando estes forem consolidados e não se encontrarem em situação de risco.
.....

§ 3º A União estabelecerá, de forma subsidiária aos Estados, blocos de referência para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico.” (NR)

“Art. 53.

§ 1º As informações do Sinisa são públicas, gratuitas, acessíveis a todos e devem ser publicadas na internet, em formato de dados abertos.
.....



§ 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Regional a organização, a implementação e a gestão do Sinisa, além do estabelecimento dos critérios, dos métodos e da periodicidade para o preenchimento das informações pelos titulares, pelas entidades reguladoras e pelos prestadores dos serviços e para a auditoria própria do sistema.

§ 4º A ANA e o Ministério do Desenvolvimento Regional promoverão a interoperabilidade do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) com o Sinisa.

§ 5º O Ministério do Desenvolvimento Regional dará ampla transparência e publicidade aos sistemas de informações por ele geridos e considerará as demandas dos órgãos e das entidades envolvidos na política federal de saneamento básico para fornecer os dados necessários ao desenvolvimento, à implementação e à avaliação das políticas públicas do setor.

§ 6º O Ministério do Desenvolvimento Regional estabelecerá mecanismo sistemático de auditoria das informações inseridas no Sinisa.

§ 7º Os titulares, os prestadores de serviços públicos de saneamento básico e as entidades reguladoras fornecerão as informações a serem inseridas no Sinisa.” (NR)

“Art. 53-A. Fica criado o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), colegiado que, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de articular a atuação dos órgãos e das entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.

Parágrafo único. A composição do Cisb será definida em ato do Poder Executivo federal.”

“Art. 53-B. Compete ao Cisb:

I – coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico;

II – acompanhar o processo de articulação e as medidas que visem à destinação dos recursos para o saneamento básico, no âmbito do Poder Executivo federal;

III – garantir a racionalidade da aplicação dos recursos federais no setor de saneamento básico, com vistas à universalização dos serviços e à ampliação dos investimentos públicos e privados no setor;

IV – elaborar estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisões sobre a alocação de recursos federais no âmbito da política federal de saneamento básico; e

V – avaliar e aprovar orientações para a aplicação dos recursos federais em saneamento básico.”



“Art. 53-C. Regimento interno disporá sobre a organização e o funcionamento do Cisb.”

“Art. 53-D. Fica estabelecida como política federal de saneamento básico a execução de obras de infraestrutura básica de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável em núcleos urbanos formais, informais e informais consolidados, passíveis de serem objeto de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), nos termos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, salvo aqueles que se encontrarem em situação de risco.

Parágrafo único. Admite-se, prioritariamente, a implantação e a execução das obras de infraestrutura básica de abastecimento de água e esgotamento sanitário mediante sistema condominial, entendido como a participação comunitária com tecnologias apropriadas para produzir soluções que conjuguem redução de custos de operação e aumento da eficiência, a fim de criar condições para a universalização.”

Art. 8º A Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica a União autorizada a participar de fundo que tenha por finalidade exclusiva financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 2º

§ 3º

II – por doações de qualquer natureza, inclusive de Estados, do Distrito Federal, de Municípios, de outros países, de organismos internacionais e de organismos multilaterais;

III – pelo reembolso de valores despendidos pelo agente administrador e pelas bonificações decorrentes da contratação dos serviços de que trata o art. 1º desta Lei;

V – pelos recursos derivados de alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações; e

VI – por outros recursos definidos em lei.

§ 4º

I – as atividades e os serviços técnicos necessários à estruturação e ao desenvolvimento das concessões e das parcerias público-privadas passíveis de contratação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado;



I-A – os serviços de assistência técnica a serem financiados pelo fundo;

I-B – o apoio à execução de obras;

.....
III-A – as regras de participação do fundo nas modalidades de assistência técnica apoiadas;

IV – o chamamento público para verificar o interesse dos entes federativos, em regime isolado ou consorciado, em realizar concessões e parcerias público-privadas, exceto em condições específicas a serem definidas pelo Conselho de Participação no fundo a que se refere o art. 4º desta Lei;

.....
VI – as sanções aplicáveis na hipótese de descumprimento dos termos pactuados com os beneficiários;

VII – a contratação de instituições parceiras de qualquer natureza para a consecução de suas finalidades; e

VIII – a contratação de serviços técnicos especializados.

.....
§ 10. O chamamento público de que trata o inciso IV do § 4º deste artigo não se aplica à hipótese de estruturação de concessões de titularidade da União, permitida a seleção dos empreendimentos diretamente pelo Conselho de Participação no fundo de que trata o art. 4º desta Lei.

§ 11. Os recursos destinados à assistência técnica relativa aos serviços públicos de saneamento básico serão segregados dos demais e não poderão ser destinados para outras finalidades do fundo.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
§ 4º Aplicam-se aos convênios de cooperação, no que couber, as disposições desta Lei relativas aos consórcios públicos.” (NR)

“Art. 8º

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

.....” (NR)

“Art. 11.



§ 2º A retirada ou a extinção de consórcio público ou convênio de cooperação não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos, cuja extinção dependerá do pagamento das indenizações eventualmente devidas.” (NR)

“Art. 13.

§ 6º (Revogado).

§ 8º Os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico deverão observar o art. 175 da Constituição Federal, vedada a formalização de novos contratos de programa para esse fim.” (NR)

Art. 10. O § 1º do art. 1º da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 1º

§ 1º

III – às unidades regionais de saneamento básico definidas pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

.....” (NR)

Art. 11. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.

XIX – periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 10 (dez) anos.

.....” (NR)

“Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos:

I – até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais;

II – até 2 de agosto de 2022, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com países limítrofes;



III – até 2 de agosto de 2023, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010; e

IV – até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010.

§ 1º A União e os Estados manterão ações de apoio técnico e financeiro aos Municípios para o alcance do disposto no **caput** deste artigo.

§ 2º Nos casos em que a disposição de rejeitos em aterros sanitários for economicamente inviável, poderão ser adotadas outras soluções, observadas normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo órgão competente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais.” (NR)

Art. 12. Fica autorizada a transformação, sem aumento de despesa, por ato do Poder Executivo federal, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) com valores remuneratórios totais correspondentes a:

I – 4 (quatro) Cargos Comissionados de Gerência Executiva (CGE), dos quais:

a) 2 (dois) CGE I; e

b) 2 (dois) CGE III;

II – 12 (doze) Cargos Comissionados Técnicos (CCT) V; e

III – 10 (dez) Cargos Comissionados Técnicos (CCT) II.

Art. 13. Decreto disporá sobre o apoio técnico e financeiro da União à adaptação dos serviços públicos de saneamento básico às disposições desta Lei, observadas as seguintes etapas:

I – adesão pelo titular a mecanismo de prestação regionalizada;

II – estruturação da governança de gestão da prestação regionalizada;

III – elaboração ou atualização dos planos regionais de saneamento básico, os quais devem levar em consideração os ambientes urbano e rural;

IV – modelagem da prestação dos serviços em cada bloco, urbano e rural, com base em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA);

V – alteração dos contratos de programa vigentes, com vistas à transição para o novo modelo de prestação;

VI – licitação para concessão dos serviços ou para alienação do controle acionário da estatal prestadora, com a substituição de todos os contratos vigentes.

§ 1º Caso a transição referida no inciso V do **caput** deste artigo exija a substituição de contratos com prazos distintos, estes poderão ser reduzidos ou prorrogados, de maneira a convergir a data de término com o início do contrato de concessão definitivo, observando-se que:

I – na hipótese de redução do prazo, o prestador será indenizado na forma do art. 37 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e

II – na hipótese de prorrogação do prazo, proceder-se-á, caso necessário, à revisão extraordinária, na forma do inciso II do **caput** do art. 38 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.



§ 2º O apoio da União será condicionado a compromisso de conclusão das etapas de que trata o **caput** deste artigo pelo titular do serviço, que ressarcirá as despesas incorridas em caso de descumprimento desse compromisso.

§ 3º Na prestação dos serviços públicos de saneamento básico, os Municípios que obtiverem a aprovação do Poder Executivo, nos casos de concessão, e da respectiva Câmara Municipal, nos casos de privatização, terão prioridade na obtenção de recursos públicos federais para a elaboração do plano municipal de saneamento básico.

§ 4º Os titulares que elegerem entidade de regulação de outro ente federativo terão prioridade na obtenção de recursos públicos federais para a elaboração do plano municipal de saneamento básico.

Art. 14. Em caso de alienação de controle acionário de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento básico, os contratos de programa ou de concessão em execução poderão ser substituídos por novos contratos de concessão, observando-se, quando aplicável, o Programa Estadual de Desestatização.

§ 1º Caso o controlador da empresa pública ou da sociedade de economia mista não manifeste a necessidade de alteração de prazo, de objeto ou de demais cláusulas do contrato no momento da alienação, ressalvado o disposto no § 1º do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, fica dispensada anuência prévia da alienação pelos entes públicos que formalizaram o contrato de programa.

§ 2º Caso o controlador da empresa pública ou da sociedade de economia mista proponha alteração de prazo, de objeto ou de demais cláusulas do contrato de que trata este artigo antes de sua alienação, deverá ser apresentada proposta de substituição dos contratos existentes aos entes públicos que formalizaram o contrato de programa.

§ 3º Os entes públicos que formalizaram o contrato de programa dos serviços terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do recebimento da comunicação da proposta de que trata o § 2º deste artigo, para manifestarem sua decisão.

§ 4º A decisão referida no § 3º deste artigo deverá ser tomada pelo ente público que formalizou o contrato de programa com as empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 5º A ausência de manifestação dos entes públicos que formalizaram o contrato de programa no prazo estabelecido no § 3º deste artigo configurará anuência à proposta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 6º Os entes públicos que formalizaram o contrato de programa que decidirem pela não anuência à proposta de que trata o § 2º deste artigo poderão assumir a prestação dos serviços, mediante a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido comprovadamente custeados pelo lucro ou por empréstimos tomados especificamente para esse fim, lançados em balanço pelas empresas prestadoras do serviço, na forma prevista no art. 36 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.



§ 7º A comprovação referida no § 6º deste artigo deverá ser feita mediante apresentação de documentos contábeis que possibilitem a verificação de que os referidos investimentos não foram custeados exclusivamente pela receita proveniente da cobrança das tarifas dos usuários.

Art. 15. A competência de que trata o § 3º do art. 52 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, somente será exercida caso as unidades regionais de saneamento básico não sejam estabelecidas pelo Estado no prazo de 1 (um) ano da publicação desta Lei.

Art. 16. Os contratos de programa vigentes e as situações de fato de prestação dos serviços públicos de saneamento básico por empresa pública ou sociedade de economia mista, assim consideradas aquelas em que tal prestação ocorra sem a assinatura, a qualquer tempo, de contrato de programa, ou cuja vigência esteja expirada, poderão ser reconhecidas como contratos de programa e formalizadas ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022.

Parágrafo único. Os contratos reconhecidos e os renovados terão prazo máximo de vigência de 30 (trinta) anos e deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 10-A e a comprovação prevista no art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, sendo absolutamente vedada nova prorrogação ou adição de vigência contratual.

Art. 17. Os contratos de concessão e os contratos de programa para prestação dos serviços públicos de saneamento básico existentes na data de publicação desta Lei permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual.

Parágrafo único. Os contratos para serviços de distribuição de água poderão prever vinculação com determinados fornecedores e critérios para solucionar eventuais questões de atendimento inadequado, desde que com a anuência do órgão gestor competente.

Art. 18. Os contratos de parcerias público-privadas ou de subdelegações que tenham sido firmados por meio de processos licitatórios deverão ser mantidos pelo novo controlador, em caso de alienação de controle de empresa estatal ou sociedade de economia mista.

Parágrafo único. As parcerias público-privadas e as subdelegações previstas neste artigo serão mantidas em prazos e condições pelo ente federativo exercente da competência delegada, mediante sucessão contratual direta.

Art. 19. Os titulares de serviços públicos de saneamento básico deverão publicar seus planos de saneamento básico até 31 de dezembro de 2022, manter controle e dar publicidade sobre o seu cumprimento, bem como comunicar os respectivos dados à ANA para inserção no Sinisa.

Parágrafo único. Serão considerados planos de saneamento básico os estudos que fundamentem a concessão ou a privatização, desde que contenham os requisitos legais necessários.

Art. 20. Aplicam-se apenas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário os seguintes dispositivos:



I – da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, o § 8º do art. 13;

II – da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007:

a) o art. 8º;

b) o art. 10;

c) o art. 10-A.

Art. 21. Compete ao Município promover o licenciamento ambiental das atividades, empreendimentos e serviços de saneamento básico.

§ 1º Se não existir órgão municipal para cumprimento do estabelecido no **caput** deste artigo, será competente o órgão de licenciamento ambiental estadual.

§ 2º A aprovação do licenciamento de projeto de saneamento básico terá prioridade sobre os demais que tramitem no órgão ambiental.

Art. 22. Substitua-se, no art. 11 e nos Anexos I e I-A da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, a expressão “Especialista em Recursos Hídricos” por “Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico”.

Art. 23. Revogam-se:

I – o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

II – o § 1º (antigo parágrafo único) do art. 3º da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

III – os seguintes dispositivos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005:

a) o § 1º do art. 12;

b) o § 6º do art. 13;

IV – os seguintes dispositivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007:

a) os §§ 1º e 2º do art. 10;

b) os arts. 14, 15 e 16;

c) os incisos I e II do **caput** do art. 21;

d) o inciso I do **caput** do art. 31;

e) o inciso I do **caput** do art. 35;

V – os seguintes dispositivos da Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017:

a) o parágrafo único do art. 1º;

b) o § 3º do art. 4º.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Dispositivos vetados em destaque



Publicação da Mensagem Presidencial nº 402, de 2020, em 21 de julho de 2020, recebida em 21/7/2020, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 923/2020), que "Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil". (Veto nº 31, de 2020).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 19 de agosto de 2020.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 31, DE 2020

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2020 (oriundo da MPV nº 923/2020), que "Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil"

Mensagem nº 402 de 2020, na origem
DOU de 21/07/2020

Recebido o veto no Senado Federal: 21/07/2020
Sobrestando a pauta a partir de: 20/08/2020

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 23/07/2020



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- § 4º do art. 1ºA da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 6º do art. 1ºA da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 2º do art. 1ºB da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 5º do art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com a redação dada pelo art. 3º do projeto



MENSAGEM Nº 402

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2020 (MP nº 923/20), que “Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil”.

Ouvidos, os Ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 4º do art. 1º-A da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, acrescido pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“§ 4º O cadastro previsto no § 3º deste artigo poderá ser realizado também por telefone.”

Razões do veto

“Em que pese a boa intenção do legislador em ampliar a participação do interessado por meio telefônico, incluindo o cadastramento nas operações a que se refere, o dispositivo enseja potencial ofensa ao direito do consumidor, podendo onerá-lo no custo das chamadas telefônicas para realizar tal cadastro, podendo, inclusive, contrair dívidas abusivas em face da duração dessas ligações ante o desconhecimento do participante. Por fim, tal medida permite a burla do § 3º do mesmo dispositivo, que prevê maior rigor no cadastro.”

O Ministério da Economia opinou, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:



2

§ 6º do art. 1º-A da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, acrescido pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“§ 6º Não depende da autorização prevista no **caput** deste artigo a distribuição gratuita de prêmios realizada durante a programação normal das permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.”

§ 5º do art. 4º-da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, alterado pelo art. 3º do projeto de lei de conversão

“§ 5º Não depende da autorização prevista no **caput** deste artigo a distribuição gratuita de prêmios até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado anualmente pela variação do INPC, observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.”

Razões dos vetos

“A permissão conferida pelos dispositivos, sem a previsão de autorização prévia do poder público, inviabiliza a demanda fiscalizatória que garante mecanismos de controle do Estado, principalmente, no que tange à lavagem de dinheiro, à sonegação fiscal e à adoção de práticas de proteção.”

§ 2º do art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, acrescido pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“§ 2º Salvo quando o edital de licitação do serviço de radiodifusão comercial prever correção monetária do valor ofertado pela outorga, o pagamento do preço público será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a partir da aprovação da outorga pelo Congresso Nacional.”

Razões do veto

“O dispositivo, ao prever a atualização monetária a partir da aprovação da outorga pelo Congresso Nacional, nos casos em que o edital de licitação for omissivo, acarreta renúncia de receita sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que viola o art. 113 do ADCT, bem como o art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019).”



3

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de julho de 2020.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei de Conversão nº 16 de 2020*

(oriundo da Medida Provisória nº 923 de 2020)

Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por emissoras de radiodifusão de sons e imagens, bem como por organizações da sociedade civil.

Art. 2º A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 1º-A, 1º-B e 13-A:

“Art. 1º-A. Depende de prévia autorização a distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão.

§ 1º A autorização referida no **caput** deste artigo poderá ser concedida isoladamente a concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão ou a pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, do mesmo grupo dessas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão.

§ 2º O ato de autorização deverá impor limitação, por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de participação em sorteios, vales-brindes, concursos ou operações assemelhadas.

§ 3º A participação do interessado será precedida de cadastro, por meio de aplicativo, de programa de computador ou de outra plataforma digital, que contenha o CPF, e a empresa autorizada deverá assegurar o sigilo das informações prestadas, vedado o cadastro de menores de 18 (dezoito) anos.

§ 4º O cadastro previsto no § 3º deste artigo poderá ser realizado também por telefone.

§ 5º São vedadas:

- I – a realização de operações que configurem jogo de azar ou bingo;
- II – a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.

§ 6º Não depende da autorização prevista no **caput** deste artigo a distribuição gratuita de prêmios realizada durante a programação normal das permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado



anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.”

“Art. 1º-B. Além das exigências previstas no art. 1º-A desta Lei, as concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão deverão estar devidamente licenciadas para execução do serviço, ou autorizadas a funcionar em caráter provisório ou precário.

§ 1º Em qualquer caso, a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão, quando devido em decorrência de processo de licitação, poderá ser feita mediante parcelamento mensal pelo tempo previsto na concessão ou permissão, por solicitação do requerente, o que não inviabilizará o licenciamento da estação ou o funcionamento em caráter provisório ou precário.

§ 2º Salvo quando o edital de licitação do serviço de radiodifusão comercial prever correção monetária do valor ofertado pela outorga, o pagamento do preço público será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a partir da aprovação da outorga pelo Congresso Nacional.”

“Art. 13-A. A realização de operações previstas no art. 1º-A desta Lei sem prévia autorização ou daquelas que, ainda que autorizadas, não cumpram o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuem a finalidade da operação, sujeita os infratores às seguintes sanções, aplicáveis separada ou cumulativamente:

I – cassação da autorização;

II – proibição de realizar as operações durante o prazo de até 3 (três) anos;

III – multa de até 100% (cem por cento) da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios.”

Art. 3º Os arts. 1º, 2º e 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 4º Os sorteios previstos neste artigo obedecerão aos resultados da extração das Loterias Federais.

.....” (NR)

“Art. 2º Além da empresa autorizada, nenhuma outra pessoa natural ou jurídica poderá participar do resultado financeiro das operações de que tratam os arts. 1º e 1º-A desta Lei, ainda que a título de recebimento de **royalties**, de aluguéis de marcas e de nomes ou assemelhados.” (NR)

“Art. 4º A distribuição de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada realizada por organizações da sociedade civil, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio, depende de prévia autorização.



§ 1º Compete ao Ministério da Economia promover a regulamentação, a fiscalização e o controle das autorizações dadas nos termos deste artigo, que ficarão sujeitas às seguintes exigências:

a) comprovação de que a requerente satisfaz as condições especificadas nesta Lei e de que se enquadra nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

d) embasamento nos resultados da extração das Loterias Federais, admitidos outros meios caso o sorteio se processe exclusivamente em programas públicos nos auditórios das estações de rádio ou de televisão.

§ 1º-A. Para realizar as operações de que trata esta Lei, as organizações da sociedade civil devem apresentar, entre seus objetivos sociais, pelo menos uma das seguintes finalidades:

I – promoção da assistência social;

II – promoção da cultura e defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III – promoção da educação;

IV – promoção da saúde;

V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII – promoção do voluntariado;

VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX – experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII – realização, no caso de organizações religiosas, de atividades de interesse público e de cunho social distintas daquelas com fins exclusivamente religiosos;

XIII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas e produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades mencionadas neste artigo.

§ 1º-B. São vedadas:

I – a participação de entidades beneficiadas na forma deste artigo em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;

II – a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.

§ 2º Sempre que for comprovado o desvirtuamento da aplicação dos recursos oriundos dos sorteios autorizados nos termos deste artigo ou o



descumprimento do plano de distribuição de prêmios, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 13 desta Lei.

.....
§ 4º Caberá à regulamentação tratar da limitação do número de sorteios e da aplicação de taxa de fiscalização das operações promovidas por organizações da sociedade civil.

§ 5º Não depende da autorização prevista no **caput** deste artigo a distribuição gratuita de prêmios até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado anualmente pela variação do INPC, observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.” (NR)

Art. 4º Ficam convalidadas as autorizações concedidas à concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão a partir de 2 de março de 2020 até a publicação desta Lei.

Art. 5º Revoga-se o inciso III do **caput** do art. 84-B da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Dispositivos vetados em destaque



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2020**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 82, DE 2020**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 968, de 19 de maio de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 20, do mesmo mês e ano, que “Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 83, DE 2020**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

RELATOR: Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA)

Designação: 14/08/2019

Instalação: 28/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁷⁾	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ^(3,18,22)	2. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ^(19,22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁵⁾
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁷⁾
Lucas Barreto - AP ^(27,34,35)	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾	1. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo - PSL/AM ^(18,25)	1. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽¹⁸⁾
Átila Lins - PP/AM ⁽¹⁸⁾	2. Claudio Cajado - PP/BA ⁽¹⁸⁾
Edilázio Júnior - PSD/MA ⁽¹⁶⁾	3. Sidney Leite - PSD/AM ⁽³²⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽⁹⁾	4. VAGO
Zé Vitor - PL/MG ^(10,30)	5. Raimundo Costa - PL/BA ^(10,30)
Aroldo Martins - REPUBLICANOS/PR ⁽¹¹⁾	6. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS ⁽¹¹⁾
Luiz Carlos - PSDB/AP ⁽²¹⁾	7. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁹⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino - PDT/CE ^(18,23,28)	1. Acácio Favacho - PROS/AP ⁽¹⁸⁾
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP ⁽¹²⁾	2. Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽²⁶⁾
PT	
Leonardo Monteiro - MG ^(13,33)	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹³⁾
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ^(18,20)	1. Lídice da Mata - BA ^(18,20)
PSOL ⁽¹⁾	
Talíria Petrone - RJ ^(18,24)	1. Edmilson Rodrigues - PA ^(18,31)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
- Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do PP.
- Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 17/2019 da Liderança do PSD.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner (PT) e Paulo Rocha (PT); e, como suplentes, o Senador Telmário Mota (PROS) e a Senadora Zenaide Maia (PROS), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 53/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro titular, o Senador Zequinha Marinho (PSC); e como suplente, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
- Designado, como membro titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 184/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Costa (PL); e, como suplente, o Deputado Zé Vitor (PL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 212/2019 da Liderança do PL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Aroldo Martins (PRB); e, como suplente, o Deputado Carlos Gomes (PRB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do PRB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Roberto de Lucena (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT); e, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (PT), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 294/2019 da Liderança do PT.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Confúcio Moura (MDB); e, como suplentes, os Senadores Márcio Bittar (MDB) e Eduardo Braga (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 173/2019 da Liderança do MDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA); e, como suplente, a Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Deputado Edilázio Júnior (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 314/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PSDB.
- Parlamentares designados com base no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 4º, § 2º, da Resolução nº 4/2008-CN: Senador Tasso Jereissati (PSDB) e Deputados Luciano Bivar (PSL), Delegado Waldir (PSL), Átila Lins (PP), Claudio Cajado (PP), Damião Feliciano (PDT), Wolney Queiroz (PDT), Gonzaga Patriota (PSB), Átila Lira (PSB), Ivan Valente (PSOL) e Luiza Erundina (PSOL).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em vaga existente, em 15.8.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 79](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Camilo Capiberibe (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB); e, como suplente, é designada a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB), em 16.8.2019, conforme Ofício nº 203/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 80](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



21. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 465/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 29/08/2019, p. 320](#))
22. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em substituição ao Senador Styvenson Valentim (PODE), que passa à condição de suplente, em 27.8.2019, conforme Ofício nº 98/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/08/2019, p. 316](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), em substituição ao Deputado Damião Feliciano (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 309/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 318](#))
24. Designada, como membro titular, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 29/08/2019, p. 317](#))
25. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em substituição ao Deputado Luciano Bivar (PSL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 319](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Moraes (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 97](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente; e, como suplentes, são designados os Senadores Otto Alencar (PSD) e Angelo Coronel (PSD), em vagas existentes, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 130/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 96](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Acácio Favacho (PROS), em substituição ao Deputado Wolney Queiroz (PDT), em vaga cedida, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 98](#))
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Alan Rick (DEM), em vaga existente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 762/2019 da Liderança do DEM.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor (PL), em substituição ao Deputado Raimundo Costa (PL), que passa à condição de suplente, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 229/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 225](#))
31. Designado, como membro suplente, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), em substituição à Deputada Luiza Erundina (PSOL), em 02.10.2019, conforme Memo nº 192/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 03/10/2019, p. 229](#))
32. Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (PSD), em vaga existente, em 8.10.2019, conforme Ofício nº 444/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 10/10/2019, p. 823](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado José Airton (PT), em substituição ao Deputado Leonardo Monteiro (PT), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 677/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/12/2019, p. 161](#))
34. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD/SF. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2020, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD/SF.

Secretário: CAROLINA FREITAS MENDONÇA MARIANO

Telefone(s): (61) 3303-3229

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9)	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT.



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

RELATOR: VAGO

Designação: 07/08/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Simone Tebet - MDB/MS ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽¹⁶⁾	1. Juíza Selma - PODEMOS/ES ⁽¹⁹⁾
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁵⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁵⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	1. Paulo Paim - PT/RS ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Carla Dickson - PROS/RN ⁽²³⁾	1. VAGO
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹⁵⁾	2. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Flordelis - PSD/RJ ⁽⁹⁾	3. VAGO
Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Policial Katia Sastre - PL/SP ⁽¹¹⁾	5. Flávia Arruda - PL/DF ⁽¹¹⁾
Aline Gurgel - REPUBLICANOS/AP ⁽¹²⁾	6. Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP ⁽¹²⁾
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Flávia Moraes - PDT/GO ⁽¹⁷⁾	1. VAGO
Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
Luizianne Lins - CE ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽²¹⁾	1. VAGO ^(21,22)
PSOL ⁽¹⁾	
Áurea Carolina - MG ⁽²⁰⁾	1. Talíria Petrone - RJ ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Simone Tebet (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do MDB.
3. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 48/2019 da Liderança do PP.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PODEMOS.
5. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Leila Barros (PSB) e Eliziane Gama (CIDADANIA); e, como suplente, é designado o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 7.8.2019, conforme Memorando nº 92/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
6. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (PROS; e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Paim (PT) e Jean Paul Prates (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. [Obs.: A indicação da Senadora Renilde Bulhões (PROS) constou no ofício da liderança, porém a indicada não estava no exercício do mandato parlamentar na data da designação - 07/08/2019].
8. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo (DEM); e, como suplente, é designado o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flordelis (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PT.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Policial Katia Sastre (PL); e, como suplente, a Deputada Flávia Arruda (PL), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PL.
12. Designada, como membro titular, a Deputada Aline Gurgel (PRB); e, como suplente, a Deputada Maria Rosas (PRB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PL.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Léo Moraes (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do PODEMOS.
14. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 295/2019 da Liderança do PT.
15. Designada, como membro titular, a Deputada Margarete Coelho (PP); e, como suplente, a Deputada Angela Amin (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
16. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 8.8.2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 148](#))
17. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes (PDT), em 13.8.2019, conforme Ofício nº 296/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 150](#))
18. Instalação e eleição da Presidência em 14/08/2019.
19. Designada, como membro suplente, a Senadora Juíza Selma (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 14.8.2019, conforme Ofício nº 73/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 149](#))
20. Designada, como membro titular, a Deputada Áurea Carolina (PSOL); e, como suplente, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/08/2019, p. 151](#))
21. Designados, como membro titular, o Deputado Vilson da Fetaemg (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em vagas existentes, em 16.8.2019, conforme Ofício nº 204/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 81](#))



22. Dispensada a participação da Deputada Rosana Valle (PSB), em 23/9/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 389](#))

23. 10/07/2020: Designada como titular a Deputada Carla Dickson (PROS/RN). (Of. 74/2020 da Liderança do PSL)

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Heitor Freire - PSL/CE ^(17,30)	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Paes Landim (29)	14. Santini - PTB/RS
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP.

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽¹⁸⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁸⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁸⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁸⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,13)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁴⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁴⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁴⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,22)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁷⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²¹⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁵⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Silvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
13. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB)
14. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
17. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
18. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS.
22. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD.

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 905/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

RELATOR: Christino Aureo (PP-RJ)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁾	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(13,28)	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁰⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴¹⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁴¹⁾	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(8,16)	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Irajá - TO	2. Carlos Viana - MG ^(7,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ^(10,47)	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁰⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Christino Aureo - PP/RJ ⁽³⁾	1. Carlos Chiodini - MDB/SC ⁽²³⁾
Hildo Rocha - MDB/MA ^(23,38,39,43)	2. Átila Lira - PP/PI ⁽²⁴⁾
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rogério Correia - MG ⁽¹⁷⁾
PSL	
Felício Laterça - RJ ^(4,15,31,33,36,45)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(4,15,29,34,40,42)
PSD	
Sidney Leite - AM ⁽³⁰⁾	1. Hugo Leal - RJ ⁽²⁶⁾
PL	
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽²¹⁾	1. Lincoln Portela - MG ⁽¹⁹⁾
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽¹⁸⁾	1. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁸⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²⁷⁾	1. Ossesio Silva - PE ⁽²⁷⁾
PSDB	
Eduardo Cury - SP ⁽³²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Kim Kataguiri - SP ⁽⁵⁾	1. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁴⁾
PDT	
Paulo Ramos - RJ ⁽³⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁹⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Léo Moraes - RO ^(11,46)
SOLIDARIEDADE	
Paulo Pereira da Silva - SP ⁽⁶⁾	1. Orlando Silva - PCdoB/SP ^(12,35,44)

Notas:

- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 230/2019 - Liderança do MDB)
- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Of. 140/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Christino Aureo. (Of. 387/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguiri. (Of. 825/2019 - Liderança do DEM)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Pereira da Silva. (Of. 212/2019 - Liderança do Solidariedade)
- 19/11/2019: Designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 164/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 202](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 162/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 201](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 380/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 21/11/2019, p. 205](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 126/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 200](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 271/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 204](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Vergílio. (Of. 213/2019 - Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 28/11/2019, p. 339](#))
- 20/11/2019: Designada como titular a Senadora Mailza Gomes, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 80/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 199](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 829/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 347](#))
15. 21/11/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Bia Kicis; Como suplente, o Deputado Sanderson substitui o Deputado Carlos Jody. (Of. 473/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 345](#))
16. 21/11/2019: Designado como Titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a assumir a vaga de suplente em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of.166, Liderança do PSD) ([DCN de 28/11/2019, p. 338](#))
17. 26/11/2019: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 673/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 28/11/2019, p. 346](#))
18. 27/11/2019: Designado o Deputado Danilo Cabral como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; Como suplente, designa-se o Deputado Bira do Pindaré em substituição ao Deputado Elias Vaz. (Of.321, Liderança PSB) ([DCN de 28/11/2019, p. 342](#))
19. 27/11/2019: Designado o Deputado Lincoln Portela como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of.395, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 343](#))
20. 27/11/2019: Designado o Senador Plínio Valério como titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of.122, Liderança PSDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 337](#))
21. 27/11/2019: Designado o Deputado Lucas Vergílio como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of.403, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 344](#))
22. 27/11/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 106/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 336](#))
23. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Herculiano Passos; designado como suplente o Deputado Carlos Chiodini. (Of. 223/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 340](#))
24. 27/11/2019: Designado como suplente o Deputado Atila Lira. (Of. 224/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 341](#))
25. 04/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 110/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 05/12/2019, p. 175](#))
26. 04/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 722/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 176](#))
27. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Julio Cesar Ribeiro, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Ossesio Silva, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 228/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 574](#))
28. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Mailza Gomes. (Of. 84/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 12/12/2019, p. 573](#))
29. 11/12/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Sanderson. (Of. 505/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 575](#))
30. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 531/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 12/12/2019, p. 576](#))
31. 11/12/2019: Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
32. 12/12/19: Designado como titular o Deputado Eduardo Curly, substituindo o Deputado Carlos Sampaio. (Of. 685 Liderança PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 195](#))
33. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
34. 19/02/2020: Desligado da Suplência o Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL).
35. 04/02/2020: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro. (Of. 2/2020 da Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 06/02/2020, p. 40](#))
36. 04/02/2020 (às 15h39): Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 9/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 06/02/2020, p. 41](#))
37. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Paulo Ramos, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 3/2020 da Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 194](#))
38. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Herculano Passos. (Of. 2/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 261](#))
39. 18/02/2020: Deputado Darcísio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).
40. 19/02/2020: Desligamento do Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 35](#))
41. 03/03/2020: Designado o Senador Randolfe Rodrigues como titular, designado como suplente o Senador Fabiano Contarato. (Of.012/2020, Liderança Senado Independente)
42. 03/03/2020: Designada como suplente a Deputada Dra. Soraya Manato. (Of.37/2020 da Liderança do PSL)
43. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi. (Of. 51/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB)
44. 04/03/2020: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro. (Of.15/2020 - Liderança do Solidariedade)
45. 10/03/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 48/2020 da Liderança do PSL)
46. 10/03/2020: Designado como suplente o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (Sem Partido)
47. 17/03/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Lasier Martins. (Of. 030/2020 - Liderança do Podemos)

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 907/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 907, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 907, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Luis Carlos Heinze (PP-RS)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Newton Cardoso Jr (MDB-MG)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 29/11/2019**Instalação:** 11/12/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹³⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹³⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹³⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹³⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ^(2,11)	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽²⁷⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹²⁾	1. Kátia Abreu - PP/TO ⁽²¹⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ^(23,35)	2. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽³⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁴⁾
Paulo Albuquerque ^(4,34)	2. Carlos Viana - MG ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ^(31,32)	1. Jaques Wagner - PT/BA ^(31,32)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(31,32)	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁵⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ⁽⁵⁾
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁹⁾	1. Reguffe - DF ^(19,36)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Felipe Carreras - PSB/PE ⁽²²⁾	1. Herculano Passos - MDB/SP ⁽¹⁷⁾
Newton Cardoso Jr - MDB/MG	2. Clarissa Garotinho - PROS/RJ ⁽¹⁸⁾
PT	
Helder Salomão - ES ⁽²⁰⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽²⁰⁾
PSL	
Heitor Freire - CE ^(25,30,39)	1. VAGO ^(25,30,39)
PSD	
Exedito Netto - RO ^(6,10,37)	1. Vermelho - PR ⁽⁶⁾
PL	
Fernando Rodolfo - PE ⁽⁷⁾	1. Magda Mofatto - GO ⁽⁷⁾
PSB	
Bira do Pindaré - MA ⁽²⁹⁾	1. Aliel Machado - PR ⁽²⁹⁾
REPUBLICANOS	
Vinicius Carvalho - SP ⁽²⁴⁾	1. Amaro Neto - ES ⁽²⁶⁾
PSDB	
Roberto Pessoa ⁽¹⁵⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Paulo Azi - BA ^(8,14)	1. Leur Lomanto Júnior - BA ⁽¹⁴⁾
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹⁶⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽²⁸⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(33,38)	1. Bacelar - BA
PCdoB ⁽¹⁾	
Márcio Jerry - MA ⁽⁹⁾	1. Daniel Almeida - BA ⁽⁹⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do Art. 10-A do Regimento Comum.
2. 29/11/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designado como suplente o Senador Esperidião Amin. (Of. 82/2019 - Liderança do PP)
3. 29/11/2019: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha. (Of. 125/2019 - Liderança do PSDB)
4. 29/11/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como titular o Senador Lucas Barreto; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 168/2019 - Liderança do PSD)
5. 29/11/2019: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues; designado como suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 79/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda)
6. 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Marx Beltrão; designado como suplente o Deputado Vermelho. (Of. 515/2019 - Liderança do PSD)
7. 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo; designada como suplente a Deputada Magda Mofatto. (Of. 406/2019 da Liderança do PL)
8. 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 857/2019 da Liderança do DEM)
9. 12/12/19: Designados como titular e suplente os Deputados Márcio Jerry e Daniel Almeida. (Of. 133 Liderança PCdoB)
10. 12/12/19: Desligado da vaga de titular o Deputado Marx Beltrão. (Of. 550 Liderança PSD)
11. 02/12/2019: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 82/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 05/12/2019, p. 179](#))
12. 03/12/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 144/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 05/12/2019, p. 180](#))



13. 03/12/2019: Designado como titular o Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Dario Berger, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Jarbas Vasconcelos. (Of. 244/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 05/12/2019, p. 181](#))
14. 04/12/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Azi, em substituição ao Deputado Leur Lomanto Júnior; designado como suplente o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 862/2019 da Liderança do DEM) ([DCN de 05/12/2019, p. 182](#))
15. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Roberto Pessoa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 648/2019 da Liderança do PSDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 591](#))
16. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Fábio Henrique, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 396/2019 da Liderança do PDT) ([DCN de 12/12/2019, p. 590](#))
17. 05/12/2019: Designado como suplente o Deputado Herculano Passos. (Of. 240/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 587](#))
18. 10/12/2019: Designada como suplente a Deputada Clarissa Garotinha. (Of. 241/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 588](#))
19. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 131/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 582](#))
20. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Helder Salomão, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 685/2019 da Liderança do PT) ([DCN de 12/12/2019, p. 592](#))
21. 10/12/2019: Designada como suplente a Senadora Kátia Abreu, em substituição à Senadora Leila Barros. (Of. 148/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/12/2019, p. 583](#))
22. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felipe Carreras (PSB), em substituição ao Deputado Arthur Lira (PP), em vaga cedida. (Of. 239/2019 - Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 586](#))
23. 11/12/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 150/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/12/2019, p. 584](#))
24. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Vinicius Carvalho, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus. (Of. 241/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 589](#))
25. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça em substituição à Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
26. 12/12/19: Designado como suplente o Deputado Amaro Neto, substituindo o Deputado João Roma. (Of. 248 Liderança Republicanos)
27. 12/12/19: Designado como suplente o Senador Izalci Lucas. (Of. 128 Liderança PSDB)
28. 12/12/19: Designado como suplente o Deputado Sérgio Vidigal, substituindo o Deputado Afonso Motta. (Of. 397 Liderança PDT)
29. 12/12/2019: Designados como titular e suplente os Deputados Bira do Pindaré e Aliel Machado. (Of. 351 Liderança PSB)
30. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Daniel Silveira, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
31. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 118/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
32. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 118/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
33. 18/12/2019: Designada como titular a Deputada Renata Abreu, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 311/2019 da Liderança do PODEMOS)
34. 04/02/2020: Designado como titular o Senador Paulo Albuquerque, em substituição ao Senador Lucas Barreto. (Of. 14/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 06/02/2020, p. 48](#))
35. 04/02/2020: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Acir Gurgacz; designado como suplente o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 1/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 06/02/2020, p. 42](#))
36. 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Reguffe, em substituição ao Senador Álvaro Dias. (Of. 11/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 200](#))
37. 12/02/2020: Designado como titular o Deputado Expedito Netto. (Of. 32/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 20/02/2020, p. 38](#))
38. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado José Nelto, em substituição a Deputada Renata Abreu. (Of. 25/2020 da Liderança do PODEMOS). ([DCN de 20/02/2020, p. 37](#))
39. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Heitor Freire. Desligado o Deputado Carlos Jordy da suplência. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 909/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 909, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 909, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 12/12/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽⁶⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁶⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽⁶⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁶⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽²⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Paulo Albuquerque ⁽¹¹⁾	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽¹¹⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽¹¹⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁷⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Reguffe - DF ⁽¹⁵⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽⁸⁾	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Heitor Freire - CE ⁽³⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Vitor Lippi - SP ⁽¹²⁾	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Luis Miranda - DF ^(5,10)	1. Pedro Lupion - PR ⁽¹⁰⁾
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹³⁾	1. André Figueiredo - CE ⁽¹³⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
NOVO ⁽¹⁾	
Alexis Fonteyne - SP ⁽⁴⁾	1. Paulo Ganime - RJ ⁽⁴⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. 12/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin; designado como suplente a Senadora Mailza Gomes. (Of. 86/2019 da Liderança do PP)
3. 12/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Heitor Freire. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL)
4. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Alexis Fonteyne, em substituição ao Deputado Marcel van Hattem; designado como suplente o Deputado Paulo Ganime, em substituição ao Deputado Tiago Mitraud. (Of. 144/2019 da Liderança do NOVO)
5. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 884/2019 da Liderança do DEM)
6. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Luiz Pastore, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Fernando Bezerra, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como suplente o Senador Renan Calheiros; designado como suplente o Senador Dário Berger. (Of. 253/2019 da Liderança do MDB)
7. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 121/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
8. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 247/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
9. 17/12/2019: Designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 136/2019 da Liderança do PODEMOS)



10. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Luís Miranda, em substituição ao Deputado Pedro Lupion; designado como suplente o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 886/2019 da Liderança do DEM)
11. 04/02/2020: Designado como titular o Senador Paulo Albuquerque, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Arolde Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 9/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 06/02/2020, p. 44](#))
12. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Vitor Lippi, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 4/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 204](#))
13. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 4/2020 - Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 203](#))
14. 07/02/2020: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 6/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 205](#))
15. 11/02/2019: Designado como titular o Senador Reguffe, em substituição ao Senador Álvaro Dias. (Of. 12/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 206](#))

Secretário: Tiago Brum

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 914/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 914, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 914, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/02/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁸⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁸⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁸⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽⁸⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽¹⁵⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ^(9,10)	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁰⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Prisco Bezerra ⁽²¹⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Irajá - TO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽¹⁹⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁹⁾	2. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ^(11,17)	1. Styvenson Valentim - RN ⁽¹¹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. Luísa Canziani - PTB/PR ⁽¹³⁾
Raul Henry - MDB/PE ⁽⁵⁾	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS ⁽²⁾	1. Margarida Salomão - MG ⁽²⁾
PSL	
Professora Dayane Pimentel - BA ^(3,14,22)	1. Nereu Crispim - RS ^(3,22)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽¹²⁾	1. Marcão Gomes - RJ ⁽¹⁸⁾
PSB	
Elias Vaz - GO ⁽¹⁶⁾	1. Danilo Cabral - PE ⁽¹⁶⁾
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO ⁽¹⁾	1. Alexandre Leite - SP
PDT	
Sergio Vidigal - ES ⁽⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁶⁾
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽²⁰⁾	1. Bacelar - BA
CIDADANIA	
Araldo Jardim - SP	1. Da Vitoria - ES

Notas:

- 11/02/2020: Designada como titular a Deputada Dorinha Seabra Rezende, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 8/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 13/02/2020, p. 220](#))
- 05/02/2020: Designado como titular o Deputado Paulo Pimenta; designada como suplente a Deputada Margarida Salomão. (Of. 3/2020 da Liderança do PT) ([DCN de 06/02/2020, p. 50](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311) ([DCN de 13/02/2020, p. 219](#))
- 07/02/2020: Designado como titular a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL), que passa à condição de suplente. (Of. 5/2020 da Liderança do PSL)
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Raul Henry (MDB), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB). (Of. 14/2020 da Liderança do Bloco MDB PP PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 223](#))
- 07/02/2020: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT). (Of. 5/2020 da Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 218](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Sérgio Vidigal (PST), em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 1/2020 da Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 215](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Confúcio Moura (MDB) e Luiz do Carmo (MDB), em substituição aos Senadores Eduardo Braga (MDB) e Márcio Bittar (MDB), respectivamente. Designados como suplentes os Senadores Mecias de Jesus (Republicanos) e Jarbas Vasconcelos (MDB), em vagas existentes. (Of. 3/2020 da Liderança do MDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 216](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 9/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 221](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



10. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Roberto Rocha, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que passa a assumir a vaga de suplente. (Of. 18/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 226](#))
11. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Reguffe e o Senador Styvenson Valentim como suplente, em substituição aos Senadores Álvaro Dias e Eduardo Girão. (Of. 14/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 224](#))
12. 11/02/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 08/2020 da Liderança do PL)
13. 11/02/2020: Designado como suplente a Deputada Luisa Canziani. (Of. 10/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 225](#))
14. 11/02/2020: Designada como titular a Deputada Soraya Manato, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 12/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 13/02/2020, p. 222](#))
15. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Esperidião Amin. (Of. 3/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 13/02/2020, p. 217](#))
16. 12/02/2020: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; designado como suplente o Deputado Danilo Cabral. (Of. 9/2020 da Liderança do PSB) ([DCN de 20/02/2020, p. 44](#))
17. 17/02/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Reguffe. (Of. 24/2020 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 20/02/2020, p. 45](#))
18. 18/02/2020: Designado como suplente o Deputado Marcão Gomes, (Of. n°025/2020 da Liderança de PL). ([DCN de 20/02/2020, p. 46](#))
19. 18/02/2020: Designado como titular o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Telmário Mota; e designados como suplentes os Senadores Jaques Wagner e Paulo Rocha. (Of. n° 006/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática). ([DCN de 20/02/2020, p. 43](#))
20. 18/02/2020: Designado como titular o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 30/2020 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 20/02/2020, p. 47](#))
21. 03/03/2020: Designado como titular o Senador Prisco Bezerra, em substituição ao Senador Weverton. Of. 011/2020 da Liderança do Senado Independente)
22. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Professora Dayane Pimentel, como suplente, fica indicado o Deputado Nereu Crispim. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 915/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 915, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 915, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/02/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁴⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁴⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(3,13)	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁰⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁰⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Paulo Albuquerque ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹¹⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Juíza Selma ⁽⁸⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Laercio Oliveira - PP/SE ⁽¹²⁾	1. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽¹²⁾
Marcos Aurélio Sampaio - MDB/PI ⁽⁷⁾	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felipe Francischini - PR ^(2,14,15)	1. Nereu Crispim - RS ^(2,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
João Carlos Bacelar - BA ⁽⁹⁾	1. Wellington Roberto - PB ⁽⁹⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Rodrigo de Castro - MG ⁽⁶⁾	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Leur Lomanto Júnior - BA ⁽¹⁾	1. VAGO
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
AVANTE	
Luis Tibé - MG	1. Pastor Sargento Isidório - BA

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 3/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 06/02/2020, p. 51](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PP), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP), que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP). (Of. 4/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 13/02/2020, p. 229](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Dário Berger (MDB) e Marcelo Castro (MDB), em substituição aos Senadores Eduardo Braga (MDB) e Márcio Bittar (MDB). Designados como suplentes os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Renan Calheiros (MDB), em vagas existentes. (Of. 4/2020 da Liderança do MDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 228](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão (PSD) e Paulo Albuquerque (PSD), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), respectivamente. (Of. 4/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 13/02/2020, p. 230](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro (MDB), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB). (Of. 2/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 227](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB). (Of. 11/2020 da Liderança do Bloco MDB PP PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 232](#))
- 11/02/2020: Designado como titular a Senadora Juíza Selma e o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição aos Senadores Álvaro Dias e Eduardo Girão. (Of. 15/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 234](#))
- 11/02/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; designado como suplente o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 11/2020 da Liderança do PL) ([DCN de 13/02/2020, p. 233](#))



10. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Weverton; designado como suplente o Senador Weverton, em substituição à Senadora Leila Barros. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 231](#))
11. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como suplente o Senador Paulo Rocha. (Of. 7/2020 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 48](#))
12. 20/02/2020: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Arthur Lira; designado como suplente o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.(Of. n° 028/2020 da Liderança do Progressistas). ([DCN de 27/02/2020, p. 7](#))
13. 03/03/2020): Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 12/2020 da Liderança do PP)
14. 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Nicoletti, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 44/2020 da Liderança do PSL)
15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Nereu Crispim. (OF. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 919/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 919, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 919, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/02/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽⁴⁾	1. Confúcio Moura - MDB/RO
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽³⁾	3. Vanderlan Cardoso - PSD/GO ^(3,4)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽⁹⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹²⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹²⁾
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹²⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽¹⁾	1. Lasier Martins - RS ^(1,8)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
VAGO (6,13)	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ (2,10,15)	1. Heitor Freire - CE (2,10,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
José Rocha - BA (14)	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Efraim Filho - PB	1. Alexandre Leite - SP
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PSOL (11)	
Fernanda Melchionna - RS	1. Marcelo Freixo - RJ

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Senador Elmano Férrer; designado como suplente o Senador Romário. (Of. 8/2020 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 06/02/2020, p. 55](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição a Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 8/2020 da Liderança do PP/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 254](#))
- Designado como titular o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designados como suplentes o Senador Confúcio Moura e o Senador Renan Calheiros em vagas existentes (Of. 7/2020 da Liderança do MDB/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 252](#))
- Designados como titulares o Senador Nelsinho Trad e o Senador Arolde de Oliveira, em substituição, respectivamente, ao Senador Otto Alencar e ao Senador Irajá (Of. 12/2020 da Liderança do PSD/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 256](#))
- Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Baleia Rossi (Of. 8/2020 da Liderança do PP-MDB-PTB/CD). ([DCN de 13/02/2020, p. 253](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Roberto Rocha, desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 14/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 258](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Romário. (Of. 18/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 259](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Jorge Kajuru, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 9/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 255](#))



10. 11/02/2020: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Bia Kicis. (Of. 13/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 13/02/2020, p. 257](#))
11. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum: PSOL.
12. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 10/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 59](#))
13. 18/02/2020: Deputado Darcisio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).
14. 11/03/2020: Designado como titular o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 42/2020 - Liderança do PL)
15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, como suplente, fica indicado o Deputado Heitor Freire. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 922/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 922, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 922, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 04/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Antonio Anastasia - MG ⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾
Vanderlan Cardoso - GO ⁽⁶⁾	2. Paulo Albuquerque - PT/SE ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Marcos Rogério - DEM/RO
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSC, PSD, PSDB, PSL, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE	
Nicoletti - PSL/RR	1. Nereu Crispim - PSL/RS ⁽⁵⁾
Fernando Rodolfo - PL/PE ⁽³⁾	2. VAGO
Arthur Lira - PP/AL	3. VAGO
Diego Andrade - PSD/MG	4. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	5. VAGO
Carlos Sampaio - PSDB/SP	6. VAGO
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR	7. VAGO
Kim Kataguiri - DEM/SP ⁽⁴⁾	8. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Igor Timo - MG
PCdoB ⁽¹⁾	
Perpétua Almeida - AC	1. Renildo Calheiros - PE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. 04/03/2020: Designados como titulares os Senadores Marcelo Castro e Confúcio Moura; designados como suplentes os Senadores Márcio Bittar e Luiz do Carmo. (Of. 12/2020 da Liderança do MDB)
3. 05/03/2020: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 033/2020 da Liderança do PL/CD.)
4. 12/03/2020: Designado como membro titular o Deputado Kim Kataguiri, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 061/2020 - Liderança do PP)
5. 18/3/2020: Designado o Deputado Nereu Crispim como suplente. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)
6. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Antonio Anastasia em substituição ao Senador Otto Alencar, e o Senador Vanderlan Cardoso em substituição ao Senador Irajá. Designados como suplentes o Senador Sérgio Petecão em substituição ao Senador Angelo Coronel, e o Senador Paulo Albuquerque. (Of. 35/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s): 3303-4256**

CMMPV 923/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 923, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 923, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁵⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁵⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁵⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽²⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁶⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁷⁾
PSD	
Omar Aziz - AM ⁽¹⁵⁾	1. Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁵⁾
Angelo Coronel - BA ⁽¹⁵⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Marcos Rogério - DEM/RO
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ⁽¹¹⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, PSDB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE	
Felipe Francischini - PSL/PR ⁽¹⁴⁾	1. Delegado Pablo - PSL/AM ⁽¹⁴⁾
Fernando Monteiro - PP/PE ⁽¹³⁾	2. Cacá Leão - PP/BA ⁽¹³⁾
Cezinha de Madureira - PSD/SP ⁽⁹⁾	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽³⁾	4. VAGO
João Carlos Bacelar - PL/BA ^(3,12)	5. VAGO
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR	6. VAGO
Carlos Sampaio - PSDB/SP	7. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB	8. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSB	
Felipe Carreras - PE ⁽¹⁰⁾	1. Elias Vaz - GO
PDT	
Eduardo Bismarck - CE ⁽⁸⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Bacelar - BA ⁽⁴⁾	1. Eduardo Braide - MA
NOVO ⁽¹⁾	
Paulo Ganime - RJ	1. Vinicius Poit - SP

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 05/03/2020: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designada como suplente a Senadora Mailza Gomes. (Of. 18/2020 - Liderança do PP)
- 05/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. 57/2020 da Liderança do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, PSC, AVANTE, PATRIOTA)
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Bacelar, em substituição ao Deputado Léo Moraes. (Of. 49/2020 - Liderança do Podemos)
- 11/03/2020: Designados como titulares os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus (Republicanos), designados como suplentes os Senadores Dário Berger Nogueira e Jader Barbalho. (Of. 18/2020 - Liderança do MDB)
- 10/03/2020: Designado como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 10/03/2020: Designado como Suplente o Senador Ranfolfe Rodrigues, em substituição a Senadora Eliziane Gama. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Eduardo Bismarck, em substituição ao Deputado Wolney Queiroz. (Of. 27/2020 - Liderança do PDT)
- 12/03/2020: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 066/2020 -PP)
- 12/03/2020: Designado como membro titular o Deputado Felipe Carreras, em substituição ao Deputado Alessandro Molon. (Of. 020/2020 - Liderança do PSB)
- 16/03/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. 026/2020 - Liderança do Podemos)
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar em substituição ao deputado Wellington Roberto. (Of. 71/2020 - Liderança do PP)
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado Fernando Monteiro, em substituição ao Deputado Arthur Lira. Como suplente, indica o Deputado Cacá Leão. (Of. 64/2020 - Liderança do PP)
- 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Delegado Pablo. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)
- 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Omar Aziz em substituição ao Senador Otto Alencar, e o Senador Angelo Coronel em substituição ao Senador Irajá. Designados como suplentes o Senador Vanderlan Cardoso em substituição ao Senador Angelo Coronel, e o Senador Otto Alencar. (Of. 34/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 925/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 925, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 925, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 23/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO (1,5)	1. Carlos Viana - MG (1)
Sérgio Petecão - AC (1)	2. Paulo Albuquerque - PT/SE (1)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Wellington Roberto - PL/PB	1. VAGO
Arthur Lira - PP/AL	2. VAGO
Diego Andrade - PSD/MG	3. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	4. VAGO
Arthur Oliveira Maia - DEM/BA ⁽⁴⁾	5. Leur Lomanto Júnior - DEM/BA ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽²⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽²⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
CIDADANIA ⁽³⁾	
Arnaldo Jardim - SP	1. Paula Belmonte - DF

Notas:

- 19/03/2020: Designados como titulares o Senador Irajá e o Senador Sérgio Petecão; designados como suplentes o Senador Carlos Viana e o Senador Paulo Albuquerque. (Of. 38/2020 - Liderança do PSD)
- 19/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Arthur Maia, em substituição ao Deputado Efraim Filho; designado como suplente o Deputado Leur Lomanto. (Of. 72/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- 25/03/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Irajá. (Of. 43/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s):** 3303-4256

CMMPV 926/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 926, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 926, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 25/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽²⁾	1. Angelo Coronel - BA ⁽²⁾
Carlos Viana - MG ⁽²⁾	2. Omar Aziz - AM ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Vinicius Farah - MDB/RJ ⁽⁵⁾	4. VAGO
Dr. Zacharias Calil - DEM/GO ⁽⁴⁾	5. David Soares - DEM/SP ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽³⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
PV ⁽¹⁾	
Enrico Misasi - SP	1. Célio Studart - CE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Otto Alencar e o Senador Carlos Viana, designados como suplentes o Senador Angelo Coronel e o Senador Omar Aziz. (Of. 39/2020 da Liderança do PSD)
3. 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)
4. 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Dr. Zacharias Calil; designado como suplente o Deputado David Soares. (Of. 73/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
5. 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Vinicius Farah. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s):** 3303-4256

CMMPV 927/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 927, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 927, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 25/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾
Paulo Albuquerque ⁽¹⁾	2. Irajá - TO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Zé Vitor - PL/MG ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽⁵⁾	4. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB ⁽²⁾	5. Kim Kataguirí - DEM/SP ⁽²⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽⁴⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽⁴⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
REDE ⁽³⁾	
Joenia Wapichana - RR	1. VAGO

Notas:

*. A comissão está suspensa em virtude do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

1. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Vanderlan Cardoso e o Senador Paulo Albuquerque, designados como suplentes o Senador Sérgio Petecão e o Senador Irajá. (Of. 40/2020 da Liderança do PSD)

2. 25/03/2020: Designados como titulares o Deputado Efraim Filho e o Deputado Zé Vitor, designados como suplente o Deputado Kim Kataguirí. (Of. 74/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

3. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

4. 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)

5. 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 928/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 928, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 928, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 26/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽²⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁾
Carlos Viana - MG ⁽²⁾	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Juninho do Pneu - DEM/RJ ⁽⁴⁾	5. Olival Marques - DEM/PA ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽³⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
PSOL ⁽¹⁾	
Fernanda Melchionna - RS	1. Edmilson Rodrigues - PA

Notas:

*. A comissão está suspensa em virtude do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

2. 26/03/2020: Designados como titulares o Senador Vanderlan Cardoso e o Senador Carlos Viana, designados como suplentes o Senador Otto Alencar e o Senador Angelo Coronel. (Of. 41/2020 da Liderança do PSD)

3. 26/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)

4. 26/03/2020: Designada como titular o Deputado Juninho do Pneu; designado como suplente o Deputado Olival Marques. (Of. 75/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária

Finalidade: Destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária.

Número de membros: 25 Senadores e 25 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

RELATOR: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Designação: 19/02/2020

Prazo suspenso: 20/03/2020

Instalação: 04/03/2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSD Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
PODEMOS Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)
PL Deputado Marcelo Ramos (PL/AM)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador José Serra (PSDB/SP)
PP Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	PSD Senador Omar Aziz (PSD/AM)
PT Deputado Afonso Florence (PT/BA)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
PV Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	PODEMOS Senador Reguffe (PODEMOS/DF)
DEM Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
MDB Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)
PDT Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PSB Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)
PSC Deputado Glaustin Fokus (PSC/GO)	PSD Senador Angelo Coronel (PSD/BA)
PSL Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PTB Deputado Santini (PTB/RS)	PODEMOS Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)
NOVO Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Jaques Wagner (PT/BA)
PROS Deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
PSDB Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
PSOL Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) ^(2)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
REDE Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)	PSD Senador Otto Alencar (PSD/BA)
PCdoB Deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
AVANTE Deputado Luis Tibé (AVANTE/MG)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
PATRIOTA Deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
CIDADANIA Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
REPUBLICANOS Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA) ^(1)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Major Olimpio (PSL/SP)
SOLIDARIEDADE Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
PP Deputado Neri Geller (PP/MT)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Notas:

1. (05/02/2020): Deputado João Roma (Republicanos) é designado, em substituição ao Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do Republicanos.
2. 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Freixo, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. (Of. 15/2020 da Liderança do PSOL)

Secretário: Reinilson Prado
Telefone(s): 3303-3492



Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Finalidade: Constituída pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

RELATOR: Deputado Francisco Jr. (PSD-GO)

Designação: 31/03/2020

Instalação: 20/04/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO (3,9)	1. Esperidião Amin - PP/SC (10)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (2)	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP (2)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF (6)	1. Roberto Rocha - PSDB/MA (6)
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO (5)	1. Lucas Barreto - AP (5,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE (3)	1. Zenaide Maia - PROS/RN (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT (7)	1. Chico Rodrigues - DEM/RR (7,14)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Reginaldo Lopes - MG (1)	1. Renildo Calheiros - PCdoB/PE (1)
PSB	
João H. Campos - PE (13)	1. Mauro Benevides Filho - PDT/CE (15)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
PSL	
Felício Laterça - RJ (8,16)	1. General Peternelli - SP (8,16,17)
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Cacá Leão - PP/BA (4)	1. Gustinho Ribeiro - SOLIDARIEDADE/SE (4)
Francisco Jr. - PSD/GO (4)	2. Paulo Azi - DEM/BA (4)
Luiz Carlos Motta - PL/SP (4)	3. Hildo Rocha - MDB/MA (4)

Notas:

- Designado como titular o Deputado Reginaldo Lopes(PT/MG), designado como suplente o Deputado Renildo Calheiros (PC do B/PE). (Of. /2020 da Liderança do PT)
- Designado como titular a Senadora Eliziane Gama(CIDADANIA/MA), designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues(REDE/AP). (Of. 26/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente)
- Indicados oralmente na reunião de líderes de 25.03.2020
- Designados como titulares os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Francisco Jr. (PSD/GO) e Luiz Carlos Motta (PL/SP); designados como suplentes os Deputados Gustinho Ribeiro (SD/SE), Paulo Azi (DEM/BA) e Hildo Rocha (MDB/MA). (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), designado como suplente o Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP). (Of. 42/2020 da Liderança do PSD)
- Designado como titular o Senador Izalci Lucas, designado como suplente o Senador Roberto Rocha. (Of. 27/2020 da Liderança do PSDB)
- Designado como titular o Senador Wellington Fagundes (PL/MT), designado como suplente o Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). (Of. 5/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Felício Laterça. (Ofício n° 65/2020 da Liderança do PSL)
- Designado como titular o Senador Confúcio Moura (MDB/RO). (Of. 25/2020 da Liderança do MDB)
- 02/04/2020: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Eduardo Gomes. (Of. 23/2020 da Liderança do PP)
- 02/04/2020: Designada como suplente a Senadora Zenaide Maia. (Of. 15/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- 20/04/2020: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Paulo Albuquerque. (Of. 45/2020 da Liderança do PSD)
- 22/04/2020: Designado como titular o Deputado João H. Campos. (Of. 35/2020 da Liderança do PSB)
- 22/04/2020: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 23/04/2020: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho. (Of. 36/2020 da Liderança do PSB)
- 22/05/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 67/2020 da Liderança do PSL)
- 10/07/2020: Designado como suplente o Deputado General Paternelli, em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 73/2020 da Liderança do PSL)

Secretário: Lenita Cunha**Telefone(s):** 3303-3508

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Prazo suspenso: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PP/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ^(6,68)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(6,68)	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Joice Hasselmann - SP ^(11,46,52,62,63,65,66,67,69)	1. Bozzella - SP ^(11,36,60,62,63,67,69)
Nereu Crispim - RS ^(11,49,52,62,63,67)	2. Heitor Freire - CE ^(11,51,52,58,62,63,67)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,47,64)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.
64. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
65. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros.(Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
66. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL)
67. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL)
68. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Dmocrática.
69. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Presidente Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
1º Vice-Presidente Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP)	1º Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)
2º Vice-Presidente Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	2º Vice-Presidente Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)
1ª Secretária Deputada Soraya Santos (PL/RJ)	1º Secretário Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
2º Secretário Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	2º Secretário Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)
3º Secretário Deputado Fábio Faria	3º Secretário Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ)
4º Secretário Deputado André Fufuca (PP/MA)	4º Secretário Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	João Camilo Júnior	Juliana dos Santos Noronha
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Ricardo Bulhões Pedreira	Juliana Toscano Machado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Zezé Motta	Fabio Almeida Mateus
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Angela Cignachi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Patricia Blanco	Renato Godoy de Toledo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Bia Barbosa
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luis Roberto Antonik	Daniel José Queiroz Ferreira
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fábio Andrade	Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª SECRETÁRIA

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º SECRETÁRIO

Fábio Faria
3º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)</p> <p>2º - Senador Weverton (PDT-MA)</p> <p>3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)</p> <p>4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Soraya Santos (PL -RJ) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Mário Heringer (PDT -MG) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Expedito Netto (PSD -RO) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Rafael Motta (PSB -RN)</p> <p>2º - Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC)</p> <p>3º - Deputado(a) Isnaldo Bulhões Jr. (MDB -AL)</p> <p>4º - Deputado(a) Paulão (PT -AL)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p>Líder do Governo</p> <p>Senador Eduardo Gomes - MDB / TO</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS / RJ</p> <p>Senador Marcio Bittar - MDB / AC</p> <p>Senador Sérgio Petecão - PSD / AC</p> <p>Deputada Bia Kicis - PSL / DF</p> <p>Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Claudio Cajado - PP / BA</p> <p>Deputado Pedro Lupion - DEM / PR</p> <p>Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Ricardo Barros - PP / PR</p> <p>Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC</p>	<p>Líder da Maioria</p> <p>Senador Roberto Rocha - PSDB / MA</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO</p>	<p>Líder da Minoria</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO</p> <p>Senador Jean Paul Prates - PT / RN</p> <p>Deputado Afonso Florence - PT / BA</p>
--	--	--



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

